

REVISTA UNI-RN

Centro Universitário do Rio Grande do Norte



v. 12 n. 1 / 2 JANEIRO / DEZEMBRO 2013 ISSN 2446-8142 EDUCAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR



REVISTA UNI-RN

Centro Universitário do Rio Grande do Norte

v. 12 n. 1/2

janeiro / dezembro 2013
ISSN 2446-8142

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE

Presidente

Dr.^o. Manoel de Medeiros Britto

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN

Reitor

Prof.^o. Daladier Pessoa Cunha Lima

Vice-Reitora

Prof.^a. Ângela Maria Guerra Fonseca

Pró-Reitora Acadêmica

Prof.^a. Fátima Cristina de Lara M. Medeiros

Pró-Reitor Administrativo

Prof.^o. Édson Luiz Amaral de Oliveira

Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.^o. Alúísio Alberto Dantas

Coordenadora do Núcleo de Extensão

Prof.^a. Ângela Maria Guerra Fonseca

Coordenadora das Clínicas Integradas

Prof.^a. Romeica Cunha Lima Rosado

Coordenadora do Curso de Administração

Prof.^a. Catarina da Silva Souza

Coordenadora do Curso Superior em Gestão Comercial

Prof.^a. Catarina da Silva Souza

Coordenador do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação

Prof.^a. Lívia Maria Martins da Silva

Coordenadora do Curso de Licenciatura em Computação

Prof.^a. Lívia Maria Martins da Silva

Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores

Prof.^a. Lívia Maria Martins da Silva

Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

Prof.^o. Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Coordenadores do Curso de Direito

Prof.^o. Walber Cunha Lima

Prof.^o. Alan Dias Barros

Coordenadores dos Cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Educação Física

Prof.^a. Vera Lucia Bruch

Prof.^o. Paulo Sergio Santa Rosa Castim

Coordenadora do Curso de Enfermagem

Prof.^a. Rejane Medeiros Millions

Coordenador do Curso de Fisioterapia

Prof.^o. Robson Alves da Silva

Coordenadora do Curso de Nutrição

Prof.^a. Carina Leite de Araújo Oliveira

Coordenadora do Curso de Psicologia

Prof.^a. Jordana Celli Bulhões Campos

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

REVISTA UNI-RN

UNI-RN CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540

Web Site: <http://www.unirn.edu.br/revistaunirn> - E-mail: revistaunirn@unirn.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Ângela Maria Guerra Fonseca

Secretário

Aluísio Alberto Dantas

Conselheiros

Catarina da Silva Souza
Jordana Celli Bulhões Campos
Lívia Maria Martins da Silva
Patrícia Froes Meyer
Rejane Medeiros Millions

Coordenação Editorial

Vânia de Vasconcelos Gico

Bibliotecária

Helena Maria da Silva Barroso

CONSELHO CIENTÍFICO

Boaventura de Sousa Santos

Universidade de Coimbra – Portugal

Edgar Morin

Centre National de la Recherche Scientifique
(CNRS) – França

Gustavo Just da Costa e Silva

Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)

Jose Alfredo Ferreira Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

José Willington Germano

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Maria da Conceição Xavier de Almeida

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Paula Virginia de Vasconcelos Souza

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Paulo Bonavides

Universidade Federal do Ceará (UFCE)

Tereza Neuma de Castro Dantas

Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)

Ilustração da Capa

Levi Bulhões

Revisão em línguas estrangeiras

Yazigy Internexus

Projeto Gráfico: Waldelino Duarte Ribeiro

Normalização

Biblioteca do UNI-RN

Editoração eletrônica da REVISTA UNI-RN – Disponível no

site:<<http://www.unirn.edu.br/revistaunirn>>- E-mail: <revistaunirn@unirn.edu.br>

Prof^a. Dra^a Vânia de Vasconcelos Gico

Terceirize Projetos Gráficos e Editoriais

REVISTA UNI-RN

Centro Universitário do Rio Grande do Norte

v. 12 n. 1/2

janeiro / dezembro 2013
ISSN 2446-8142



Copyright: Direitos desta edição reservados ao
Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN

A REVISTA UNI-RN do Centro Universitário do Rio Grande do Norte é associada à



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS



Fórum da Gestão
do Ensino Superior
nos Países e Regiões
de Língua Portuguesa

**FÓRUM DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES E
REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA – AFORGES**



ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA – AULP

Versão Online da REVISTA UNI-RN (ISSN 2446-8142)

On-line access - <http://www.unirn.edu.br/revistaunirn>

E-mail: revistaunirn@unirn.edu.br

Catálogo na Publicação – Biblioteca UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

R 349 Revista da FARN / Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – v.1 n.1 (jan./jun.2001) – Natal: FARN, 2001.

A partir de 2012 a Revista da FARN – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – passa a se intitular REVISTA UNI-RN – Centro Universitário do Rio Grande do Norte – para acompanhar a nova denominação da instituição.

Semestral

Descrição baseada em v. 12, n. 1/2 (jan. /dez. 2013).

ISSN 2446-8142

1. Autoformação. 2. Dano moral coletivo. 3. Estabilidade físico-química e microbiológica. 4. Direito Laboral. 5. Posto de combustíveis. 6. Ludoterapia. 7. Criança. 8. Excesso de Peso. 9. Doenças crônicas não Transmissíveis. 10. Cefaléia do tipo tensional. 11. Terapia manual – tratamento. 12. Síndrome de Osgood Schlatter. 13. Gestão Administrativa. 14. Planejamento e Ferramentas de Gestão. 15. Modelo de Gestão. 16. Poesia - Traços do nordeste. 17. Cultura nordestina. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| EDITORIAL | 11 |
| Daladier Pessoa Cunha Lima | |
| DO CONHECIMENTO CONSTRUÍDO NO LAZER À AUTOFORMAÇÃO HUMANA | 13 |
| Sônia Cristina Ferreira Maia | |
| DANO MORAL COLETIVO NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS | 25 |
| Raíssa Lorena Macêdo Moura Ricardo Medeiros Alves de Oliveira | |
| ESTABILIDADE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DE LINHAÇA DURANTE ESTOCAGEM | 55 |
| Everlane Ferreira Moura Monique Silveira Rosa Isabelle Cristina do Nascimento Ana Maria da Silva Souza | |
| UN ESTUDIO SOBRE EL DERECHO DE HUELGA EN BRASIL | 72 |
| Larissa Lopes Matos | |
| A IMPORTÂNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM AUTO POSTOS DE COMBUSTÍVEIS | 93 |
| Clarice Sales Moraes de Souza Sara Galvão | |
| LUDOTERAPIA NO AMBIENTE HOSPITALAR-SUBSÍDIOS PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM | 102 |
| Ketsia Bezerra Medeiros Arélli Pâmella Brasileiro Chaves Lizandra de Farias Rodrigues Queiroz Mariana de Almeida Abreu Mariana Carvalho da Costa | |
| RELAÇÃO ENTRE O PERFIL NUTRICIONAL E DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS DE UMA COMUNIDADE DA ZONA OESTE DE NATAL/RN | 116 |
| Ingrid Pereira Teles Carina Leite de Araújo Oliveira | |

TERAPIA MANUAL NO TRATAMENTO DAS CEFALÉIAS DO TIPO TENSIONAL 143

DalmaR. de A. Dantas

Marta de H. F. Albuquerque

Robson A. da Silva

TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO NA SÍNDROME DE OSGOOD SCHLATTER 153

Keliane Guerra Chaves Fernandes

Larissa Bastos Tavares

ESTUDO DE CASO

ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA 166

Camilla Ferreira de Brito

Karina de Oliveira Costa Bezerra

POESIA

TRAÇOS DO NORDESTE. CULTURA NORDESTINA 198

Socorro Evangelista

CONTENTS

| | |
|--|-----|
| EDITORIAL | 11 |
| Daladier Pessoa Cunha Lima | |
| FROM KNOW LEDGE BUILT IN THE LEISURE TO HUMAN SELF-FORMATION | 13 |
| Sônia Cristina Ferreira Maia | |
| COLLECTIVE MORAL DAMAGE ON THE LABOR RELATION | 25 |
| Raíssa Lorena Macêdo Moura Ricardo Medeiros Alves de Oliveira | |
| PHYSICAL-CHEMICAL AND MICROBIOLOGICAL STABILITY OF LINHAÇA DURING STORAGE | 55 |
| Everlane Ferreira Moura Monique Silveira Rosa Isabelle Cristina do Nascimento Ana Maria da Silva Souza | |
| A STUDY ON THE STRUGGLE LAW IN BRAZIL | 72 |
| Larissa Lopes Matos | |
| THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL LICENSING IN CARS OF FUELS | 93 |
| Clarice Sales Moraes de Souza Sara Galvão | |
| PLAY THERAPY IN HOSPITAL – SUBSIDIES FOR NURSING CARE | 102 |
| Ketsia Bezerra Medeiros Arélli Pâmella Brasileiro Chaves Lizandra de Farias Rodrigues Queiroz Mariana de Almeida Abreu Mariana Carvalho da Costa | |
| RELATIONSHIP BETWEEN THE NUTRITIONAL PROFILE AND CHRONIC DISEASES NOT TRANSMITTED FROM A COMMUNITY OF THE WESTERN NATURE OF NATAL/RN | 116 |
| Ingrid Pereira Teles Carina Leite de Araújo Oliveira | |

MANUAL THERAPY IN THE TREATMENT OF TENSIONAL TYPES 143

Dalma R. de A. Dantas

Marta de H. F. Albuquerque

Robson A. da Silva

PHYSICAL THERAPY ON SYNDROME OSGOOD SCHLATTER 153

Keliane Guerra Chaves Fernandes

Larissa Bastos Tavares

CASE STUDY

ADOPTION OF GOOD MANAGEMENT PRACTICES FOR ADVOCACY OFFICE 166

Camilla Ferreira de Brito

Karina de Oliveira Costa Bezerra

POEM

TRACES OF THE NORTHEAST. NORDESTINE CULTURE 198

Socorro Evangelista

EDITORIAL

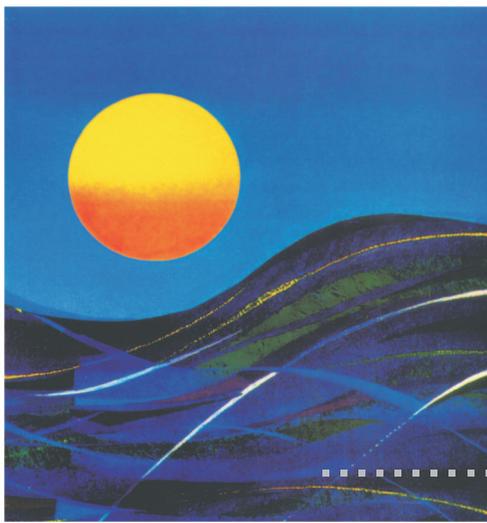
.....

Este é o 2º número da Revista UNI-RN, o qual dá sequência à Revista da FARN, cujo nome se exauriu, em virtude do credenciamento do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN, em janeiro de 2012. Acompanhando a dinâmica dos novos tempos, passa, a partir desse número, a ser publicada apenas digitalmente. Desde o primeiro número em 2001, está disponibilizada no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (**SEER**), o qual foi traduzido e customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) baseado no software desenvolvido pelo Public Knowledge Project (Open Journal System- **OJS**) da University of British Columbia. Tem seu registro de número internacional normalizado para publicações seriadas (International Standard Serial Number – ISSN) na versão eletrônica ISSN: 1983-0939, e endereço eletrônico para envio dos artigos <http://www.unirn.edu.br>.

A Instituição tem crescido em qualidade, haja vista as diversas avaliações do MEC ao longo dos anos. Hoje, o UNI-RN – com IGC 4 – está em posição privilegiada, por figurar entre os melhores Centros Universitários do Brasil. Acompanhando seu desenvolvimento, a pesquisa e a iniciação científica, a cada ano, aumentam os números de trabalhos elaborados por alunos e professores, conforme consta nos Anais do Congresso de Iniciação Científica, o qual revela a pujança da Instituição no envolvimento da comunidade acadêmica nas lides da ciência e da cultura.

A Revista UNI-RN é uma forte aliada para que ocorra essa melhoria em qualidade e em quantidade da produção científica institucional, pela publicação que faz das inquietudes intelectuais dos nossos alunos e professores. Parabéns a todos os autores constantes neste número da Revista UNI-RN, e o convite para que seus nomes e outros trabalhos seus venham a figurar em próximos números deste valoroso veículo de difusão cultural e científica.

Daladier Pessoa Cunha Lima
Reitor do UNI-RN



ARTIGOS

DO CONHECIMENTO CONSTRUÍDO NO LAZER À AUTOFORMAÇÃO HUMANA

Sônia Cristina Ferreira Maia¹

RESUMO

Analisam-se as vivências do lazer mais significativas, reveladas pelo grupo investigado durante o curso e descreve-se as vivências ludopoiéticas na formação acadêmica que foram significativas para sua autoformação humana. A pesquisa articulou a abordagem etnográfica para a construção das pontes ludopoiéticas entre a formação acadêmica proposta pelo curso de Lazer e Qualidade de Vida do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a autoformação humana vivenciada como lazer pelos participantes do estudo. A pesquisa realizada conseguiu evidenciar dados importantes da formação ludopoiética desses profissionais do lazer para a sua autoformação humana. Propriedades do sistema ludopoiético vivenciadas na formação são buscadas com autonomia no lazer, assim, o aprendizado vivenciado durante o curso de graduação em Lazer e Qualidade de Vida é valorizado pela emoção da alegria e do amor à vida, tornando-se algo desejado pelos sujeitos que escolheram o lazer como profissão.

Palavras-Chaves: Lazer. Autoformação. Ludopoiése.

FROM KNOWLEDGE BUILT IN THE LEISURE TO HUMAN SELF-FORMATION

ABSTRACT

This article had as objectives to analyze the most significant leisure experiences, revealed by the group investigated during the class and to describe the ludopoietic experiences in the academic formation that were significant for their human self-formation. The study articulated the ethnographic approach for the construction of the ludopoietic bridges between the academic formation proposed by the Leisure and Quality of Life class of the Federal Institute of Education Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN) and the human self-formation experienced as leisure by the participants of the study. The research could reveal important ludopoietic formation's data of these leisure professionals for their human self-formation. Ludopoietic system's properties experienced in formation are sought with autonomy in leisure, so the learning experienced during the Leisure and Quality of Life class is valued by the emotion of joy and love of life, becoming something desired by the subjects who chose leisure as a profession.

Keywords: Leisure. Self-formation. Ludopoiése.

1 Professora Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2008). Cursando o Pós Doutorado em Ciências da Educação - UMinho (2016). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7714036683289260>

1 INTRODUÇÃO

A autoformação humana no lazer é pautada numa perspectiva de construção de si, devendo privilegiar as condições do fluir nas vivências de lazer de forma reflexiva, no sentido de uma aprendizagem para a vida. Ao pensar nas vivências humanas, criativas e criadoras no lazer, trazemos Duma-zedier (1975) que contribui com uma análise importante sobre as atividades de lazer, como passeio, jogos esportivos, pesca, novas formas de cultura do corpo que não estão dialogando com a escola, por esta ainda estar distante do debate da perspectiva vivencial dos conteúdos culturais trabalhados no lazer, visualizados numa estrutura de rede de vivências que deveria estar no contexto da formação humana de modo institucionalizado.

Para tal discussão do aprender a ser em nossa sociedade, que implica em elaborar pensamentos autônomos, emitir juízos de valor, tomar decisões por si mesmo em diferentes circunstâncias, é preciso dar mais importância a ambiente de autoformação humana, a partir de valores construídos nas vivências corporalizadas do lazer. Essas vivências devem ser desenvolvidas em espaços favoráveis para que a capacidade reflexiva contribua com postura humanescente do indivíduo diante da vida.

Para tanto, o grupo investigado foi constituído por cinco alunos egressos do curso de graduação em Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Na ocasião, as disciplinas “Lazer, Corpo e Sociedade”, “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e II)”, “Elemento Lúdico da Cultura” e “Princípios Básicos da Qualidade de Vida” subsidiaram a abordagem etnográfica para a pesquisa.

O grupo pesquisado deveria atender a alguns critérios sendo assim especificados: ter colado grau, ter estágio de prática profissional concluído e está atuando ou ter atuado recentemente como profissional do lazer, sabendo-se que o mercado de trabalho desse profissional é muito sazonal. Atendendo a tais critérios, cinco alunos tornaram-se participantes do estudo. Alunos estes que na convivência acadêmica foram atuantes efetivos em seus projetos, cumprindo às exigências acadêmicas solicitadas pelos professores do curso com brilhantismo. Tanto no que diz respeito às propostas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, quanto a intervenções sociais construídas pela própria turma.

A expressividade lúdica sempre foi marcante na convivência desses alunos nos corredores da Instituição como em sala de aula, evidenciando

uma produção constante de si mesmo no brincar e alegrar-se com o outro, com a vida. Um sentido de evolução de si, tornando-se uma pessoa cada vez melhor para o convívio pessoal e social.

O curso proporcionava uma metodologia focada em realização de projetos integradores que os alunos desenvolviam em grupos. Esses projetos desencadearam uma relação íntima de convivência, tornando-os cada vez mais próximos e cúmplices em seus estudos e vivências de lazer.

A pesquisa focou em analisar as vivências do lazer mais significativas, reveladas pelo grupo investigado, durante curso; e descrever as vivências ludopoiéticas na formação acadêmica que foram significativas para sua autoformação humana.

Nesse sentido faz-se relevante a pesquisa em apontar o percurso acadêmico e autoformativo que foi proporcionado aos alunos do curso de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida para que eles corporalizasse a autoformação humana pela via do lazer, da ludicidade, da alegria, da beleza e do encantamento pela vida que foi vivenciado durante o curso e que eles levaram para sua vida cotidiana.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo se apoia no método etnográfico com uma atenção especial à observação participante, exigindo uma análise complexa das informações e situações observadas. Como destaca Pole e Morrison (2003), as pesquisas etnográficas têm sido ferramentas importantes numa abordagem de investigação social, ao coletar dados que tornem transparente a realidade subjetiva da experiência vivida e pela facilidade que o pesquisador-participante tem de olhar de perto o processo que está vivendo. No nosso caso especial, por meio do processo formativo envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão no curso de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida, visto que a pesquisadora é docente no referido curso.

Tal prática social passa pelo projeto acadêmico e pedagógico de cada profissional, uma vez que há uma interrelação íntima e dinâmica na troca de experiências entre os saberes de formação e aqueles implicados na autoformação que ocorreu no âmbito do lazer.

A intervenção nesse processo de investigação é estruturada através de diálogos construídos pelos participantes na busca de uma nova realidade vivida como lazer e, na medida do possível, da reconstrução de categorias teórico-metodológicas que pavimentam os estudos e a prática profissional de intervenção no mundo do trabalho.

Os memoriais das vivências de lazer constaram de relatos referentes às vivências de lazer que marcaram ou contribuíram para sua autoformação enquanto ser, sujeito de sua própria história e que através delas, aconteceu o fluxo que lhes permitiu um novo olhar sobre suas vidas cotidianas. Alguns pontos foram lembrados dessas vivências, como: As vivências de lazer durante o curso; A relação com o que estava estudando e o conjunto das disciplinas; Pontos marcantes das aulas de campo e que contribuíram para sua autoformação humana.

2.1 A Abordagem Etnográfica e o Processo Formativo

Entender o lazer em sua especificidade e sua estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, considerando o processo histórico e social, bem como, compreender a complexidade e o dinamismo da estrutura social é a matriz curricular do curso de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida que aborda disciplinas que permitem estabelecer o diálogo entre sociedade, cultura e lazer de forma integrada e conectada entre si para que possa acontecer uma interconexão entre o ensino, pesquisa e extensão.

A matriz curricular que é flexível em abordar seus conteúdos se estrutura da seguinte forma: Teoria do lazer; Introdução ao estudo da filosofia; Princípios administrativos; Cultura e sociedade; Mídia e conhecimento; Produção de texto; Filosofia do lazer; Interesses culturais do lazer; Gestão de negócios; Elemento lúdico da cultura; Evolução histórica do trabalho; Lazer, corpo e sociedade; Lazer e meio ambiente; Cultura digital; Lazer e práticas corporais; Lazer e festa; Mídia e indústria cultural; Literatura e estudos culturais; Desenvolvimento interpessoal; Primeiros socorros; Lazer e mercado de trabalho; Lazer e urbanismo; Pedagogia do jogo; Jogos pré-desportivos; Estudos da arte; Metodologia da pesquisa social; Recreação aquática; Ação comunitária; Lazer e inclusão social; Espaços artísticos culturais; Lazer e esporte de aventura; Gestão de lazer em espaços alternativos; Projetos I, II, III,

IV e V; TCC I e II; Organização de eventos; Legislação e políticas culturais; e Prática profissional.

Para atender ao critério de dialogicidade dessa matriz, trabalhamos com o projeto integrador, como uma forma interdisciplinar de abordar o problema, realizando seminários em sala de aula, aulas de campo interdisciplinares e fóruns temáticos para apresentar e discutir o vivido no processo de ensino-aprendizagem.

Os seminários realizados em sala de aula permitem aos alunos formas criativas de abordarem diferentes temáticas, utilizando recursos de multimídias disponíveis na Instituição Acadêmica como computadores e seus utensílios, DVD, filmadora, máquina fotográfica digital, além da própria manifestação corporal como apresentações teatrais.

Nas aulas de campo realizadas, todos viveram de forma intensa as experiências de aprendizagem, por permitir o contato com a natureza, outras culturas e o conhecimento das riquezas e potencialidades do Estado do Rio Grande do Norte e de Região. Foi um momento também de conhecimento interior para se perceber enquanto profissional que está conhecendo as possibilidades de atuação no mundo do trabalho do lazer, como fenômeno social em expansão.

A aula de campo tinha sempre uma temática a ser abordada e as disciplinas que dialogavam em determinados momentos eram indicadas para realizar a aula, que deveriam se constituir de um projeto com o seguinte roteiro: objetivos, conteúdos, justificativa e metodologia a ser adotada. Ao final de cada aula de campo os alunos devem cumprir tarefas preestabelecidas pelos professores envolvidos.

Os roteiros são definidos geralmente sob o foco para descobrir as potencialidades de lazer em diversos ambientes do Estado, conhecer políticas públicas de lazer, vivenciar esportes de aventura e compreender a relação do homem com a natureza com base numa discussão sobre a corporeidade.

Os fóruns temáticos realizados se pautam em apresentação pública de pesquisas com intervenção em diversos segmentos do lazer durante o semestre cursado. O Fórum é um momento de troca de conhecimentos entre todos os participantes. Atualmente, o Fórum se tornou relevante em seu contexto institucional, fazendo pensar que ele possa ser realizado uma vez por ano com divulgação nacional. Nesse sentido, o curso preten-

de contribuir para que o Estado do Rio Grande do Norte se torne em um dos centros de referências nos estudos do lazer diante da metodologia adotada na condução do curso.

A pesquisa no Curso de Lazer é um fator marcante para poder incentivar o projeto integrador. A partir do segundo semestre do curso, os alunos já podem participar dos projetos de pesquisas desenvolvidos pelos professores. Projetos estes, financiados pelo IFRN, CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Ministério dos Esportes e outras entidades de fomento à pesquisa.

A prática profissional que se dá por meio de um projeto de extensão, é obrigatória para todos que pretendem concluir o curso de Lazer e Qualidade de Vida, com uma carga horária de 400 horas. Essa prática profissional poderá ser também um projeto de pesquisa se for utilizada a própria monografia de conclusão de curso. De acordo com a atual estrutura organizacional do curso, tanto a prática profissional como a monografia tem um professor orientador.

Diante de tal complexidade, articular a matriz curricular com o ensino, a pesquisa e a extensão, torna-se um grande desafio para formar profissionais que compreendam o lazer como essencial para a autoformação humana permanente.

Os instrumentos aqui utilizados foram as anotações no diário de campo, artigos, projetos, fotografias e filmagens das aulas de campo e intervenções sociais. Motivo pelo qual se faz necessário registro concreto para se discutir a formação ludopoiética e sua relação com o processo da autopoiese do lazer.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A formação e a autoformação no lazer deve estar voltada para o ser humano, para sua humanescência, fazendo irradiar luminosidade a partir de si mesmo, com o outro, com a natureza, com a sociedade e com o planeta (Perspectiva que vem sendo trabalhada pela base de Pesquisa Corporeidade e Educação-BACOR/UFRN). Então, deve-se compreender a autoformação humana no lazer a partir da necessidade de tomada de consciência de si no mundo e, assim, poder irradiar alegria de viver que é capaz de transformar a si mesmo, aos outros e a tudo à sua volta.

Dumazedier (2002), Delors (2006) e Pineau (1977) argumentam que a autoformação é aprofundada a partir da formação. Portanto seria preciso transformar a educação numa educação para a vida que fosse capaz de oferecer múltiplas oportunidades de aprender, e que essa aprendizagem ultrapassasse os muros das instituições educativas e fosse se confraternizar com a cultura.

A preocupação de Dumazedier (1975, p. 64) a respeito da autoformação pelo lazer se dá pelo seguinte questionamento:

Será que as novas formas de controle social não vão desposuir o indivíduo do poder que a sociedade lhe outorga na escolha do seu lazer? Será que este poder não lhe vai ser retomado, roubado de novo pela instituição social, talvez como uma escola camuflada?.

Essa indagação de Dumazedier esclarece dois aspectos fundamentais: indivíduos podem ser passivos e consumidores de uma cultura pedagógica muito forte e tradicional; ou voltar-se pela impassividade social e a delinquência que leva a destruição da própria dignidade.

Acrescenta ainda o autor que a função de desenvolvimento do lazer não se contrapõe totalmente a do divertimento porque o desenvolvimento consta de uma tendência profunda de autogestão do próprio tempo, encaminhando-se para um ambiente de criatividade e afetividade. As atividades autogeradoras podem chegar à autoformação em sua constituição.

Conforme destaca Pineau (2006), Dumazedier foi um dos pioneiros na discussão da autoformação no lazer ao tratar da revolução cultural associada à autoformação. Revolução essa pensada e vivida na perspectiva de uma sociedade educativa emergente.

Nesse sentido, pensar o lazer numa perspectiva de desenvolvimento humano, valorizando as escolhas pessoais, exige atentar para o fato da privação da liberdade do ser humano por meio do controle social, que poderá impedir a autoformação, uma vez que impede também a autogestão do espaço-tempo e, conseqüentemente, a criatividade e a sensibilidade desfrutadas nas vivências de lazer, estimulando a passividade do ser humano nas relações sociais.

O fluir da sensibilidade e da afetividade são emoções que podem ser vividas nas experiências de lazer e contribuem com uma autoformação humana pelas via da ludicidade de forma democrática, ética e participativa de toda comunidade.

Para Ranghetti (2004), o espaço da formação, que também é um encontro, chamado de campo de jogo, é um espaço de trocas, superação, de movimento, de crescimento. É um campo em que se dialoga consigo mesmo e com os outros, facilitando descobertas significativas para a vida humana. Complementa ainda o autor que *“no campo do jogo há o espaço de vivência, de pesquisa, de desenvolvimento pessoal e profissional, no qual as dimensões espirituais, físicas, emocionais, afetivas, intelectuais, cognitivas são desenvolvidas com a mesma intensidade”*.

No sentido da autoformação humana no lazer, Cavalcanti (2007, p.4) trata da autoformação humana do animador sócio-cultural, observando que esse animador deve permitir que *“sua presença irradiante no mundo viaje nas emoções e sentimentos, tornando-se memória viva no arquivo existencial daqueles que compartilham de sua alegria”*.

Para tanto, sugere sete categorias de aprendizagem vivencial em valores humanos específicos para a autoformação do animador sócio-cultural, a partir de uma estrutura da galáxia da autoformação apresentada pelo Groupe de Recherche sur L'Autoformation em France (GRAF), como também defendida pela Base de Pesquisa Corporeidade e Educação (BACOR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): Simplicidade, Confiança, Alegria, Coragem, Persistência, Serenidade, e Autotranscendência. Nessa forma de pensar a autoformação humana no lazer, torna-se necessário compreender o processo de autoprodução e da autogestão do próprio lazer.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado alcançado obtive as seguintes coletas: Para o Participante 1, as vivências de lazer mais marcantes durante o período em que realizava a sua formação acadêmica em lazer foram as viagens com a turma, especialmente aquela que envolveu o rapel e a visita a um castelo. O aprendizado mais significativo para a vida foi a superação do medo, tanto no rapel como na caminhada pelo labirinto do castelo, quando uns assustavam outros, fazendo jogos de mímica usando a luz e as sombras.

O Participante 2 também ressalta como vivências de lazer mais marcantes durante o curso as viagens, aulas de campo e congressos com a turma. Destaca as atividades intelectuais como lazer, pois gosta muito de estudar e sente muito prazer quando está envolvido com os estudos. O turismo urbano foi algo muito

marcante, estando associado a um evento científico. O aprendizado significativo que deve ser evidenciado foi conhecer novos lugares e novas pessoas.

Os destaques do Participante 3 se distribuem pelos interesses físicos e esportivos; práticos; sociais; artísticos; intelectuais e turísticos. Durante o curso, as suas vivências mais marcantes eram: ficar deitada na rede; ir à praia; cozinhar para a família; visitar o zoológico; lazer gastronômico; ficar em casa; exposição de arte; shows, coral; ler na rede; viagens com a turma. O aprendizado da teoria do lazer possibilitou ampliar suas próprias vivências do lazer com a turma e em outras situações culturais. A descoberta da culinária como possibilidade de lazer possibilitou a sua inclusão no repertório pessoal de vivências lúdicas. O envolvimento com as atividades artísticas foi um aprendizado importante para a sua vida, para a sua autoformação humana que passou a compartilhar com outras pessoas da família e amigos.

O Participante 4 aponta as aulas de campo com a turma como o momento mais marcante de lazer durante o período de sua formação no IFRN. A visita a uma localidade serrana no interior do estado como atividade acadêmica sobre as relações entre lazer e meio ambiente foi considerada uma experiência culminante entre outras igualmente importantes para a sua autoformação humana. A mudança do olhar para vida e a valorização do conviver harmonioso foram lições significativas para contribuir com a desconstrução de representações limitantes sobre a vivência do lazer.

O mundo do trabalho e o mundo do lazer apresentavam-se fortemente diferenciados para o Participante 5. Embora o seu trabalho fizesse parte do mundo do lazer de outras pessoas, geralmente turistas que usufruíam do equipamento hoteleiro, tal experiência dicotomizada contribuiu para que ele pudesse compreender melhor o lazer e valorizá-lo para si mesmo. Assim, destacou como vivências de lazer importantes na sua vida, durante o curso: ir à praia descansar e relaxar; contato com animais; conhecer pessoas diferentes; cinema, museus; leitura; TV; compreender a natureza. Tais vivências envolvem conteúdos culturais do lazer relativos ao corpo, às manualidades, à sociabilidade, às artes, às atividades intelectuais e à espiritualidade. Para a sua autoformação humana, o reconhecimento das fronteiras entre o lazer e o trabalho parece ter sido o grande aprendizado para a vida.

Para Galvani (2002), a autoformação requer uma abordagem transdisciplinar para considerar a pluralidade de níveis de realidade do *autos* e formação de si. A autoformação é também um processo antropológico que requer uma abordagem transcultural. Então, para a autoformação fluir enquanto desenvolvimento humano será preciso inverter o eixo da ação educativa e mergulhar no interior da educação. A tomada de consciência e a tomada de poder sobre sua formação parecem ser a base da autoformação. Para Galvani (2002), a transdisciplinaridade se dá sob dois fatores: perturbações dos equilíbrios ecológicos e pela crise antropológica. Esses desequilíbrios são herdados pelo materialismo, egocentrismo, divisão do conhecimento em disciplinas, redução do sujeito a um indivíduo racional entre outros aspectos. Por isso, a autoformação é uma abordagem interior da educação.

No relato dos participantes da pesquisa fica evidente que as vivências ludopoéticas na formação que tiveram na Instituição acadêmica foram significativas para sua autoformação humana com valorização da vida, do convívio familiar, do seu lazer e da própria ludicidade presente no seu viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Captam-se nessas vivências de lazer os momentos de experiências máximas de fluxo. Nelas, as pessoas corporalizam e descrevem com emoção os melhores momentos de sua vida. Csikszentmihalyi (1999, p. 36) argumenta que “o fluxo costuma ocorrer quando uma pessoa encara um conjunto claro de metas que exigem respostas apropriadas”. Então, torna-se significativo o valor da oralidade pelo próprio autor do sentimento vivido.

A valorização dessas experiências de lazer se dá pelo fato de deixar fluir as emoções de forma espontânea, entendendo que a emoção é o elemento mais subjetivo da consciência, já que a própria pessoa é quem pode falar do seu verdadeiro sentimento (CSIKSZENTMIHALYI, 1999). Por outro lado, essa emoção é objetiva porque a sensação é experimentada fisicamente, e isso é bastante real. Complementa Maturana (1997) que não se pode negar a emoção em favor da razão porque não se apaga a alegria ou sofrimento que é gerado em nós mesmos e nos outros.

Decifrar as vivências lúdicas que marcaram a vida desses participantes do estudo constitui-se um procedimento de pesquisa muito valioso para poder captar a diversidade das emoções reveladas durante as suas respectivas trajetórias de vida e guardadas como memórias de vida, de momentos prazerosos e significativos.

6 REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Katia Brandão. Lazer como obra de arte e autoformação humanescente do animador sociocultural. **Periódico Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana**, n. 2, Brasil, 2007.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **A descoberta do fluxo**. A psicologia do envolvimento com a vida cotidiana. Trad. Pedro Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1999.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: SP: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

DUMAZEDIER, Joffre. **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre, RS: Centro de Estudos de Lazer e Recreação Pontifícia Universidade Católica do RGS, 1975.

DUMAZEDIER, Joffre. **Penser l'autoformation**. Société d'aujourd'hui et pratiques d'autoformation. Lyon: Chronique sociale, 2002.

GALVANI, Pascal. A Autoformação, uma perspectiva transpessoal, transdisciplinar e transcultural. **Educação e Transdisciplinaridade**, São Paulo, SP, v.2, p.95-121, 2002.

MATURANA, Humberto. **De máquinas e seres vivos**. Autopoiese: A organização do vivo. Trad. Juan Acuña Llorens. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

PINEAU, Gaston. **Autoformation et validation dès acquis expérientiels**. Association Du groupe de recherche sur l'autoformation, Barcelone, 2006.

_____. **Éducation ou aliénation permanente? Repères mythiques et politiques**. Bords, Paris: Editions Sciences et culture inc. Montreal, 1977.

POLE, Christopher & MORRISON, Marlene. **Ethnography for education. Journal of Research in International Education**. Open University Press and McGraw – Hill Education, ISBN 0-335-20600-X, 2003.

RANGHETTI, Diva Spezia. A pesquisa autobiográfica como espaço de reflexão e ressignificação da ação docente. **Revista Eletrônica de Ciência da Educação**. Campo Largo, PR. v. 01, n.3, p. 1 – 14, 2004.

DANO MORAL COLETIVO NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS¹

Raíssa Lorena Macêdo Moura²
Ricardo Medeiros Alves de Oliveira³

RESUMO

Aborda-se através de revisão bibliográfica e análise jurisprudencial, o dano moral coletivo nas relações trabalhistas. Com a integração da sociedade, o dano moral coletivo teve maior repercussão, permitindo que uma única conduta atingisse quantidade determinada ou até indeterminada de pessoas, com envolvimento direto dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Dá-se especial enfoque às relações trabalhistas, pois a coletividade obreira é cada vez mais atingida por práticas degradantes, humilhantes e em total descompasso com os direitos e garantias fundamentais legalmente assegurados. Tal lesão se configura quando certo grupo é afetado de modo injusto por ato ilícito no exercício da relação trabalhista, provocando-lhe efeitos danosos com origem idêntica e sem cunho patrimonial, além de atingir a comunidade limítrofe. Embora o tema possua grande relevância, foi apreciado por poucos doutrinadores e não possui legislação própria que o regulamente.

Palavras-chave: Dano moral coletivo. Lesão à coletividade. Idêntica origem. Relação trabalhista.

COLLECTIVE MORAL DAMAGE ON THE LABOR RELATIONS

ABSTRACT

This scientific article discusses, through bibliography review and analysis of case law, collective moral damages in labor relations. With the society integration, the collective moral damage has greater impact, becoming possible with a single conduct get a certain or even undetermined amount of people, with direct involvement of diffuse, collective and individual homogeneous interests. Is given special emphasis to labor relations, where more and more the community worker is affected by practices degrading, humiliating and total disagreement with the fundamental rights and guarantees legally guaranteed. Such injury is defined when a group is unfairly affected by illicit act in the exercise of the labor relations, causing harmful effects with a similar origin and without patrimonial nature, addition to reaching the community neighboring. Although the subject has great relevance, was enjoyed by a few scholars and has no specific legislation that regulates.

Keywords: Collective moral damage. Injury to the community. Similar origin. Labor relation.

-
- 1 Trabalho de Curso apresentado como requisito avaliativo para obtenção do título de Bacharel no Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN.
 - 2 Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN. Email: raissa_lorena@hotmail.com.
 - 3 Orientador. Professor da Disciplina de Direito do Trabalho da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN. Email: ricardo@farn.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6016276504554582>

1 INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado visa analisar a questão do dano moral coletivo decorrente das relações trabalhistas e, para tanto, mostra-se imprescindível conceituar e abordar institutos como a responsabilidade civil pela lesão provocada, o dano moral e suas angulações, direitos metaindividuais, dano moral coletivo, para finalmente atingir o cerne do presente trabalho.

A afetação da moral do sujeito é passível de gerar dano extrapatrimonial a este, quando atinge a esfera pessoal do indivíduo, mas também é capaz de alcançar uma quantidade determinável ou indeterminável de sujeitos, os quais sofrem as conseqüências de certo ato ilícito ou prática de risco desenvolvida por outrem.

Com a integração cada vez maior da sociedade, o dano moral coletivo adveio da evolução natural do dano moral no domínio individual, até porque atualmente a esfera social vem recebendo mais atenção e disciplinamento jurídico.

O dano moral coletivo, em síntese, ocorrerá, quando houver injusta violação à esfera moral de certa coletividade, classe, grupo ou categoria de indivíduos, que passam a suportar os efeitos de uma lesão causada por idêntico ato ou fato, de caráter não patrimonial.

O progresso do dano moral coletivo foi tão significativo que extrapolou o âmbito do Direito Civil e atingiu outros ramos, dentre eles o do Direito do Trabalho, o qual possui suas diversas particularidades e requer peculiar apreciação.

Por meio da proteção aos interesses coletivos é possível obter a simplificação dos procedimentos judiciais, tratamento isonômico entre os prejudicados por idêntico ato lesivo, celeridade e eficácia jurisdicional.

A Justiça Trabalhista, por sua própria essência, já lida com direitos coletivos há bastante tempo, pois resolve conflitos de variadas categorias, no entanto, o dano moral coletivo somente teve maior repercussão nos últimos tempos, após reconhecimento de casos que o configurem, merecendo debruce sobre a questão.

Ademais, pontue-se que tal espécie de dano grupal vem sendo solucionada, sobretudo na Justiça Laboral, com aplicação do entendimento dos tribunais pátrios e legislação esparsa, vez que não há nenhum dispositivo legal versando expressamente acerca de tal acontecimento.

É, portanto, indiscutível a relevância do tema em enfoque, seja pela inexistência de disciplinamento legal específico, seja pela ínfima abordagem doutrinária, seja pelos prejuízos sofridos diretamente pelos obreiros que são a parte frágil da relação trabalhista, seja, ainda, pela dimensão e transtornos suportados por toda a sociedade decorrente do mesmo ato e sem natureza pecuniária.

2 RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PRÁTICA DE DANO

Inicialmente, cabe pontuar que a responsabilidade civil teve grande evolução à medida que a civilização se desenvolveu, tornando-se um dos mais relevantes campos do Direito e estando cada vez mais presente nas relações sociais, sobretudo para dirimir os conflitos de interesses gerados, quando se buscam respostas eficazes e satisfatórias.

Para a configuração da responsabilidade civil revela-se imprescindível a ocorrência do dano, uma vez que a prova do prejuízo é determinante para assinalar o dever de indenizar de quem o provocou.

Diversos são os conceitos doutrinários trazidos para definir o que vem a ser dano, havendo, inclusive, algumas divergências no tocante à repercussão do mesmo, embora seja unânime sua divisão em modalidades, uma delas levando em consideração o patrimônio do lesado, enquanto a outra repercute sobre a órbita de sua personalidade, predominando a denominação de dano patrimonial ou material para o primeiro caso, enquanto de extrapatrimonial ou moral para o segundo.

Merece ser destacado o conceito trazido com propriedade por Cavalieri Filho (2005, p. 96), nas palavras de quem o dano corresponde:

[...] à subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem, a liberdade etc. Em suma, dano é a lesão de um bem jurídico, tanto patrimonial como moral, vindo daí a conhecida divisão do dano patrimonial e moral.

Pode-se dizer que caso determinada pessoa tenha seu interesse jurídico diminuído ou destruído devido à prática, por terceiro, de ato lesivo

ou omissão que o implique, estar-se-á diante de um dano, o qual deverá ser indenizado de forma proporcional à ofensa causada, sendo a caracterização do prejuízo fundamental para concretização do dever de ressarcir.

Assim, é admissível existir responsabilidade sem culpa, no entanto, não há responsabilidade sem dano, ainda que a conduta seja dolosa ou culposa, e, caso venha a ocorrer, a indenização sem dano será verdadeira fonte de enriquecimento ilícito para quem o alegue.

Cumprido observar que pouco importa se o patrimônio atingido é economicamente aferível ou se desvinculado de caráter monetário, como é o caso dos direitos ou interesses individuais personalíssimos. Isto ocorre em face do ordenamento jurídico brasileiro buscar tutelar o ser humano em toda sua extensão, e não seu patrimônio propriamente dito, mas tão somente por consequência, até porque é aquele quem detém a propriedade dos bens.

Com o objetivo de salvaguardar o indivíduo, contra os prejuízos advindos do cometimento de dano material ou moral, é que o artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o artigo 186 do atual Código Civil (BRASIL, 2002) trazem disposições assegurando a devida reparação, de forma proporcional ao dano causado.

Sem maiores delongas, o dano material implica em prejuízo aos bens patrimoniais da vítima, considerando-se tudo o que for passível de mensuração em dinheiro, sendo subdividido em dano emergente e lucro cessante, os quais significam, respectivamente, a efetiva redução do patrimônio de determinada pessoa em face do evento danoso e o que esta deixou de ganhar em razão ao dano sofrido.

O dano moral, por sua vez, é decorrente da lesão aos sentimentos mais íntimos do ser humano, não sendo suscetível de aferição, motivo pelo qual não se sujeita à avaliação pecuniária. Essa modalidade de dano será analisada de forma mais aprofundada à frente, por ser objeto do presente estudo.

Registre-se que a diferença basilar entre dano patrimonial e extrapatrimonial se dá, essencialmente, na existência ou não de conteúdo econômico nas repercussões causadas pelo ato nocivo. Importante frisar que é admissível haver cumulação entre ressarcimentos pelos danos materiais e morais oriundos do mesmo fato, em razão de ser possível apurá-los de

forma separada, consoante se depreende do disposto na Súmula n. 37 do Superior Tribunal de Justiça⁴.

No tocante à reparação dos danos, em regra, todos estes são indenizáveis, pois mesmo que seja impossível retornar ao *status quo ante*, ainda poderá ser fixada uma quantia pecuniária para compensar a vítima pelo dano que lhe foi imputado.

Para haver a efetiva reparação do dano, segundo Diniz (2009, p. 65) é necessário ocorrer os seguintes requisitos: a) violação de bem jurídico – material ou moral; b) certeza ou efetividade da lesão; c) nexó causal entre a falta e o prejuízo provocado; d) subsistência do dano; e) legitimidade; f) ausência de excludentes de responsabilidade. A existência conjunta de todos esses pressupostos facultará a vítima o pleito de indenização ao causador do dano.

3 DANO MORAL

3.1 Breve histórico do Dano Moral no Ordenamento Jurídico Brasileiro

Na época do Brasil Colonial, quando as Ordenações do Reino de Portugal ainda vigoravam no país, não havia nenhum disciplinamento expresso acerca da compensação por danos morais, apesar de se verificar indícios da aplicação parcial da reparabilidade no tocante ao “valor de afeição”, sob a influência do Direito Romano, sendo isto, porém, suscetível de muita discussão naquele momento.

Com o surgimento do Código Criminal de 1830, passou a existir o entendimento de que a indenização deveria ser a mais completa possível, embora não fizesse nenhuma referência ao dano moral propriamente dito (BRASIL, 1830).

Em seguida, na vigência do Código Penal de 1890, percebe-se na dicção do artigo 276 a obrigação de pagar dote nos casos de “defloramentos, bem como nos estupros de mulher honesta” (BRASIL, 1890), sendo o dever de dotar a prejudicada uma nítida indenização pelo dano extrapatrimonial sofrido pela mesma, em que pese a grande polêmica levantada à época quanto a tal compensação.

4 Súmula n. 37: “São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato”.

Posteriormente, o Decreto n. 2.681 de 1912, responsável por regular a responsabilidade civil nas estradas de ferro, trouxe disposição de que “no caso de lesão corpórea, ou deformidade”, seriam devidas as despesas do tratamento da vítima, lucros cessantes, além de “indenização conveniente”, a ser arbitrada pelo juiz, evidenciando, assim, disciplinamento específico no que concerne à compensação por danos morais decorrentes de acidentes ferroviários (BRASIL, 1912).

Entretanto, o Código Civil de 1916 (Lei n. 3.071) se abstraiu de incluir qualquer norma que fizesse referência ao dano extrapatrimonial, apenas disciplinando a necessidade de “ter legítimo interesse econômico, ou moral”, em seu artigo 76, bem como a obrigação de reparar o dano em caso de “violar direito, ou causar prejuízo a outrem”, no artigo 159, não reconhecendo, pois, a existência do mencionado dano (BRASIL, 1916).

Mesmo após o advento do Estatuto Civil de 1916, o Supremo Tribunal Federal não admitia a indenização do dano moral por si só, além de não consentir sua cumulação com o dano material para fins de indenização, somente reconhecendo-o quando se tratava de acidentes ferroviários devido à previsão trazida pela lei específica, hipótese na qual fundamentava suas decisões no Decreto n. 2.681/1912, e não no Código Civil.

Com o passar do tempo, foram surgindo legislações especiais que admitiram a reparação do dano extrapatrimonial, como é o caso do Código Brasileiro de Comunicações (Lei n. 4.117/1962), Código Eleitoral (Lei n. 4.737/1965), Lei de Imprensa (Lei n. 5.250/1967), Lei dos Direitos Autorais (Lei n. 5.988/1973), Lei dos Danos Nucleares (Lei n. 6.453/1977), Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985), entre outras.

Com o desenvolvimento da sociedade e surgimento de casos concretos, doutrinadores e tribunais pátrios foram paulatinamente alterando seus posicionamentos a fim de acompanhá-la, implicando, pois, na admissão gradativa da reparabilidade do dano extrapatrimonial.

Assim, a partir da publicação da Constituição Federal Brasileira em 1988, adveio a concepção e tratamento jurídico conferidos ao dano moral, já que foi permitida, de uma vez por todas, sua ampla indenização, considerando-se os princípios basilares da dignidade da pessoa humana e

da proteção integral desta, bem como concedendo a tal matéria o caráter de Direito e Garantia Fundamental do indivíduo, conforme se visualiza da literalidade do artigo 5º, incisos V e X⁵.

Depois da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, várias leis especiais foram promulgadas e passaram a se referir expressamente acerca da reparação do dano moral em sua respectiva área de regulamentação, pois essa possibilidade se tornou inquestionável, conforme ocorreu com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990), Lei dos Desaparecidos Políticos (Lei n. 9.140/1995), Nova Lei dos Direitos Autorais (Lei n. 9.610/98), Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) e outras.

Como não poderia ser diferente, o Novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002) adequou as normas privadas ao Diploma Constitucional, prevendo de maneira explícita, em seus artigos 186 e 927, o dano extrapatrimonial e sua conseqüente reparação integral (BRASIL, 2002).

Dessa forma, percebe-se que atualmente é indiscutível, no ordenamento jurídico brasileiro, a existência do dever de indenização pelos danos de ordem moral provocados a alguém, até porque seria injusto que o simples fato de não possuir cunho pecuniário fosse suficiente para impedir sua reparação.

3.2 Denominação e conceito do dano moral

Importante destacar a existência de insatisfação doutrinária no tocante ao uso da expressão “dano moral” para se referir à espécie de prejuízo ora em comento, vez que não possui adequação técnica capaz de qualificar todas as formas de lesão desprovidas de representatividade econômica.

Por essa razão, muitas são as nomenclaturas empregadas nas obras, artigos, trabalhos e julgados para fazerem alusão ao dano moral, sendo aparentemente melhor a utilização do termo dano não-material (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2009), estabelecendo-se exatamente um contraponto ao dano material, concebendo, pois, todo o patrimônio da pessoa, seja ela física

5 “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; [...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988).

ou jurídica, que não tenha cunho pecuniário, representando, então, os dois grandes grupos de danos admitidos e tutelados pela legislação brasileira.

No entanto, expressões como dano moral e extrapatrimonial já estão verdadeiramente arraigadas à doutrina e à jurisprudência, tanto nacional quanto estrangeira, sendo evidente que alterá-las nesse momento histórico implicaria grande confusão terminológica, motivo pelo qual deve ser mantido o uso de tais termos, mesmo sem a apropriação devida.

Atividade bastante difícil é a conceituação do dano moral, já que a lesão provocada à vítima é invisível, quase sempre suportada em sua esfera mais íntima e incapaz de quantificação econômica.

Na maioria das vezes, trata-se de retirar ou reduzir bens essenciais à vida da pessoa, como a integridade física, liberdade, tranqüilidade, paz, honra, imagem, passíveis de repercutir na sua reputação. Também pode trazer prejuízos afetivos ao patrimônio moral do indivíduo, é o caso da angústia, tristeza, dor, sofrimento, transtorno, preocupação, bem como pode atingir, direta ou indiretamente, ao causar a alguém deformidade permanente.

É possível, ainda, que o dano moral implique em manifesto prejuízo de ordem social, ao denegrir o conjunto de valores do ser construído perante terceiros, ou venha a afetar um direito intrínseco à personalidade, como é o uso da imagem da pessoa sem permissão, não lhe provocando nenhum sofrimento, mas tão somente sua exibição.

Diante de tantas possibilidades de surgimento do dano extrapatrimonial, entende-se a razão de existir grande diversidade de posicionamentos doutrinários acerca do tema, dentre as quais se escolheu algumas a título de exemplificação. Uma corrente se atém a utilizar conceito simplista e negativista, afirmando que dano moral é todo prejuízo não considerado como dano patrimonial. Uma segunda linha de pensamento defende ser o detrimento não resultante de privação pecuniária. Outra posição sustenta que há dano não patrimonial quando a agressão atinge bens imateriais ou fere os valores mais profundos do indivíduo.

Não obstante as definições acima referidas, vale destacar o conceito brilhantemente traçado por Barros (2010, p. 650), ao expor que o dano moral é a “conseqüência de ato ilícito ou atividade de risco desenvolvida por outrem capaz de atingir direitos da personalidade e princípios axiológicos do direito, independentemente de repercussão econômica”.

Noutro pórtico, muito já se discutiu acerca do dano moral se ramificar ou não em estético, ou se este pertence àquele, consubstanciando-se seja na amputação de membro ou outra parte do corpo, seja em cicatriz permanente, sendo posição majoritária a que entende ser uma divisão do dano extrapatrimonial, admitindo-se até a cumulação entre dano moral, estético e material, inclusive com diversos julgados do Superior Tribunal de Justiça a respeito.

Ademais, impende registrar a possibilidade de a pessoa jurídica ser vítima de dano moral, em razão do exposto no artigo 52 do Código Civil (BRASIL, 1916), do artigo 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), bem como da Súmula n. 227⁶ do Superior Tribunal de Justiça, sendo isto pacífico nos tribunais pátrios.

No que tange à natureza jurídica da reparação por dano moral, também neste aspecto não há unanimidade doutrinária, merecendo realce duas correntes, a primeira que defende seu caráter punitivo, ao buscar o castigo do ofensor pela lesão provocada e a repressão de condutas semelhantes; ao passo que o outro posicionamento sustenta a função compensatória ou satisfatória, visando reparar a lesão imputada à vítima ou atenuando-a, como consequência direta do ato ilícito praticado.

Em que pese a divergência acerca da questão suscitada, entende-se que a natureza compensatória possui maior relevância em virtude da irrefragável proteção concedida ao indivíduo, proporcionando ao prejudicado uma satisfação capaz de atenuar a lesão sofrida, motivo pelo qual prevalece em detrimento da intenção punitiva do ofensor, sendo esta mera consequência daquela.

4 DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

Para se compreender o dano moral coletivo, forçoso discorrer acerca dos direitos metaindividuais, notadamente os que se projetam além dos direitos individuais, enquadrando-se de forma intermediária entre o interesse particular e o interesse público, bem como podem ter expressão patrimonial ou extrapatrimonial, a depender unicamente dos valores ou bens atingidos e a serem tutelados.

6 Súmula n. 227, STJ: "A pessoa jurídica pode sofrer dano moral."

Os direitos metaindividuais englobam, por seu turno, os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, que apresentam como traço distintivo a determinabilidade dos seus titulares e a divisibilidade do objeto atingido.

De início, existiram divergências acerca da conceituação de tais espécies de direitos, havendo, inclusive, quem considerasse sinônimos os termos “difusos” e “coletivos”, não tendo isso prosperado em face da observação das diferenças existentes entre cada um, sobretudo no tocante ao grau de afetação dos mesmos.

Com o advento do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/1990, os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos receberam definição legal, sendo dispostos em ordem decrescente com relação ao alcance da coletividade, ao tratar primeiro dos direitos difusos, depois dos coletivos e, por último, dos individuais homogêneos.

Merece destacar que o referido Diploma Legal utilizou “interesses” e “direitos” na mesma acepção, sendo isto aceito e defendido de modo quase unânime pela maioria da doutrina, uma vez que quando o interesse é amparado pela legislação passa a constituir nítido direito de seu titular, não havendo necessidade para distinção.

De acordo com o artigo 81, parágrafo único, inciso I, da Lei 8.078/1990, os direitos difusos abrangem quantidade de pessoas indeterminadas, conectadas por uma situação de fato, e estão incluídos nos transindividuais de caráter indivisível (BRASIL, 1990).

Com relação à qualidade dos sujeitos, nos interesses difusos não há como identificar quem são os reais titulares do direito e também não existe nenhum liame jurídico entre eles, mas tão somente uma identificação circunstancial. Quanto ao bem jurídico tutelado, este é indivisível por sua própria natureza, o direito aqui pertence à coletividade, ou haverá benefício ou a lesão de todos, não tendo como fracioná-lo.

Os direitos coletivos, definidos no mesmo artigo 81, parágrafo único, inciso II, do Código Consumerista (BRASIL, 1990), são também transindividuais, no entanto, titularizados por categoria, grupo ou classe de indivíduos, vinculados entre si ou com a parte adversa através de uma ligação jurídica base.

Nesse caso, também há indivisibilidade do objeto, o qual não pode ser repartido e é afeto aos membros da coletividade lesada de modo indistinto, porém, diferenciam-se dos interesses difusos no tocante aos sujeitos, que são

determinados ou determináveis, por possuírem o mesmo direito violado ou se comunicarem por idêntico elo jurídico, que preexiste à lesão ou ameaça desta.

O Código de Defesa do Consumidor, no inciso III, parágrafo único, do artigo 81, incluiu ao rol às defesas coletivas os direitos e interesses individuais homogêneos, que se configuram em face de uma origem comum (BRASIL, 1990).

Esse tipo de direito é, em sua essência, direito individual, sendo divisível e disponível no que concerne ao titular; porém, como a quantidade de indivíduos atingidos de maneira uniforme é considerável e decorrente de idêntico fato gerador, busca-se a tutela coletiva de tais pessoas em nome da relevância social, visto que se trata de interesses individuais com dimensão coletiva, atendendo, inclusive, aos princípios da celeridade, economia e isonomia processual.

Assim, é possível afirmar que o elemento distintivo entre os interesses difusos e coletivos são os sujeitos, mas têm em comum a transindividualidade, por transcenderem a esfera individual, e a indivisibilidade, por tutelarem bem não passível de divisão, que satisfaz ou prejudica a todos, razão pela qual se deve aplicar a mesma decisão para toda a coletividade atingida, seja esta determinável ou não.

Diferentemente, no tocante aos direitos individuais homogêneos, cada integrante do grupo detém sua própria esfera de direitos subjetivos, sendo-lhe facultado apresentar ação singular, embora se conecte a uma comunidade por apresentar pontos comuns a ela, motivo por que também merece a tutela coletiva, notoriamente para não ensejar provimentos judiciais desiguais para situações semelhantes e com lesões uniformes.

Dessa forma, é patente o amparo legal coletivo aos mencionados direitos, acima de tudo por buscarem salvaguardar os interesses da sociedade como um todo, cada vez mais interligada com o seu próprio desenvolvimento e constante avanço, sendo bastante justo que as vítimas de idêntico fato recebam reparações equivalentes por lesões análogas.

5 DO DANO MORAL COLETIVO

É de se notar que a responsabilidade civil busca permitir a existência de harmonia, ponderação e prudência nas relações sociais, possuindo considerável importância no direito atual ao acompanhar a sociedade e os

conflitos eventualmente gerados com surpreendente dinamismo, assim como abarca assuntos dos mais diversos ramos.

Com o passar do tempo, percebe-se que houve aumento significativo na proteção jurídica dispensada aos indivíduos e à comunidade como um todo, certamente na intenção de amparar o extenso leque de direitos inerentes a ambos.

Em compasso com o desenvolvimento da sociedade, a tutela jurídica vem se flexibilizando e se adaptando às necessidades desta, ao reconhecer além do dano material o extrapatrimonial e, posteriormente, ampliar a proteção da esfera individual para a coletiva, salvaguardando a integralidade do ser humano.

Assim, os interesses metaindividuais foram reconhecidos e, com estes, adveio a possibilidade de a comunidade, grupos, classes e categorias de indivíduos titularizarem direitos e buscarem o amparo jurisdicional para solucionar injusta lesão decorrente do mesmo fato, implicando no surgimento do dano moral coletivo.

A discussão propriamente dita acerca dos direitos coletivos teve início, no Brasil, com os estudiosos de direito processual, especialmente quando proclamadas leis disciplinadoras de demandas coletivas, notadamente a Lei 7.347/1985 (artigo 1º, caput - com redação dada pela Lei 8.884/1994), Constituição Federal de 1988 (artigo 5º, V e X) e a Lei 8.078/1990 (artigo 6º, VI e VII), evidenciando-se o cuidado do legislador em oferecer proteção aos direitos individuais e coletivos.

Em face do crescente avanço social, as relações individuais titularizadas por dois sujeitos foram se mostrando ineficazes para corresponder aos anseios da comunidade, ensejando significativa conflituosidade, o que apenas poderia ser dirimida com a propositura de ação coletiva capaz de englobar todas as pessoas envolvidas pela situação.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 foi ampliado o rol de direitos materiais, bem como inseridos alguns dispositivos acerca dos danos de caráter coletivo e social, assegurados através de medidas como o mandado de segurança coletivo, a possibilidade da defesa em juízo dos interesses da coletividade por sindicatos e associações, menção expressa à ação civil pública para amparar interesses difusos e coletivos, entre outros.

5.1 Da caracterização e conceito do dano moral coletivo

Para restar caracterizado o dano moral coletivo, dois aspectos são fundamentais, quais sejam, a integral proteção dos direitos relativos à personalidade e à dignidade da pessoa humana, bem como a coletivização do direito, ensejado por relações semelhantes e com repercussão social.

Pode-se dizer que o avanço e a organização da sociedade terminaram por implicar na descoberta de interesses e valores vivenciados e reparados por uma determinada comunidade, seja ela considerada ou não em toda sua extensão.

No caso do dano moral coletivo, há direitos intrínsecos à coletividade, com caráter não-material, revelando valores compartilhados pela sociedade e com importância para ela, que implicam natureza verdadeiramente grupal.

Impende destacar que não se consideram os valores, afeições e sentimentos individuais de cada integrante da coletividade, mas sim aquinhoados pela própria comunidade e que a caracterizam, independentemente de quem a componha, pois ela é considerada como um todo.

Embora não possua personalidade própria outorgada pelo direito, os grupos sociais compartilham valores, padrões éticos, patrimônios ideais, razão pela qual recebem tutela do ordenamento jurídico brasileiro.

Com a prática de um ato lesivo, não se atinge apenas um indivíduo, mas sim a coletividade (em maior ou menor extensão), grupo, classe ou categoria, que têm interesses essenciais afetados por causa comum, recebendo proteção legal em tal sentido, já que existe relevância social.

A conduta danosa pode implicar danos dos mais diversos possíveis, envolvendo, inclusive, variados campos do direito, como por exemplo, ao patrimônio cultural e público, meio ambiente, classes e grupos de trabalhadores, exploração de trabalho infantil, trabalho escravo, ordem econômica, categorias de consumidores, propagandas enganosas e abusivas, padrões de moralidade, proibidade administrativa, religião, raça, opção sexual, dentre outros.

Registre-se que a lesão sofrida pela coletividade é unitária, apesar do dano ser experimentado pelos vários sujeitos que a integrem de modo semelhante, pois atingiu a todos da mesma maneira e por idêntico ato.

Para haver dano moral coletivo é cogente que haja reparação proporcional ao prejuízo causado, vez que exprime a repercussão do ferimento para a comunidade atingida, de caráter extrapatrimonial e de padrões éticos.

Dessa forma, sempre que ocorrer privação de interesses morais a uma coletividade, também há o direito ao ressarcimento adequado pelo dano imputado, que tem o intuito de restaurar o *status quo ante*, devendo, para tanto, ser pleiteada judicialmente e, depois de arbitrada, será revertida para fundo próprio.

Frise-se que para configuração do dano não-patrimonial coletivo, não é necessário provar nenhuma implicação da lesão causada pela conduta danosa, nem qualquer efeito negativo, já que a coletividade será violada de forma intolerável e injusta em seus interesses transindividuais, sendo isto perceptível, motivo pelo qual prescinde da demonstração de prejuízos ou abalos àquela.

É, então, suficiente à caracterização do dano moral coletivo o efetivo prejuízo aos interesses fundamentais da coletividade como um todo, classe, grupo ou categoria de pessoas, precisando haver razoável significância para a sociedade e ultrapassar os limites admitidos, o que será apurado pelo Judiciário ao analisar cada caso.

O dano moral coletivo funda-se na idéia de transgressão inadmissível aos interesses coletivos, que tem como cerne dano extrapatrimonial, não se confundindo em hipótese nenhuma com qualquer espécie de dor, angústia, perturbação ou sofrimento.

Ressalte-se que deve haver efetiva perda para os interesses da coletividade em decorrência da conduta lesiva, sendo preciso atingir valores e bens fundamentais inerentes à comunidade para existir real dano moral coletivo passível de reparação.

Em síntese do narrado, são pressupostos do dano não-patrimonial coletivo: o ato antijurídico do ofensor, a lesão a interesses essenciais de caráter extrapatrimonial da coletividade, não suportabilidade da conduta e, por fim, a causalidade entre o ato comissivo ou omissivo e dano provocado (MEDEIROS NETO, 2007, p. 136).

Depois de fartamente caracterizado, pode-se afirmar que o dano extrapatrimonial coletivo se constitui com a violação antijurídica à esfera moral da coletividade, atingindo-lhe valores ou bens basilares, sem necessidade de serem comprovados efeitos negativos.

Nesse sentido, traz-se à colação conceito objetivo do que vem a ser a lesão à coletividade, proposta pelo ilustre Procurador do Trabalho Potiguar Medeiros Neto (2007, p. 137), nos seguintes termos:

O dano moral coletivo corresponde à lesão injusta e intolérável a interesses ou direitos titularizados pela coletividade (considerada em seu todo ou em qualquer de suas expressões - grupos, classes ou categorias de pessoas), os quais possuem natureza extrapatrimonial, refletindo valores e bens fundamentais para a sociedade.

Na mesma linha de pensamento, também merece destaque o conceito abordado com excelência por Bittar Filho (2005), *verbi gratia*:

O dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico; quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial. Tal como se dá na seara do dano moral individual, aqui também não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (*damnum in re ipsa*).

Dessa forma, não resta dúvida quanto à definição do dano extrapatrimonial coletivo, que se dá na ocorrência de conduta antijurídica capaz de violar os valores e bens não patrimoniais de uma determinada coletividade, em toda sua extensão ou em menores seguimentos.

5.2 Da incidência do dano moral coletivo

Nos dias atuais, várias são as hipóteses de ocorrência do dano extrapatrimonial coletivo, tendo maior incidência nos ramos do Direito do Consumidor, Direito Ambiental e Direito do Trabalho.

No campo das relações consumeristas, entre os diversos casos possíveis, acontecem com maior frequência lesões coletivas no tocante à publicidade comercial enganosa ou abusiva e fabricação de produto com defeito, implicando, nos dois exemplos, na afetação da sociedade como um todo, que foi lesada de modo geral e coletivo.

Com relação às possibilidades em sede ambiental, também são variadas, sendo mais constantes práticas que infrinjam o direito fundamental de meio ambiente ecologicamente equilibrado, como é o caso de poluição e queimada, bem como agressão a interesses morais transindividuais, ao destruir monumento histórico ou cultural por exemplo.

São vastos, ainda, os danos não-materiais coletivos provocados no âmbito trabalhista, caso de exploração de trabalho infantil, trabalho em condição de escravo, transgressão de normas de proteção a saúde e segurança e não contratação discriminatória, havendo, nessas situações, ofensa aos valores individuais, mas, sobretudo, abalo intolerável à integridade psicofísica da coletividade.

São nas hipóteses de dano grupal ocorridos na área trabalhista que o presente estudo vai tratar de forma mais aprofundada, por ser o seu cerne.

6 DO DANO MORAL COLETIVO NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Há alguns anos, poucas pessoas se aventuravam a afirmar que a Justiça do Trabalho possuía competência para apreciar demandas que abarcassem dano moral, pelo envolvimento direto do Direito Civil. Raros, também, os que arriscavam pronunciar a existência do dano moral inerente às relações trabalhistas, o que atualmente é indiscutível.

A tutela aos direitos coletivos há bastante tempo já ocorria na esfera do Direito do Trabalho, contudo, o Código de Defesa do Consumidor trouxe conceito mais amplo ao até então existente naquele ramo, alargando os legitimados para tutelar os direitos comunitários e implicando em maior proteção à coletividade.

Sabe-se que no campo trabalhista é muito comum haver conflitos coletivos capazes de englobar toda a classe ou categoria de empregados e empregadores, assim como grande parte dos conflitos coletivos é resolvida pela Justiça do Trabalho, devido ao poder normativo que lhe é peculiar, consoante previsão do artigo 114, §2º, da Carta Magna.

O ressarcimento pelo dano moral coletivo tem como finalidade evitar o surgimento de diversas ações judiciais individuais pleiteando prejuízo semelhante, além de facilitar o acesso à justiça, garantir a tutela da moral coletiva, o tratamento isonômico e, ainda, celeridade e eficiência judicial.

Em que pese seja autônomo, o dano moral coletivo trabalhista pertence ao grupo social como um todo, ao representar diversos interesses individuais, essencialmente os dos empregados, independentemente de ser possível identificar quem são os reais titulares do direito ou de estarem vinculados ao mesmo fato danoso, o que se busca é a tutela do dano em abstrato.

6.1 Possibilidades de surgimento

Conjugando-se as assertivas e conceitos preliminarmente expostos, tem-se a constatação de que o dano moral na esfera trabalhista pode extrapolar a figura individual do empregado e atingir um grupo de obreiros ou até a integralidade do quadro de trabalhadores de uma empresa/organização. *In casu*, tem-se uma cristalina e evidente configuração de uma situação de dano moral trabalhista.

O dano moral coletivo trabalhista se verifica em decorrência de flagrante conduta e/ou prática omissiva ou comissiva do empregador em inobservar e não cumprir as regras atinentes à legislação laboral, descuidando-se do meio ambiente do trabalho, ou realizando condutas inaceitáveis e ilícitas de pressão, coerção, ameaça e intimidação, com o intuito de forçar o grupo de colaboradores a abdicar do direito de usufruir de condições laborais mínimas, devidamente tuteladas pelas normas protetivas do direito do trabalho.

Destarte, consoante albergado na legislação pátria, em especial no inciso XXII, do artigo 7º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no art. 154 da Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943), uma coletividade de trabalhadores tem direito à diminuição dos riscos advindos do exercício da atividade laborativa, por intermédio do cumprimento das normas atinentes à saúde, higiene e segurança do trabalho.

Em geral, o descumprimento e violação a essas normas denotam um grave atentado à dignidade humana da coletividade de trabalhadores, clarificando a imposição do dano moral coletivo.

Dentre as inúmeras ocorrências de dano moral coletivo, narrado pela doutrina e objeto de reiterados julgados dos tribunais, destacam-se casos sucessivos relacionados, essencialmente, aos aspectos: lide simulada; terceirização ilícita; fraudes diversas; trabalho escravo; desrespeito às normas de proteção à saúde e segurança; trabalho degradante; discriminação; coação; ofensa à liberdade sindical; violação à intimidade; assédio moral; e improbidade administrativa (MEDEIROS NETO, 2007, p. 149).

Destaca-se que uma mesma conduta danosa pode abranger mais de um dos segmentos mencionados, o que agrava o potencial lesivo do ato ilícito.

Neste ponto, passa-se a análise de algumas das múltiplas situações nas quais a incidência do tema em estudo possui maior frequência no Direito do Trabalho, com a indicação de casos concretos submetidos à deliberação do Poder Judiciário:

- Lide simulada: os principais casos encontrados são decorrentes de simulação de lide perante a Justiça do Trabalho, com o intuito de obtenção de quitação de rescisões contratuais ou homologação de rescisões de contratos laborais e/ou sonegação de pagamento de direitos trabalhistas e rescisórios. (Exemplos: Processos RR 154200-29.2007.5.07.0024 – TST, RR 12400-59.2006.5.24.0061 – TST, RO 00191.2008.056.23.00-4 – TRT 23ª Região).

As situações enfocadas provocaram lesões flagrantes ao grupo de empregados das empresas, além de prejuízos para a sociedade em geral, inclusive com a utilização indevida da estrutura do Poder Judiciário.

- Terceirização ilícita: as diversas situações pesquisadas identificaram a prática de intermediação indevida de mão-de-obra (com a utilização ilegal de cooperativas de trabalho), uso irregular de trabalhadores (vinculados às cooperativas) em atividades típicas de servidores públicos, terceirização ilícita de atividade-fim da empresa estatal. (Exemplos: Processos RO 0214400-34.2008.5.07.0002 – TRT 7ª Região, RO 0088100-08.2009.5.04.0121 – TRT 4ª Região, RO 013674/2010 – TRT 15ª Região).

Os casos analisados envolvem lesões diversas à coletividade, com desvirtuamento dos incentivos legais à política de associativismo/cooperativismo, burla aos direitos laborais, violação ao dever de realização de concursos públicos, dentre outros.

- Trabalho escravo: existe significativo volume de casos identificados nos quais há a ilícita exploração de trabalhadores em condições análogas à

de escravos, com o agravante de que em muitas ocasiões se verifica a utilização de mão-de-obra infantil e a submissão de trabalhadores a condição de trabalho forçado (Exemplos: Processos RO 00096.2005.061.23.00-3 – TRT 23ª Região, AIRR 56140-15.2004.5.03.0096 – TST, RO 00245-2004-811-10-00-3 – TRT 10ª Região).

A hipótese denota inequívoca afronta a todas as normas inerentes às relações trabalhistas e um flagrante atentado ao basilar princípio da dignidade da pessoa humana, agravando-se quando da utilização absurda de mão-de-obra infantil.

- Desobediência às normas de proteção à saúde e segurança: abrangem inúmeras ocorrências, envolvendo desde a ausência de instalações sanitárias adequadas no local de trabalho, condições de higiene, poeira, poluentes, barulhos excessivos, não fornecimento de equipamentos de proteção exigidos para o regular desempenho das atividades, bem como de mobiliário e equipamentos adequados, até a inexistência do programa de controle médico e de saúde ocupacional, dentre outros. (Exemplos: Processos RO 00248-2011-005-21-00-9 - TRT 21ª Região, RO 00945.2009.006.23.00-0 – TRT 23ª Região, RO 01406/2005-008-13-00-2 – TRT 13ª Região).

- Discriminação: refere-se à prática de conduta discriminatória em relação à coletividade de trabalhadores, abarcando diversos procedimentos e atitudes, tais como: contratação de pessoas portadoras de deficiência, tratamentos diferenciados em razão de sexo, raça, idade, religião, demissão de dirigentes sindicais, retaliação a empregados que interpõem demandas judiciais. (Exemplos: Processos MC 00349/2005-000-08-00-0 – TRT 8ª Região, RO 00067/2006-076-03-00-0 – TRT 3ª Região, RO 01718-2007-003-16-00-0 – TRT 16ª Região).

- Coação: realização de conduta ilícita relativa à coação de trabalhadores para desistirem de ação proposta pelo sindicato profissional, a assinarem documentos em branco, pressão para que trabalhadores renunciem a direitos trabalhistas ou aceitem condições lesivas, etc. (Exemplos: Processos RO 01277/2003-071-15-00-6 – TRT 15ª Região, RO 01832-2002-001-1-00 – TRT 17ª Região, RO 00726-2001-016-10-00-2 – TRT 10ª Região).

- Ofensa à liberdade sindical: consiste, basicamente, em ingerência no processo de filiação de trabalhadores ao sindicato profissional, bem como a prática de conduta discriminatória quanto à atuação sindical dos

trabalhadores e/ou exercício livre de seus direitos associativos. (Exemplos: Processos RO 00514/2006-099-03-00-5 – TRT 3ª Região, RO 01028/2005-003-13-00-5 – TRT 13ª Região, RO 00515/2005-007-03-00-0 – TRT 3ª Região).

- Violação à intimidade: incide em prática de condutas abusivas e degradantes aos trabalhadores, tais como: realização de revistas íntimas de natureza humilhante e/ou vexatória, filmagem de locais sem prévio conhecimento dos empregados, violação ao direito à intimidade e a honra, constrangimento físico e moral, dentre outros. (Exemplos: Processos RO 00202/2003-003-20-00-2 – TRT 20ª Região, RO 00506/2005-011-08-00-1 – TRT 8ª Região, RO 01288/2005-003-22-00-1 – TRT 22ª Região).

- Assédio moral: envolve prática de condutas diversas junto aos trabalhadores, constrangendo-os sob vários aspectos, ao envolver assédio constante imposto aos obreiros, visando a obtenção de maior produtividade, além de constrangimentos e punições em caso de não concretização das metas estabelecidas. (Exemplos: Processo RO 6000-73.2009.5.21.0007 – TRT 21ª Região, RO 01034/2005-001-21-00-6 – TRT 21ª Região, RO 00014/2005-003-14-00-9 – TRT 14ª Região).

- Improbidade Administrativa: abrangem diversas condutas de natureza ilícita, praticadas em descompasso com as normas atinentes à gestão pública, dentre as quais se evidenciam: o ato de anular concurso e afastar servidores, sem oferecimento do direito de defesa e com inobservância de princípios norteadores da administração pública; contratação de servidores, no âmbito da administração pública, sem atendimento ao requisito do concurso público. (Exemplos: Processo RORXOF 00156/2005-102-22-00-4 – TRT 22ª Região, RO 01640/2005-811-10-4 – TRT 10ª Região, RO 00211/2006-053-18-00-3 – TRT 18ª Região).

- Outras Irregularidades: envolvem o descumprimento reiterado pelo empregador de condutas coibidas pelas normas trabalhistas, causando danos/lesões ao quadro de trabalhadores. Ressalta-se, dentre outras práticas, o uso abusivo de poder de comando da empresa, limitando e controlando excessivamente o tempo em que os empregados usam as instalações sanitárias; exigência de carta de fiança para admissão na empresa; não cumprimento de direitos trabalhistas, como o recolhimento de INSS/FGTS, concessão de intervalos regulares intrajornada e/ou interjornada, repouso remunerado, etc. (Exemplos: Processo RO 00891/2005-001-18-

00-5 – TRT 18ª Região, RO 00251/2006-006-23-00-0 – TRT 23ª Região, RO 02597/2005-007-11-00-0 – TRT 11ª Região).

Enfatiza-se que em todos os casos e enquadramentos retro tipificados, as demandas interpostas, em sua quase totalidade pelo Ministério Público e Entidades Sindicais, tiveram como objetivo precípua a observância das normas protetivas à dignidade da pessoa humana, dos direitos e garantias fundamentais do cidadão e das relações de trabalho, todos devidamente albergados pela Carta Magna.

Subseqüentemente, a atuação do Estado-Juiz vem propiciar a efetividade da prestação jurisdicional, minimizando os transtornos impostos à coletividade, haja vista que, além de aplicar sanções com triplo efeito (punitivo, preventivo e pedagógico), atua de modo a contribuir para harmonização da coletividade e promoção da paz social.

Destaca-se, ainda, que as condenações reparatórias, de caráter pecuniário, têm como destinatário final das indenizações, na maioria das vezes, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem como objetivo o financiamento de ações estruturadas em torno do Programa do Seguro Desemprego (com as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação de mão-de-obra) e os Programas de Geração de Emprego e Renda, o que proporciona benefícios para toda a gama de trabalhadores, em especial para o segmento de menor poder aquisitivo de nossa sociedade.

Encontram-se, portanto, relatadas as principais possibilidades configuradoras de dano moral coletivo na esfera do Direito do Trabalho, tendo cada vez mais acolhimento pela jurisprudência e doutrina pátrias, embora ainda seja necessário maior debruce sobre o tema.

6.2 Aspectos processuais

6.2.1 Da medida judicial hábil a proteção do dano coletivo

No intuito de proteger os direitos de uma coletividade, estejam eles violados ou na iminência de sê-los, faz-se cogente a utilização do instrumento jurídico cabível para defesa do interesse daquela, em regra, a ação civil pública, que obedece às disposições da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação

Civil Pública), com as alterações posteriormente introduzidas, bem como da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), de forma subsidiária.

Com a referida ação, pode-se tutelar os interesses transindividuais, sejam eles difusos ou coletivos, bem como os individuais homogêneos, protegendo, assim, todas as possibilidades de danos a classes, grupos ou categorias de pessoas.

Ademais, para proteção dos direitos individuais homogêneos também é possível o ajuizamento de ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, com espeque nos artigos 91 e seguintes do Código Consumerista, permanecendo a legitimidade do rol mencionado no artigo 82 do mesmo diploma legal (BRASIL, 1990).

Aos remédios jurídicos em comento, a depender do que queiram resguardar, é permitido buscar a concessão de tutela inibitória (para prevenir a prática de determinado ato ou sua continuidade), ressarcitória (se o dano ocorrido tiver provocado prejuízo) ou reintegratória (para eliminar o exercício do ato danoso).

Importante frisar que a tutela inibitória e a reintegratória miram a extirpação do ato lesivo ou de sua continuidade, e não o dano propriamente dito, sendo este mera consequência do ilícito, como é o exemplo da interdição de indústria produtora de barulhos excessivos, prejudicando a saúde dos trabalhadores e da população limítrofe.

A tutela ressarcitória, por seu turno, visa a ampla reparação da lesão provocada à coletividade para se atingir o *status quo ante*, havendo, somente na hipótese de não ser possível atingir a situação anterior, indenização em pecúnia, não sendo esse, porém, o objetivo inicial. Como exemplo dessa hipótese de tutela, tem-se a utilização de trabalho em uma fábrica em condições análogas à de escravo ou infantil, apenas restando a reparação financeira como medida punitiva, tendo em vista que não é possível voltar no tempo para inibir sua ocorrência.

Por fim, é admitido pelo Código de Processo Civil e Código de Defesa do Consumidor, nos artigos 461 (BRASIL, 1973) e 84 (BRASIL, 1990), respectivamente, que se pleiteie a tutela na forma mandamental, ou seja, sob pena de multa em caso de não cumprimento, bem como na forma executiva, quando a obrigação será cumprida por terceiro e custada pelo real autor do evento danoso, além de ainda ser possível cumular

o requerimento pretendido com pedido de tutela antecipada, a ser reconhecido pelo princípio da fungibilidade.

6.2.2 Da legitimidade para ajuizar a ação competente

Para tutelar os interesses inerentes à coletividade, através de ação civil pública, é essencial tratar da legitimidade para propositura desta, tendo embasamento no artigo 5º da Lei n. 7.347/1985 (BRASIL, 1985) e no artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/1990 (BRASIL, 1990).

Cumprir pontuar que a promoção de ação civil pública é uma das atividades institucionais do Ministério Público, conforme se vislumbra nos termos do artigo 129, III, da Constituição Federal, dentre as quais está a “de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (BRASIL, 1988).

Como se depreende do artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), a legitimidade para proteção dos interesses difusos e coletivos é autônoma e concorrente entre todos os legitimados (o Ministério Público, União, Estados, Municípios, Distrito Federal, órgãos e entidades da Administração Pública – direta ou indireta – e associações constituídas há pelo menos um ano e que visem a defesa dos interesses e direitos), dentre os quais merece ênfase o Ministério Público, especialmente o do Trabalho, e os sindicatos, possuidores de bastante força na seara trabalhista.

No entanto, para tutela das lesões ao direito individual homogêneo, a via processual adequada é a ação civil coletiva (regida pelos artigos 91 e seguintes da Lei 8.078/1990), para a qual permanece a legitimidade dos mencionados no dispositivo supracitado e se dá por meio de substituição processual, pois nessa modalidade há um somatório de interesses individuais, pertencendo o direito aos substituídos, embora não figurem diretamente no pólo ativo da demanda judicial coletiva.

Cabe destacar que a legitimidade conferida ao Órgão Ministerial para ajuizar ação civil pública não exclui a dos demais legitimados, por ser concorrente, permanecendo a possibilidade de fazê-lo, havendo, inclusive, a faculdade de habilitar-se como litisconsorte de qualquer das partes, além de existirem outras hipóteses que permitem o uso de tal medida judicial, em consonância com legislações específicas.

No que tange à atuação do Ministério Público do Trabalho para a proteção dos interesses individuais homogêneos na esfera trabalhista, há divergência jurisprudencial e doutrinária, por ser caso de direito divisível em face de sua própria natureza.

Se já não fosse o bastante, os sindicatos, sobretudo no Direito do Trabalho, possuem grande prestígio e confiança por parte dos sindicalizados, o que retira em parte a possibilidade do Ministério Público do Trabalho ajuizar a demanda competente, embora o interesse social também permita sua atuação de modo legítimo.

Merece destaque o artigo 83, III, da Lei Complementar nº 75/1993 que legitima o Ministério Público do Trabalho para “propor de ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa dos interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos” (BRASIL, 1993).

Assim, ao buscar incessantemente a proteção dos direitos assegurados aos trabalhadores, agasalhando os interesses previstos na Constituição Federal e Consolidação das Leis do Trabalho, sobretudo os direitos e garantias fundamentais e sociais, conclui-se por patente a propositura, pelo Ministério Público do Trabalho, de ação civil pública para defesa de direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e sociais.

6.2.3 Da competência para processar e julgar a ação civil pública

Com relação à competência material para processar e julgar a ação civil pública trabalhista, protegendo direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos trabalhadores, não há discussão de que a competência é da Justiça do Trabalho, consoante preconiza o artigo 114, I e IX, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Porém, existe desacordo acerca de qual a instância competente, se as varas trabalhistas do local do fato, se o Tribunal Regional do Trabalho ou o Tribunal Superior do Trabalho, a depender da circunscrição, ou, ainda, as varas, o Tribunal Regional do Trabalho ou o Tribunal Superior do Trabalho, a depender da abrangência do dano, se local, regional ou nacional, respectivamente.

Registre-se que o Tribunal Superior do Trabalho posicionou-se a favor do primeiro entendimento, convergindo com o disposto no artigo 2º da

Lei da Ação Civil Pública, Lei n. 7.347/1990 (BRASIL, 1990), notadamente o do local do fato no qual acontecer a lesão, facilitando sobremaneira a prestação jurisdicional, além de ser competente o foro do Distrito Federal se for caso de repercussão regional ou nacional.

6.2.4 Da litispendência e coisa julgada

Constata-se hipótese de litispendência no momento da propositura de nova lide, idêntica a outra anteriormente ajuizada. Para se configurar, deve haver identidade de partes, objeto e causa de pedir, em consonância com artigo 301, §2º, do Código Processual Civil Brasileiro (BRASIL, 1973).

A litispendência, ao reconhecer reprodução de demanda, tem por finalidade impedir que se decida a mesma questão de modo diferente, bem como evitar o desperdício da apreciação da ação pelo Judiciário, o qual tem grande apreço pelos princípios da celeridade e efetividade.

Vale salientar o artigo 104 da Lei 8.078/1990, que afirma não existir litispendência entre as ações individuais e as coletivas estabelecidas no artigo 81, I e II, daquele Estatuto Consumerista, mesmo se ambas estiverem em curso e postularem reparação por danos morais decorrentes de idêntico ato (BRASIL, 1990).

Ainda no artigo 104 do Código de Defesa do Consumidor, vislumbra-se que demandantes da ação individual somente serão atingidos pelos efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes*, caso requeiram a suspensão de suas respectivas ações individuais, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência nos autos da ação coletiva (BRASIL, 1990).

Nos casos de ação que versem acerca dos direitos coletivos e individuais homogêneos, permite-se ao interessado escolher se sua demanda será ou não suspensa e, a depender dessa decisão, será ou não beneficiado pelo provimento jurisdicional advindo do processo coletivo.

Assim, percebe-se a existência de duas alternativas ao autor a título individual: na primeira, continuará com sua ação individual e será afastado da dimensão subjetiva da decisão coletiva; ou, na segunda, poderá pleitear a suspensão (sem limites temporais e perdura até o trânsito em julgado da decisão coletiva) da demanda individual, em 30 (trinta) dias da ciência contados da ação coletiva, favorecendo-se da coisa julgada coletiva e, caso seja declarada improcedente, o autor poderá dar continuidade ao seu pleito individual.

6.2.5 Da prescrição

A prescrição é um instituto jurídico que põe fim a pretensão de determinado direito, não exercido dentro de certo prazo estabelecido por norma jurídica, tendo início quando ocorre a violação ao direito. Concede segurança e certeza jurídicas, bem como paz pública e social às relações firmadas.

Para se tutelar lesão moral provocada a interesses difusos e coletivos, a pretensão é imprescritível, já que o interesse em questão é indisponível, não havendo o que se cogitar em prescrição acerca de reparação por ato lesivo causado, nem das obrigações de fazer ou não fazer que envolvam aqueles direitos.

Em contrapartida, quanto aos direitos individuais homogêneos, ad-vém a prescrição, pois os direitos são divisíveis e disponíveis, enquadrando-se nos prazos prescricionais trabalhistas, quinquenal durante a realização do contrato de trabalho, e bienal, depois de encerrado o vínculo contratual.

Há quem discorde dos prazos de prescrição quinquenal e bienal aplicados ao dano moral coletivo nas relações de trabalho decorrentes de ofensa a direito individual homogêneo, entendendo pela existência de compensação civil. Assim se posiciona o respeitável Schiavi (2011), ao afirmar que “a prescrição para o ajuizamento da ação coletiva visando a reparação do dano moral, cujo interesse é individual homogêneo, é a do Código Civil, sendo o prazo de 10 anos, já que se trata de verba de índole civil e não trabalhista”.

Esse posicionamento parece ser o mais acertado, uma vez que o âmbito da relação trabalhista é apenas o meio de ocorrência do ato lesivo, no entanto, a reparação deste possui cunho nitidamente cível, ao buscar compensar o prejuízo sofrido, nada envolvendo o Direito do Trabalho, nem tampouco o recebimento de verbas trabalhistas, implicando, então, no alargamento do prazo de prescrição, que deveria ser de 10 (dez) anos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo desenvolvido, pode-se afirmar que o direito tem por finalidade conservar a estabilidade e paz social, além de manter a integridade moral e material das pessoas e dos grupos sociais.

As dificuldades e riscos inerentes à sociedade foram determinantes para se estabelecer proteção ao indivíduo e à coletividade como um todo, implicando em percepção abrangente do dano moral.

Nos dias atuais, a sociedade está cada vez mais interligada e com maior interação, mais voltada para aspectos sociais e solidários, o que resalta os interesses coletivos (*lato sensu*), sendo marcantes a transindividualidade e a indivisibilidade do objeto.

É indiscutível que houve considerável avanço no âmbito da responsabilidade civil, que passou a tutelar não apenas os direitos individuais, mas também os inerentes à coletividade, seja esta em toda sua extensão ou em grupos, reprimindo as injustas lesões praticadas a todos àqueles.

Os dispositivos legais asseguram aos componentes da sociedade a integridade do patrimônio constituído e de sua moral, sendo necessário estipular reparação dos mesmos em caso de infringência por prática de ato ilegal e injusto, a ser paga pelo autor da lesão.

O dano moral coletivo, em resumo, consiste na agressão desmotivada aos interesses e direitos de natureza transindividual, sendo inquestionáveis à manutenção do equilíbrio e bem-estar social. Importante ressaltar que o reconhecimento do dano moral coletivo não se vincula à comprovação de efeitos negativos.

No tocante ao dano moral nas relações trabalhistas, vislumbra-se que o tema foi pouco estudado, uma vez que ainda é pequena a disponibilidade de acervo bibliográfico a respeito, em que pese o Direito do Trabalho ser um ramo bastante suscetível à ocorrência da citada espécie de dano.

Embora sem o debruce doutrinário a que faça jus, o dano moral coletivo possui grande importância, pois pela própria essência a Justiça Trabalhista trata de grupos, classes ou categorias de pessoas, sendo os trabalhadores em muitas vezes prejudicados por práticas desrespeitosas, abusivas e/ou discriminatórias por parte dos empregadores.

Assim, percebe-se uma forte tendência jurisprudencial em coibir os atos ilícitos e práticas de risco sofridas pelos trabalhadores, ao tentar garantir a estes direitos e garantias fundamentais assegurados constitucionalmente e nos artigos consolidados.

Quando não for possível atingir o estado anterior ao do dano causado, a reparação estipulada pelo magistrado deve possuir valor suficiente à reprovação, punição e desestímulo do ato ilícito, além de possuir montante razoável para não implicar na falência do ofensor.

A reparação do dano visa a satisfação tanto do indivíduo diretamente prejudicado, quanto da coletividade, além de também punir o ofensor e desestimulá-lo a praticar novas condutas lesivas em detrimento dos interesses sociais.

O meio, por excelência, para tutelar os direitos coletivos *lato sensu* é a ação civil pública, cabendo registrar que o prazo prescricional para ajuizamento de demanda com a finalidade de resguardar os interesses difusos e coletivos é imprescritível, enquanto para proteção dos direitos individuais homogêneos pode ser quinquenal, na permanência da relação trabalhista, ou bienal, se finalizado o vínculo contratual.

No tocante à destinação das compensações pecuniárias recebidas nas demandas de dano moral coletivo nas relações trabalhistas, gozam de regulamentação específica e devem ser revertidas para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, revertendo-se em práticas benéficas aos próprios trabalhadores.

Registre-se, por fim, que o dano moral coletivo nas relações trabalhistas possui grande importância e prescinde de estudo doutrinário mais aprofundado, além de também merecer disciplinamento legal próprio, já que atualmente é regido de forma precária por leis esparsas. Isso se faz indispensável por ser instituto capaz de atingir quantidade indeterminada de indivíduos e causar prejuízos incomensuráveis, tanto aos trabalhadores de forma direta, quanto a toda a coletividade.

8 REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2010.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 559, 17 jan. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6183>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm.

BRASIL. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>.

BRASIL. **Decreto n. 2.681, de 07 de dezembro de 1912**. Regula a responsabilidade das estradas de ferro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2681_1912.htm.

BRASIL. **Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.

BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm.

BRASIL. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública e dá outras providências. **Lei da Ação Civil Pública**. Brasília: Congresso Nacional, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm. Acesso em: 19 out. 2011.

BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Código de Defesa do Consumidor**. Brasília: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso em: 02 nov. 2011.

BRASIL. **Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993**. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm>.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Código Civil**. Brasília: Congresso Nacional, 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 19 out. 2011.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 7.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO; Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 3.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2007.

SCHIAVI, Mauro. Dano moral coletivo decorrente da relação de trabalho. **Lacier Livraria e Cursos Jurídicos**, Campinas. Disponível em: <www.lacier.com.br/artigos/Dano%20Moral%20Coletivo.doc>. Acesso em: 14 nov. 2011.

ESTABILIDADE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DE LINHAÇA DURANTE ESTOCAGEM

Everlane Ferreira Moura¹

Monique Silveira Rosa²

Isabelle Cristina do Nascimento³

Ana Maria da Silva Souza⁴

RESUMO

Linhaça, semente do linho (*Linum usitatissimum* L.) rica em substâncias com propriedades funcionais. A preservação dessas propriedades depende de boas práticas de métodos de estocagem do produto comercializado. Investigou-se a estabilidade físico-química e microbiológica em linhaças encontradas à venda no mercado do Natal-RN. Foram realizadas as seguintes análises: grau de insaturações dos ácidos graxos (método de Wijs) em 0, 30, 60 e 90 dias de estocagem; e contaminação por bolores e leveduras a 26°C e a 100°C, aquecida por 8 minutos. Os resultados microbiológicos apresentaram contaminação por fungos a 26°C ($1,0 \times 10^2$ a $1,0 \times 10^6$ unidades formadoras de colônia de bolores e leveduras). A contaminação foi eliminada a 100°C. Os resultados físico-químicos revelaram uma perda significativa das insaturações (ômega) dos ácidos graxos no período de armazenamento. Esses resultados apontam para uma inapropriada forma de armazenamento da linhaça exposta à venda, e consequente perda da sua qualidade nutricional.

Palavras-chaves: Linhaça. Estabilidade físico-química e microbiológica. Ômega-qualidade funcional.

PHYSICAL-CHEMICAL AND MICROBIOLOGICAL STABILITY OF LINHAÇA DURING STORAGE

ABSTRACT

Flaxseed, linseed (*Linum usitatissimum* L.) rich in substances with functional properties. The preservation of these properties depends on good practices of methods of stocking the marketed product. The physico-chemical and microbiological stability of linseeds found for sale in the Natal-RN market was investigated. The following analyzes were carried out: degree of unsaturations of the fatty acids (Wijs method) at 0, 30, 60 and 90 days of storage;

1 Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Rio Grande do Norte/UNI-RN. E-mail: everlane@unirn.edu.br
CV: <http://lattes.cnpq.br/5157139686256561>

2 Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Rio Grande do Norte/UNI-RN. E-mail: moniquerosa@yahoo.com.br
CV: <http://lattes.cnpq.br/5816468791017474>

3 Acadêmica do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Rio Grande do Norte/UNI-RN. CV: <http://lattes.cnpq.br/8908619674494658>

4 Professora do Centro Universitário do Rio Grande do Norte/UNI-RN. CV: <http://lattes.cnpq.br/90333585774701564>

and contamination by molds and yeasts at 26 ° C and 100 ° C, heated for 8 minutes. The microbiological results showed fungi contamination at 26°C ($1,0 \times 10^2$ a $1,0 \times 10^6$ colony forming units of yeasts and molds). The contamination was eliminated at 100 ° C. The physico-chemical results revealed a significant loss of the unsaturations (omegas) of the fatty acids in the storage period. These results point to an inappropriate form of storage of the flax exposed for sale, and consequent loss of its nutritional quality.

Key-words: Linseed. Physico-chemical and microbiological stability. Omega-functional quality

1 INTRODUÇÃO

Linhaça (*Linum usitatissimum* L.) é a semente do linho, uma planta da família das *Lináceas*, muito utilizada em culinária. Por ser rica em substâncias com propriedades funcionais é também usada em farmácias de manipulação e na indústria cosmética. No mercado, é comercializada nas formas de sementes, farinha e óleo de linhaça. O óleo de linhaça é rico em ácidos graxos insaturados (ômega 3 e 6), benéficos à saúde humana, enquanto a farinha de linhaça, além de ser rica em ácidos graxos essenciais, contém fibras, vitaminas e minerais, sendo usada como complemento alimentar em pães, bolos e biscoitos ou misturada crua aos alimentos (GALVÃO et al, 2008).

A procura por linhaça cresceu no mercado depois que ganhou fama de superalimento. Considerado um alimento funcional no Brasil, suas propriedades nutricionais têm sido muito importantes contra doenças cardiovasculares, alguns tipos de cânceres, diabetes, obesidade, além de ajudar a reduzir os níveis elevados de colesterol (SOARES et al., 2009).

Por se tratar de um alimento altamente perecível, a linhaça requer cuidados desde o plantio, colheita, manuseio e, principalmente, na conservação durante estocagem, pois pode sofrer alterações de qualidade por deterioração química, enzimática e microbiológica (CORDEIRO; FERNANDES; BARBOSA, 2009).

As sementes de linhaça podem ser contaminadas por vários microrganismos, como bactérias e fungos. A contaminação por fungos, normalmente, iniciar-se ainda no campo, durante o desenvolvimento das sementes ou no período de colheita. Já a contaminação por bactérias ocorre, geralmente, durante manipulação e processado sob práticas inadequadas de higiene sanitária. As condições de distribuição e estocagem proporcionarão à multiplicação desses microrganismos (FORSYTHE, 2005).

Durante o armazenamento, os grãos de linhaça podem sofrer oscilações de umidade, temperatura e presença de luz, que poderão desencadear reações de degradação enzimáticas e não-enzimáticas, e reações de oxidação, reduzindo os teores de ácidos graxos insaturados presentes nos grãos e resultando em produto indesejável para o consumo humano (OETTERER; ARCE; SPOTO, 2006).

Umidades elevadas aceleram a atividade biológica no grão, desencadeando reações de oxidação enzimáticas. Além da umidade e da temperatura, o contato com o oxigênio atmosférico, ou com aquele dissolvido no próprio óleo, causa a hidrólise das gorduras, liberando glicerol e ácido graxo livre, e ainda rompe as insaturações nas cadeias carbônicas dos ácidos graxos, provocando uma modificação do perfil lipídico, de ácido graxo insaturado para saturado (CORSINI, JORGE, 2006). Segundo Araújo, (2004).

A farinha e o óleo de linhaça são resultados do processamento das sementes de linhaça e também são passíveis de contaminação e deterioração. São vendidos industrializados ou a granel. O óleo de linhaça, extraído da semente através de métodos específicos, é vendido engarrafado ou em cápsulas gelatinosas. A farinha de linhaça é obtida por trituração das sementes, e pode ser previamente preparada ou estocada. O processamento potencializa os efeitos benéficos da linhaça, pois a casca da mesma é pouco digerida pelo trato gastrointestinal.

Tanto o óleo quanto a farinha e as sementes de linhaça devem ser mantidos bem acondicionados e ao abrigo de luz para evitar a deterioração dos ácidos graxos e diminuição de seu potencial nutricional, pois todos são susceptíveis à contaminação microbológica (MARCIEL; PONTES; RODRIGUES, 2008). Os efeitos nocivos das reações de oxidação podem ser minimizados seguindo-se as boas práticas de estocagem e comercialização de linhaça, segundo a ANVISA, (2002b), pois a adoção de controle de qualidade das sementes, óleo e farinhas de linhaça é fundamental para sua estabilidade físico-química e microbológica. (MARCIEL; PONTES; RODRIGUES, 2008).

Portanto, as condições de armazenamento refletem diretamente na qualidade do produto final. Baseado nesse contexto e na falta de uma padronização nas embalagens e estocagem dos produtos de linhaça marrom no comércio do Natal/RN, o presente trabalho analisou a estabilidade físico-química e microbológica em sementes e farinha de linhaça marrom expostos à venda no comércio local, identificando os níveis de contaminação por bolores e leveduras e grau de insaturação dos ácidos graxos da linhaça, através de análises físico-químicas e microbiológicas específicas, objetivando avaliar as condições de estocagem, e de exposição à venda desses produtos em vários pontos de comercialização do Natal-RN.

2 METODOLOGIA

2.1 Amostragem

Foram investigadas 14 amostras incluindo sementes e farinhas de linhaça expostas à venda em supermercados e pequenos pontos de venda, ou mercadinhos da cidade do Natal/RN. Os pontos de coleta foram definidos através de um levantamento de locais de vendas, subdivididos por regiões da cidade: zona norte, zona sul, zona leste e zona oeste.

Foram coletadas onze marcas de linhaça encontradas no comércio. A Tabela 1 apresenta as amostras de linhaças, representadas simbolicamente pelas letras **a** e **b** e por numerações de 1 a 6. A letra **a** está representando as marcas comerciais de sementes de linhaça, totalizando cinco marcas (**a1**, **a2**, **a3**, **a4**, **a5**), enquanto a letra **b** representa as marcas de farinhas de linhaça, totalizando seis marcas (**b1**, **b2**, **b3**, **b4**, **b5** e **b6**). Para as marcas de sementes de linhaça **a1** e **a4**, obtiveram-se duas amostras, encontradas em pontos de vendas de zonas distintas da cidade. O mesmo aconteceu para a marca de farinha de linhaça **b6**, com duas amostras encontradas em pontos de venda distintos.

A Tabela 1 também apresenta a forma de exposição à venda nas quais as amostras foram encontradas, indicando se estavam em prateleiras próximas ao chão, em gôndolas inferiores, e, conseqüentemente, em contato com a umidade, ou se estavam distantes do chão, em gôndolas superiores. Todas as amostras encontravam-se expostas à luz.

Tabela 1: Mostra as diferentes marcas de sementes (**a1 a a5**) e de farinha (**b1 a b6**) de linhaça mais encontrada no comércio de Natal/RN, 2011.

| Sementes e farinhas de linhaça encontradas no comércio (Natal/RN) | | | | | | | |
|---|--------------------|----|----|--------------------|----|-------|---|
| Zonas da cidade | Marcas de sementes | | | Marcas de Farinhas | | | Armazenamento em prateleiras, encontradas expostas à venda. |
| OESTE | a1 | a4 | | b1 | | | Gôndola média e contato com luz |
| SUL | | a2 | a4 | | b4 | b6 | Gôndola superior e contato com luz |
| NORTE | | | | | b3 | b5 b6 | Gôndola média e contato com luz |
| LESTE | a1 | a3 | a5 | b2 | | | Gôndola Inferior e contato com luz |

Fonte: Dados elaborados para esta pesquisa (2011).

Durante a amostragem, também foram observadas as informações contidas nos rótulos das embalagens. A Tabela 2 mostra que todas as 11 marcas, encontradas expostas à venda, apresentaram irregularidades nas suas condições de armazenamento, bem como nos rótulos, segundo a Legislação de Rotulagem Geral de Alimentos Embalados (BRASIL, 2002). As avaliações dos rótulos foram executadas de acordo com as especificações da Legislação RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002 que trata da rotulagem de alimentos embalados.

Tabela 2: Condições de armazenamento e especificações nas embalagens das marcas de linhaça comercializadas em Natal/RN em 2011.

| Marcas de linhaça | Embalagens | |
|-------------------|--|---------------------------------|
| | Especificações nos rótulos | Material |
| a1, b2 e b4 | Sem data de fabricação e/ou de validade. | Todas com plástico transparente |
| a2 e a5 | Sem rótulo e/ou endereço do fabricante. | |
| a3 e a4 | Indica que o alimento possui propriedades medicinais ou terapêuticas. | |
| b1, b6 | Destaca a presença de componentes intrínsecos que não é específica a quantidade na informação nutricional. | |
| b3 | Aconselha seu consumo como estimulante, para melhorar a saúde, para prevenir doenças. | |
| b4 e b5 | Não identifica o lote. | |

Fonte: Dados elaborados para esta pesquisa (2011).

As inadequações mais significativas destacaram a presença de componentes intrínsecos ou próprio e não informa a quantidade na informação nutricional. Além disso, algumas marcas aconselhavam o uso do produto com finalidade de beneficiar à saúde. Algumas não apresentavam data de fabricação, validade, lote e endereço no rótulo da embalagem. Essas informações na rotulagem são de suma importância, pois serão através delas que os consumidores terão a clareza do produto que estão adquirindo.

2.2 Preparação das Amostras para as Análises Microbiológicas e Físico-Químicas

Foram escolhidas duas marcas de sementes, **a1**, **a4**, dentre as amostras coletadas, e uma marca de farinha de linhaça, **b6**, para realização das análises físico-química e microbiológica, por serem as marcas

mais vendidas no comércio local e apresentaram problemas de armazenamento e rotulagem.

As amostras foram adquiridas na qualidade de consumidor e armazenadas nas mesmas condições em que foram encontradas: em material plástico, totalmente transparente e expostas à luz, ar e umidade à temperatura ambiente. Foram submetidas, posteriormente, a análises físico-químicas e microbiológicas nos laboratórios do UNI-RN (Centro Universitário do Rio Grande do Norte).

2.2.1 Análise Microbiológica

As análises microbiológicas foram realizadas seguindo os procedimentos descritos pelas normas do *Food and Drug Administration* - FDA (1992). Cada amostra foi preparada em duas temperaturas: 26°C e 100°C, aquecidas por 8 minutos, aquecidas em recipientes de alumínio previamente higienizado e esterilizado. Após aquecimento, 25g de cada amostra triturada foram adicionadas a 225mL de água peptonada a 0,1%. Foram preparadas uma série de diluições decimais consecutivas de 10^{-2} a 10^{-3} , usando-se 9 mL de água peptonada 0,1% como diluente. Posteriormente foi realizada a análise de bolores e leveduras. De cada diluição preparada foi retirado 0,1mL e inoculado em placas contendo agár batata dextrose, em seguida o inóculo foi espalhado com auxílio de uma alça de *Drigalski*. As placas foram incubadas a 25°C por cinco dias em estufa ventilada marca B.O.D. Após incubação foi realizada a contagem de colônias da placa com maior número de colônias.

O número de Unidades Formadoras de Colônias de Bolores e Leveduras por gramas de amostra (UFC/g de amostra) foi obtido a partir dos resultados das análises das placas selecionadas, observando-se o seguinte cálculo:

$$\text{UFC/g} = (\text{N}^{\circ} \text{ de colônias por placa} \times 10 \times \text{o inverso da diluição})$$

- **Padrão microbiológico de comparação:** não existe parâmetro para crescimento de bolores e leveduras em semente de linhaça, uma vez que o crescimento de fungo caracteriza o alimento como de má qualidade.

2.2.2 Análise físico-química - Determinação do índice de iodo (método de Wijs)

Foram extraídos os óleos presentes nas respectivas amostras de sementes de linhaça (a1 e a4) e da farinha de linhaça (b6). As amostras foram preparadas de acordo com as normas do Instituto Adolfo Lutz (1985). A extração do óleo de linhaça foi realizada em um extrator Soxhlet à temperatura de 60°C, durante 5 horas. Por ser um processo intermitente, evitando alta temperatura de ebulição do solvente, ele impede a decomposição da gordura na amostra, evitando alterações na composição lipídica das amostras (CECCHI, 2003; LIMA; GONÇALVES, 1997). As massas secas, 15 g a 20 g de amostras, foram imersas diretamente em éter etílico sob ebulição até o mesmo se tornar volátil, arrastando toda a fração gordurosa e demais substância solúveis em éter.

O óleo extraído foi analisado, quanto ao grau de insaturação, através da determinação físico-químicas pelo método de WIJS, descrito por Cecchi (2003), no qual 10 mL de clorofórmio e 25 mL de solução de WIJS são adicionados a 0,25 g do óleo extraído das respectivas amostras. Essa mistura é deixada em repouso por 60 minutos, a temperatura ambiente e ao abrigo da luz. Em seguida são adicionados 10 mL da solução de iodeto de potássio a 15% e 100 mL de água. Essa mistura final é titulada, lentamente, com solução tiossulfato de sódio 0,1 M, sob agitação constante, até o aparecimento de uma coloração amarelada fraca. Neste instante, 1 a 2 mL de solução indicadora de amido 0,5% são adicionados à solução amostra, quando prossegue-se a titulação com o tiossulfato até o desaparecimento da coloração azul característica do amido que foi adicionado. Em paralelo foi preparada a determinação em branco. O índice de Iodo foi calculado de acordo com a fórmula a seguir, a qual mostra a quantidade gasta de tiossulfato de sódio para reagir com o iodo livre, ou seja, aquele que não reagiu com as insaturações contidas no óleo analisado.

Onde V_B e V_A são os volumes gasto em ml na titulação do branco e da amostra respectivamente; M significa a molaridade da solução de tiossulfato de sódio e 12,69 é o peso molecular do iodo e a molaridade do tiossulfato de sódio 0,1M.

$$\text{Índice de iodo} = (V_B - V_A) \cdot M \cdot 12,69 / \text{Peso da amostra}$$

As análises foram realizadas em duplicata e as amostras de semente de linhaça (**a1 e a4**) e de farinha de linhaça (**b6**) foram analisadas quanto

à perda do grau insaturação com o tempo de armazenamento de 0 dias, 30 dias, 60 dias e 90 dias subsequentes, afim de investigar a instabilidade do óleo da linhaça em condições semelhantes às aquelas as quais são submetidas quando expostas à venda no mercado local.

- **Padrão físico-químico de comparação:** as análises físico-químicas foram comparadas com os valores de referência de índice de iodo 155 – 205, de acordo com Cecchi (2003).

2.3 Análise Estatística

Para a análise de dados foi considerado um nível de confiança de 95% ($p < 0,05$), apresenta a média de cada grupo e seus respectivos intervalos de confiança, e análises de variância para um fator (ANOVA ONE WAY). Para as variáveis que apresentaram diferenças entre os grupos foi realizado o Post Hoc de *Bonferroni* e de *Tukey* (CONAGIN; BARBIN, 2006; BORGES; FERREIRA, 2003)

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os níveis de contaminação por bolores e leveduras foram medidos em Unidades Formadoras de Colônias (UFC) por grama de amostra (Tabela 3). Os resultados apontaram para contaminação por bolores e leveduras em todas as marcas analisadas. Embora haja um limite para contagem de bolores e leveduras em farinha e sementes de linhaça, Silva Jr. (2005) considera valores acima de 10^5 UFC/g como uma alta contagem, como ocorreu para a amostra **a1** (Tabela 3).

Tabela 3: Grau de contaminação por bolores e leveduras, expresso em Unidades Formadoras de Colônias (UFC) por grama das amostras de sementes de linhaça (**a1** e **a4**) e de farinha de linhaça (**b6**) obtidas no comércio do Natal/RN, em 2011.

| Linhaça | Amostra | Contagem de Bolores e Leveduras nas amostras | |
|----------|-----------|--|-----------------------|
| | | à 26°C (UFC/g) | à 100°C (UFC/g) |
| Sementes | a1 | $1,0 \times 10^6$ | Não houve crescimento |
| | a4 | $2,0 \times 10^4$ | Não houve crescimento |
| Farinha | b6 | $1,0 \times 10^2$ | Não houve crescimento |

Fonte: Dados elaborados para esta pesquisa (2011).

A presença de contaminação microbiológica indica condições higiênicas inadequadas, além de falhas nas condições de estocagem e/ou processamento, como aborda Siqueira (1995 apud Almeida; Santos, 2008) em sua pesquisa. Estes resultados refletem as condições de armazenamento nas quais as amostras foram encontradas à venda no mercado local.

A amostra **a1** analisada foi aquela da marca encontrada exposta à venda na gôndola inferior (amostras da zona Leste da cidade do Natal/RN). Este resultado indica que a exposição da linhaça a fatores intensificadores da deterioração, o contato maior com a umidade, favoreceu o crescimento de fungos.

Esta prática reduz o seu prazo de validade do produto. Além disso, todas as marcas foram envasadas em material plástico, totalmente transparente, expondo o produto à luz pelo tempo que permanece à venda. Todos esses fatores contribuem significativamente para que ocorram transformações químicas e, conseqüente, alterações organolépticas desses produtos.

Os resultados mostraram também mostraram que um aquecimento à 100°C, durante 8 minutos, inativou o crescimento de fungos. Segundo Silva Jr. (2005), bolores e leveduras possuem resistência ao aquecimento de 65°C durante, pelo menos, 5 minutos.

De uma forma geral, os resultados apresentados aqui, mostram presença de fungos, o que caracteriza que as amostras apresentadas apresentam padrões microbiológicos insatisfatórios. Portanto, todas as marcas analisadas foram reprovadas para o consumo

Quanto a instabilidade físico-química, a Tabela 4 apresenta os resultados dos índices de iodo para as amostras de linhaças **a1**, **a4** e **b6** analisadas no período de abril a julho de 2011. O índice de iodo representa o grau de insaturação do óleo e é calculado em quantidade em massa de iodo absorvido por 100 g de amostra. Uma diminuição desse grau de insaturação representam uma instabilidade química do conteúdo lipídico da linhaça, e isto pode ter relação ao tempo de armazenamento e ao contato com o meio de exposição.

Tabela 4: Valores de índice de iodo por tempo de armazenamento das amostras de sementes de linhaça (**a1 e a4**) e de farinha de linhaça (**b6**) obtidas no comércio do Natal/RN em 2011.

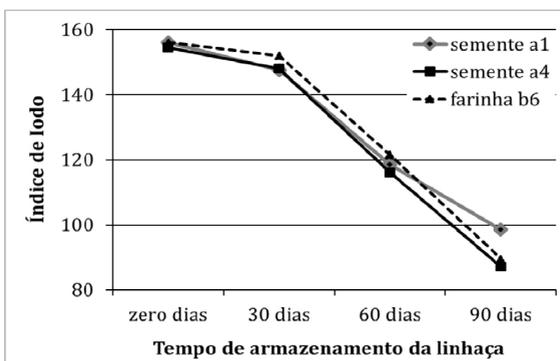
| Tempo de armazenamento | Valores de Referência (CECCHI, 2005) | Índice de Iodo | | |
|------------------------|--------------------------------------|---------------------|-----|-----|
| | | Amostras de linhaça | | |
| | | a1 | a4 | b6 |
| 0 dias | 155-205 | 156 | 155 | 156 |
| 30 dias | 155-205 | 148 | 148 | 152 |
| 60 dias | 155-205 | 119 | 116 | 122 |
| 90 dias | 155-205 | 99 | 87 | 90 |

Fonte: Dados elaborados para esta pesquisa (2011); *Valores de referência (CECCHI, 2005)

Os resultados mostram que tanto a semente quanto a farinha de linhaça apresentaram índices de iodo, dentro dos parâmetros mínimos de referência: 156 para **a1**, 155 para **a4** e 156 para **b6**. A perda de insaturação foi observada com o tempo de 90 dias de armazenamento desses óleos, chegando a um mínimo de 87 para a amostra **a4**, e 90 para **b6** e 99 para **a1** e, ou seja, quase caindo à metade do valor inicial.

A Figura 1 apresenta o gráfico de variação dos índices de iodo por tempo de armazenamento de zero a 90 dias, para cada amostra analisada.

Figura 1: Variação dos índices de iodo das amostras de linhaça com o tempo de armazenamento de zero a 90 dias.

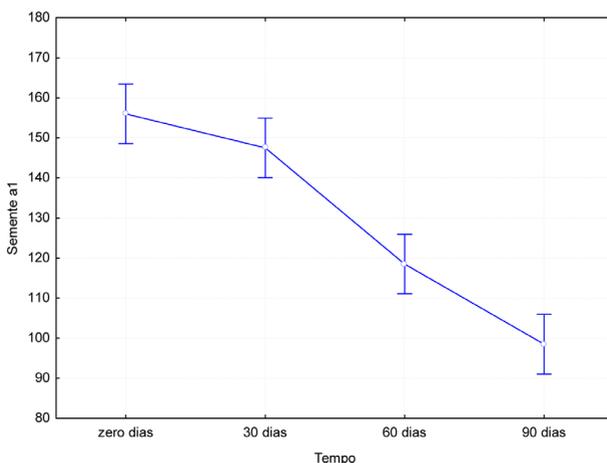


Fonte: Dados elaborados para esta pesquisa (2011).

Embora a farinha (**b6**) tenha passado por processo de trituração, deixando seus constituintes intrínsecos mais expostos a oxidações do que a semente, houve um comportamento semelhante aos resultados de estabilidade das insaturações dos ácidos graxos contidos nas sementes (**a1 e a4**). A queda significativa nos valores dos índices de iodo é observada, para todas as amostras analisadas, a partir de 30 dias de armazenamento, comprovando a relação da estabilidade físico-química com o tempo de armazenamento da linhaça exposta à venda.

A análise estatística envolveu a ANOVA (análise de variância), na comparação das médias, com o teste *post hoc de Bonferroni*. Para avaliação da correlação das médias do índice de iodo em relação ao tempo de armazenamento das amostras, foi realizada a correlação de Pearson, com nível de significância de $p < 0,05$. O resultado da ANOVA confirma que existe diferença na perda de insaturações dos ácidos graxos, de cada amostra (**a1, a4 e b6**), ao longo do tempo de armazenamento. As Figuras 2, 3 e 4 mostram os resultados comportamento das médias e desvio padrão do índice de iodo em relação ao tempo de armazenamento das respectivas amostras, **a1, a4 e b6**.

Figura 2: Gráfico do comportamento das médias e desvio padrão do índice de iodo em relação ao tempo de armazenamento da semente a1 comercializada em Natal/RN, 2011.

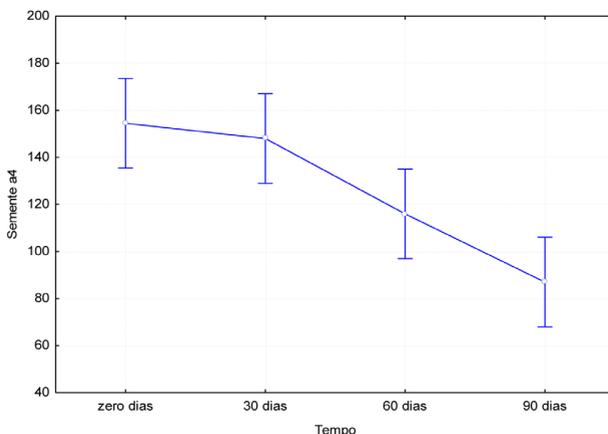


Fonte: Dados elaborados para esta pesquisa (2011).

Para amostra **a1** foi obtido um valor de $p = 0,0034$ para as médias no tempo zero, $p=0,003519$ para as médias no tempo de 60 dias, $ep=0,000661$ para as médias de 90 dias. A Figura 2 apresenta o gráfico do comportamento das médias e desvio padrão do índice de iodo em relação ao tempo de armazenamento da semente **a1**. Isto mostra uma real tendência à oxidação das insaturações (ômega) dos ácidos graxos contidos no óleo de linhaça da amostra **a1** com o tempo de armazenamento, comprovando uma instabilidade oxidativa.

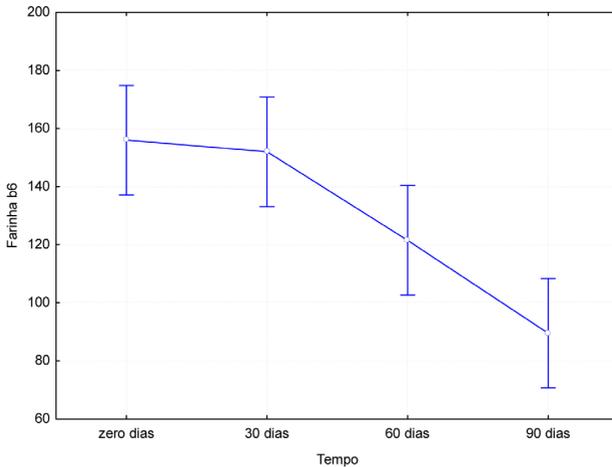
O mesmo estudo estatístico foi realizado para o comportamento das médias dos índices de iodo das amostras **a4** e **b6**. Os gráficos da análise estatística e os dados do teste de *Bonferroni*, para as médias de índice de iodo das amostras **a4** e **b6** estão apresentados nas Figuras 3 e 4 respectivamente. Os resultados mostraram que para **a4** e **b6** existe uma diferença entre as médias, para o tempo zero de armazenamento, com $p = 0,00675$ para a amostra **a4**, e $p = 0,00669$ para a amostra **b6**. O comportamento das respectivas médias, nos gráficos das Figuras 4 e 5, comprovam a tendência ao decréscimo com o tempo de armazenamento. O resultado do teste de *Bonferroni* mostrou uma acentuada redução do grau de insaturado após 60 e 90 dias de estocagem para as amostras **a4** e **b6**, quando comparadas há zero dia.

Figura 4: Gráfico do comportamento das médias e desvio padrão do índice de iodo em relação ao tempo de armazenamento da semente **a4** comercializada em Natal/RN, 2011.



Fonte: Dados elaborados para esta pesquisa (2011).

Figura 5: Gráfico do comportamento das médias e desvio padrão do índice de iodo em relação ao tempo de armazenamento da farinha de linhaça, b6, comercializada em Natal/RN, 2011.



Fonte: Dados elaborados para esta pesquisa (2011).

4 CONCLUSÃO

Através deste estudo foi possível verificar que todas as marcas de linhaça investigadas foram envasadas em embalagens inapropriadas, estocadas em locais inadequados e por tempo não recomendado, além de apresentarem rotulagem incompletas ou com informações em desacordo com as normas técnicas e as boas práticas, segundo a legislação.

Com os resultados da análise microbiológica, indicando a presença de bolores e leveduras em todas as amostras, confirmou-se a inadequação da exposição dos produtos expostos à venda na cidade do Natal/RN

Essas conclusões são reafirmadas quando se obtêm os resultados das análises sobre a estabilidade físico-química da linhaça com o tempo de armazenamento. Através desses dados é possível perceber as perdas das propriedades funcionais das linhaças, ou seja, redução das insaturações (ômega) presentes na composição lipídica da linhaça durante um período em que permanece em exposição à venda. As perdas dos ômega começam a partir dos 30 dias de exposição, caindo quase pela metade em 90 dias de exposição.

Tais resultados ressaltam a importância de um armazenamento em melhores condições, na ausência de luz, umidade e oxigênio, evitando mudanças na qualidade nutricional da linhaça exposta à venda no Natal/RN.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. M; SANTOS; G. J. Análise do Teor de Umidade e da Contagem de Bolores Leveduras em Sopas Desidratadas. **Revista Higiene Alimentar**. São Paulo v. 22 n. 165 2008.

ANVISA, 2002b. **Resolução n. 275**, de 21 de outubro de 2002. Regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores / industrializadores de alimentos e a lista de verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores / industrializadores de alimentos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2002. Disponível em : http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2002/275_02rdc.htm. Acesso em: 23 ago. 2010.

ARAÚJO, J. M. A. **Química de alimentos: teoria e prática**. 3 ed. Viçosa: UFV, 2004.

BORGES LC; FERREIRA D. F. Poder e taxas de erro tipo I dos testes Scott-Knott, Tukey e Student-Newman-Keuls sob distribuições normais e não normais dos resíduos. **Revista de Matemática e Estatística**, 21:67-83. (2003)

BRASIL, 2002a. **Resolução n. 259**, de 20 de setembro de 2002. Regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2002/259_02rdc.htm> Acesso em: 28 de mar. 2010.

CECCHI, H. M. **Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2003.

CODEIRO, Rosângela; FERNANDES, Pedro; BARBOSA, Leandro. Semente de linhaça e o efeito de seus compostos sobre as células mamárias. **Revista Brasileira Farmacognosia**. João Pessoa. 19 n.3, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-695X2009000500013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 07 Maio 2010.

CONAGIN, A; BARBIN, D. Poder e eficiência dos diferentes testes estatísticos para comparações múltiplas. **Revista de Agricultura**, 81:118-137. 2006.

CORSINI, Mara da Silva; JORGE, Neuza. Estabilidade oxidativa de óleos vegetais utilizados em frituras de mandioca palito congelada. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 26, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101> Acesso em: 30 Mar. 2010.

Food and Drug administration - FDA. **Bacteriological Manual**. 7 ed. U.S. A, 1992.

FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da Segurança Alimentar**. São Paulo: Artmed, 2005.

GALVÃO, E. L. Avaliação do potencial antioxidante e extração subcrítica do óleo de linhaça. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**. Campinas, v.28, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-20612008000300008>. Acesso em: 21 fev. 2010.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Normas analíticas, métodos químicos e físicos para análises de alimentos**. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, v.1, 3.ed, 1985.

LIMA, J. R.; GONÇALVES, L. A. G. Quantificação de tocoferóis em óleos de milho, soja, castanha-do-pará e castanha de caju por cromatografia líquida de alta eficiência em fase reversa. **Alimentação Nutrição**. São Paulo, v. 8, 1997. Disponível em: <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/view/756/642>>. Acesso em: 10 maio 2011.

MACIEL, Leda Maria Braga; PONTES, Dorasílvvia Ferreira; RODRIGUES, Maria do Carmo Passos. Efeito da adição de farinha de linhaça no processamento de biscoito tipo cracker. **Alimentação Nutrição**. Araraquara v.19, n.4., 2008. Disponível em: <<http://200.145.71.150/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/646/542>>. Acesso em: 01 Ago.2010.

OETTERER, Marília; ARCE, Marisa Aparecida Bismara Regitano; SPOTO, Marta Helena Fillet. **Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos**. São Paulo: Manole, 2006.

SILVA Jr., Eneo Alves. **Manual de controle Higiênico**: Sanitário em Serviço de Alimentação. São Paulo: Varela, 2005.

SOARES et. al. Avaliação dos efeitos da semente de linhaça quando utilizada como fonte de proteína nas fases de crescimento e manutenção em ratos. **Revista de Nutrição**. Campinas v. 22, n. 4. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi>>. Acesso em: 05 Maio 2010.

UN ESTUDIO SOBRE EL DERECHO DE HUELGA EN BRASIL

Larissa Lopes Matos¹

RESUMEN

El presente estudio hace un abordaje sobre el derecho de huelga en Brasil, su estructura, naturaleza de las normas jurídicas, la situación de las leyes vigentes y, por fin, el análisis de este derecho para los empleados públicos. Todo se desarrolla considerando la más nueva jurisprudencia de Brasil. Considera la participación de los sindicatos como esencial a práctica del derecho de huelga. Afirma ser necesaria la Ley de huelga para los empleados públicos, en razón de ser un derecho previsto en la Constitución y, por lo tanto, un derecho fundamental. Concluí que para proteger la parte hiposuficiente de la relación laboral, el gobierno y la justicia laboral deben intervenir para crear condiciones para que el sindicato se fortalezca, y así, sus acciones y medios de luchas sean realmente efectivos frente al empleador.

Palabras clave: Derecho Laboral. Derecho de Huelga. Participación de los sindicatos. Jurisprudencia actual de Brasil. Empleados públicos.

A STUDY ON THE STRUGGLE LAW IN BRAZIL

ABSTRACT

This study approaches the right to strike in Brazil, its structure, nature of legal norms, the status of existing laws and, finally, the analysis of these laws for the public employees. Everything is developed considering the jurisprudence of Brazil. Considers the participation of trade unions as essential to practice the right to strike. Claiming to be necessary for the Act to strike for public employees, by reason of being a right under the Constitution and, therefore, a fundamental right. I concluded that to protect the weaker part of employment, the government and the labor courts should intervene to create conditions so that the union is strengthened and so, their actions and struggle being truly effective against the employer.

Keywords: Labor Law. Right to strike. Union participation. Brazil's current jurisprudence. Public Employees

¹ Alumna de la Maestría de Derecho del Trabajo de la Universidad de Palermo (2010) – Buenos Aires. Profesora de Derecho Laboral de la FARN. E-mail: matos_larissa@hotmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9187161323829332>.

1 INTRODUCCIÓN

La palabra huelga en portugués vino de la terminología *grève* del derecho francés. Anteriormente, en París, cerca del Sena, había una plaza llamada Plaza de la Greve, donde está la actual plaza del Hotel de Ville.

Allí eran amarrados los barcos que llegaban a la ciudad con los bienes para el comercio. Así, aquella gente que no tenía trabajo (y por lo tanto dinero) se ponía en la plaza para conseguir trabajo. Así que se decía que ellos se iban en *grève*.

Hoy la huelga es un derecho, y no más una ofensa criminal. El derecho de huelga es uno de los derechos fundamentales de que disponen los trabajadores y sindicatos para la promoción y protección de los propios intereses económicos e sociales.

Enseña Nuñez (2007, p.735) que no hay duda que la huelga es un fenómeno social más característico y típico de todas las formas de exteriorización del conflicto laboral por parte de los trabajadores. Pero, la huelga no se confunde con el conflicto colectivo. Entre ella y éste existe una relación de especie a género.

La huelga no es un conflicto, pero es un medio de presión del trabajador para que el empleador pueda adoptar medidas que puedan satisfacer los intereses de los trabajadores, poniendo fin al conflicto.

Explica Elizondo (2008, p.15) que “el derecho de huelga – herramienta fundamental de lucha de los trabajadores – ha sufrido los condicionamientos de cada etapa de desarrollo de la sociedad capitalista, como así de la represión y su limitación por parte de los gobiernos, tanto dictatoriales como constitucionales.”

La huelga como hecho social es una de las consecuencias de la denominada revolución industrial, que sirvió para concentrar masas, núcleos urbanos de población, y por lo tanto, demandas de operarios en gran escala.

En los estudios de Sussekind (1999, p.425), podemos observar que la historia de la huelga, hoy reconocida como un derecho del trabajador, se confunde con la historia de los sindicatos. Porque ella siempre fue usada como forma de actuación de los sindicatos.

Sin embargo, existen limitaciones para el ejercicio del derecho de huelga que, por ejemplo, no puede afectar la integridad física, el interés público, el patrimonio de otro ni mismo a los derechos fundamentales.

La huelga ejercida con base en la ley es una huelga legítima y, por lo tanto, aceptable socialmente.

2 NATURALEZA JURÍDICA DE LA HUELGA

La huelga en Brasil también es vista como un derecho fundamental de todos los trabajadores y como un instituto de autotutela o autoprotección.

Si la huelga es un derecho fundamental para la constitución, se concluye que el ejercicio requiere la protección del Estado, que tiene la obligación de impedir los obstáculos que la tornen imposible.

Sin embargo, resalta Martins (2009, p.838) que la huelga, en primer lugar, es un hecho social, considerado en nuestra legislación como una suspensión colectiva, temporal y pacífica de prestación de servicios personales al empleador.

Martins (2009, p.839) entiende la huelga como la libertad, señalando que algunos autores consideran que una forma de autodefensa, por el cual una parte impondría a la otra la solución de un conflicto.

Cassar (2008, p.1316) afirma ser la huelga una cesación colectiva y voluntaria del trabajo, para que los trabajadores asalariados posan se oponer contra algo.

Aún, Cassar (2008, p.1319) trata la huelga como un derecho potestativo colectivo, por ser ejercido en consonancia con la oportunidad y conveniencia de un grupo.

Barros (2006, p.1258) reconoce la huelga como un derecho colectivo, registrando que no es solo una paralización del trabajo, pero una cesación temporal, como quiere el art.2º de Ley 7783/89, objetivando imponer la voluntad de los trabajadores al empleador sobre ciertos puntos.

El STF entiende ser la huelga un poder de facto que se configura en un derecho fundamental de carácter instrumental (MI 712 / PA).

3 DE LA LEGISLACIÓN

La estructura más importante de la legislación laboral brasileña es el Compendio de Leyes del Trabajo (conocido como CLT), de 1943. Como es una antigua compilación, hoy existen otras leyes aparte para regir temas puntuales como, por ejemplo, la Ley 7.783/89 que trata de la huelga.

La Constitución Federal de 1988, en su artículo 9º y la Ley nº 7.783/89 aseguran el derecho de huelga a todo trabajador, para que puedan por medio de esa forma de presión defender los propios intereses.

El derecho de huelga es asegurado por la constitución a los trabajadores en general (artículo 9º) y a los funcionarios públicos civiles (artículo 37º), no siendo considerada falta grave el hecho del trabajador aceptar hacer la huelga, como entiende la corte suprema.

El artículo 42, §5º de la Constitución, hoy no más existente, prohibía a los militares de las Policías Militares y de los Bomberos Militares el ejercicio del derecho de huelga.

Actualmente, a pesar de la revocación del dispositivo, el §1º del artículo 42 no se aplica a los mencionados servidores el artículo 37, VII que trata del derecho de huelga. Sin embargo no existe dispositivo vedando expresamente, como ocurre con los militares de las fuerzas armadas, cuyo artículo 142, §3º, IV veda la sindicalización y el derecho de huelga, por tratar de funcionarios responsables por la defensa de la soberanía nacional.

La ley 7.783, de 28 de junio de 1989, dispone sobre el ejercicio del derecho de huelga, define las actividades esenciales, regula el atendimento de las necesidades inaplazables de la comunidad.

Es asegurado el derecho de huelga, compitiendo a los trabajadores decidir sobre la oportunidad de ejercerlo e sobre los intereses que deban por medio de defender (art. 1º da ley).

La huelga es poder de facto, es el arma más efectiva de los trabajadores a fin de lograr las mejores condiciones de vida. Por lo tanto, es un instrumento de presión de los trabajadores frente a los empleadores.

Es considerado un ejercicio legítimo del derecho de huelga la suspensión colectiva temporal y de forma pacífica de la prestación personal de servicios al empleador; la recaudación de fondos y la libre divulgación del movimiento; la prohibición a las empresas de adoptaren medios para constreñir el empleado al compareciento al trabajo, así como los medios capaces de frustrar la divulgación del movimiento.

Aún, es prohibida la rescisión de contrato de trabajo durante la huelga, así como la contratación de trabajadores de reemplazo, excepto en la ocurrencia de las hipótesis previstas nos arts. 9º y 14 da referida ley que son: a) en caso de manutención de equipos de emergencia que den funcio-

namiento a aquellas actividades del lugar de trabajo que, si se paralizaran, causaren un grave perjuicio o un perjuicio irreparable a las instalaciones y/o procesos productivos de la empresa; b) se faculta al empleador que se vea afectado por una huelga que pueda contratar directamente los servicios necesarios para el buen funcionamiento de su empresa; c) en la hipótesis de huelga abusiva o paralización total de los servicios esenciales.

Pero, las manifestaciones y actos de los huelguistas no podrán impedir el acceso de los otros trabajadores, ni causar daños a la propiedad ajena. Sin embargo, se aseguran a los trabajadores durante a la huelga la utilización de medios pacíficos para convencer a los trabajadores que adhieran al proceso de huelga; y arrendar medios físicos e inmuebles para divulgar el movimiento; la participación en la huelga suspende el contrato de trabajo, pero los trabajadores tienen la posibilidad de regir las relaciones de trabajo durante la huelga por medio de acuerdo o convenio colectivo de trabajo, o, todavía, por laudo arbitral o decisión de la Justicia del Trabajo.

La huelga en servicios o actividades esenciales, están los sindicatos o los trabajadores obligados a decir sobre lo que pasará a los empleadores y a los usuarios con antelación mínima de 72 horas de la paralización. En esa hipótesis, cabe al poder público a intervención para que sea asegurada la prestación de servicios esenciales, según art.11 da Ley 7.783/89.

Dispone el art.10 de la Ley de Huelga que son considerados servicios esenciales: os servicios sanitarios y hospitalarios; control del tráfico aéreo; la producción y distribución de agua potable; energía eléctrica y gas; distribución y comercialización de medicinas y alimentos; funeral; transporte, la captura y tratamiento de aguas residuales y basura; telecomunicaciones; almacén, uso y control de sustancias radiactivas, equipos y materiales; tratamiento de datos relacionados con los servicios esenciales; servicios de banco.

Por lo tanto, no es posible decir que la escuela es un servicio esencial, ya que no existen disposiciones legales.

Durante la huelga, el sindicato o comisión de negociación, por medio de acuerdo con el sindicato del empleador o directamente con ese, mantendrá en actividad a los equipos activos de los empleados con el fin de asegurar los servicios cuya interrupción podría resultar en un daño irreparable, el deterioro irreversible de los bienes, maquinaria y equipo, así como el

mantenimiento de las indispensables para la reanudación de las actividades de la empresa, cuando finalizar el movimiento (art. 9).

4 REQUISITOS FORMALES Y LA HUELGA ABUSIVA

Es abusiva la huelga llevada a cabo sin que las partes tengan tentado, directa y pacíficamente, solucionar el conflicto (Orientación Jurisprudencial 11 da SDC do TST).

Una vez reconocida la huelga abusiva, es facultada al empleador dejar de efectuar el pago relativo a los salarios de los días de paralización y descontar ese tiempo de las vacaciones.

Por lo tanto, para evitar una huelga abusiva, el primero paso es la tentativa de negociación directamente con el empleador. Frustrada la negociación o verificada su imposibilidad de recursos por medio de la arbitraje, es facultada la cesación colectiva del trabajo (art. 3º da Ley 7.783/89).

La entidad patronal correspondiente o los empleadores directamente interesados serán notificados, con antecedencia mínima de 48 horas de la paralización (art. 3º, §1º da ley de huelga), teniendo la entidad sindical que convocar, en la forma de su estatuto, la asamblea general que definirá las reivindicaciones de la categoría y deliberará sobre la paralización colectiva de las prestación de los servicios (art. 4º de la ley de la huelga).

El estatuto de la entidad sindical deberá prever las formalidades de convocación y el quórum para la deliberación, tanto de la deflagración cuanto de la cesación de la huelga. En la falta de entidad sindical, la asamblea general de los trabajadores interesados deliberará, constituyendo la comisión de negociación (§§1º y 2º de la ley de huelga).

En los servicios o actividades esenciales, los sindicatos, los empleadores y los trabajadores están obligados, de común acuerdo, a garantizar, durante la huelga, la prestación de los servicios indispensables al atendimento de las necesidades urgentes (art. 11 de la ley huelga).

En la huelga en servicios o actividades esenciales, se ponen las entidades sindicales o trabajadores obligados a comunicar la decisión a los empleadores y a los usuarios con antecedencia mínima de 72 horas da paralización (art. 13 da Ley 7.783/89), constituyendo el abuso del derecho de huelga la inobservancia de las normas contenidas en la presente

Ley, así como la manutención de la paralización después de la celebración de acuerdos, convención o decisión de la Justicia del Trabajo (art. 14 de la citada ley).

En siendo respetadas las exigencias acerca de la convocación y quórum de la asamblea general de los empleados, en la forma del estatuto de la entidad y en consonancia con los dictamos legales, así como satisfechos los presupuestos de comunicación del movimiento y el atendimento mínimo a la población, inclusive con el inmediato retorno al trabajo y suspensión de la huelga.

Caso contrario, será considerada abusiva, competiendo la declaración de que la huelga es abusiva o no a la propia Justicia del Trabajo, como quiere la sùmula 189 do TST y el Precedente Normativo 29 do TST.

Es abusiva la huelga realizada en sectores que la ley define como siendo esenciales a la comunidad, se no es asegurado el atendimento básico de las necesidades urgentes de los usuarios del servicio, en la forma prevista en la Ley nº 7.783/89 (Orientación Jurisprudencial 38 da SDC do TST).

Veamos algunos casos de huelga abusiva en la jurisprudencia de Brasil:

GREVE. AUSÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO PRÉVIA. ABUSIVIDADE DO MOVIMENTO. A Lei nº 7.783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, é clara em seu artigo 3º que a cessação coletiva do trabalho somente pode ser exercida pela categoria profissional após frustrada a negociação coletiva, ou verificada a impossibilidade de recurso via arbitral. A greve é meio extremo de postulação de direitos trabalhistas, devendo ser utilizado apenas quando não mais for possível qualquer outro meio de solução amigável do conflito. A autocomposição é, sem dúvida, o meio mais legítimo de solução dos conflitos trabalhistas, devendo as categorias profissionais e econômicas conscientizarem-se desta nova realidade mundial e buscarem a negociação como instrumento de solução das controvérsias coletivas existentes entre capital e trabalho. Nesse sentido, a Orientação Jurisprudencial nº 11 da SDC. Recurso desprovido. (RODC - 699620/2000.0, Relator Ministro: Rider de Brito, Data de Julgamento: 11/04/2002, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: 07/06/2002)

RECURSO ORDINÁRIO EM DISSÍDIO COLETIVO. GREVE. PLEITO DE CUMPRIMENTO DE CLÁUSULA OU CONDIÇÃO CONSTANTE DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO VIGENTE. NÃO ABUSIVIDADE. Não se afigura abusiva a greve que decorre do impasse nas tratativas para a implementação de Cláusula prevista no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, em vista de expressa previsão do art. 14, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 7.783/89. Recurso ordinário a que se dá parcial provimento apenas para autorizar o desconto dos dias parados. (RODC - 20326/2007-000-02-00.7, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 09/03/2009, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: 20/03/2009)

AÇÃO DECLARATÓRIA. RECURSO ORDINÁRIO. MOVIMENTO PAREDISTA. NÃO-COMPROVAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DOS TRABALHADORES. ABUSIVIDADE. O Regional declarou a abusividade da greve dos trabalhadores metalúrgicos da Empresa Alcoa Alumínio S/A, em face da inexistência, nos autos, da ata da assembléia, na qual se deliberou pela deflagração do movimento, bem como das respectivas listas de presença. Não sendo observados todos os ditames da Lei nº 7.783/1989, considera-se abusivo o movimento paredista, motivo pelo qual se mantém a decisão a quo. Recurso ordinário não provido. (ROAD - 220/2005-000-16-00.9, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 09/12/2008, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: 06/02/2009)

DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. ABUSIVIDADE DO MOVIMENTO PAREDISTA DEFLAGRADO PELOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SÃO PAULO. I) FATO NOVO SUPERVENIENTE. INEXISTÊNCIA. O Regional declarou a não-abusividade da greve dos trabalhadores nas indústrias da construção civil de São Paulo por entender que, nos termos do art. 14, parágrafo único, I e II, da Lei 7.783/89, na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisível que modifique substancialmente a relação de trabalho. Contudo, tal decisão há de ser reformada, visto que o movimento grevista teve como objetivo a concessão de novas reivindicações, não havendo prova da presunção da condição -rebus sic stantibus-, que desafiava pronta reparação pela via

normativa. Além disso, as condições de trabalho nos canteiros de obra sempre foram do conhecimento dos trabalhadores, não havendo fato superveniente estranho aos termos da convenção coletiva firmada entre as partes. Assim, considera-se abusiva a greve deflagrada durante a vigência de instrumento coletivo, sem a ocorrência da causa excludente prevista no inciso II do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 7.783/89. II) IMPRESCINDIBILIDADE DATENTATIVA DIRETA E PACÍFICA DA SOLUÇÃO DO CONFLITO. APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 11 DASDC DO TST. Ao exercer o direito de greve, previsto no art. 9º da Constituição Federal, a categoria obreira deve observar, além das formalidades exigidas pela Lei nº 7.783/89, a prévia negociação entre as partes, elemento indispensável, no entendimento desta Corte, para que não se imprima à greve o caráter de sua abusividade. É o que se depreende da Orientação Jurisprudencial nº 11 da SDC, que dispõe: -É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto-. -In casu-, o Sindicato profissional suscitado simplesmente não se dignou a trazer aos autos elementos que pudessem comprovar a intransigência patronal ou a efetiva rodada de negociações prévias. Assim, não se configurando o esgotamento das tentativas de negociação, justificador da eclosão da greve, deve ser reformada a decisão regional, declarando-se, também por esse aspecto, a abusividade do movimento paredista. Recurso ordinário provido. (RODC - 20189/2007-000-02-00.0, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 13/03/2008, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: 15/08/2008)

5 LEGITIMIDAD DEL SINDICATO Y NUEVO ENTENDIMIENTO DEL TST

No está legitimado el Sindicato profesional a requerir judicialmente a cualificación legal de movimiento de huelga que él propio fomentó, consonante dispuesto en la orientación jurisprudencial nº 12 de la SDC del TST (Tribunal Superior del Trabajo).

El TST aplicando la referida OJ entendía:

RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. DECLARAÇÃO DE NÃO-ABUSIVIDADE DO MOVIMENTO PAREDISTA. SINDICATO PROFISSIONAL. ILEGITIMIDADE ATIVA. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 12 DA SDC. EXTINÇÃO.

Embora a Constituição Federal, em seu art. 9º, assegure o direito de greve ao trabalhador, cabendo a ele decidir sobre a oportunidade de exercê-lo, bem como sobre os interesses que serão defendidos no exercício desse direito, devem ser observados os limites e os requisitos da Lei nº 7.783/1989, cujo cumprimento irá conferir ao movimento paredista a feição de não-abusividade. Presume-se, portanto, ao ser deflagrada a greve, que o Sindicato profissional tenha observado as disposições legais, pelo que tornar-se-ia desnecessário o ajuizamento de dissídio coletivo com a pretensão de se ver declarada a não-abusividade do movimento. Nesse sentido, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 12 da SDC, não se legitima o sindicato profissional a requerer judicialmente a qualificação legal de movimento paredista que ele próprio fomentou. Assim, embora por outro fundamento, mas considerando que a legitimidade ativa constitui condição da ação, dá-se provimento ao recurso ordinário, decretando-se a extinção do feito, pela ilegitimidade do Sindicato suscitante, nos termos do art. 267, VI, do CPC e da OJ nº 12 do TST. Recurso ordinário provido. (RODC - 20125/2007-000-02-00.0, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 13/04/2009, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: 30/04/2009)

RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL E DE ILEGITIMIDADE ATIVA -AD CAUSAM-. PRETENSÃO CAUTELAR DE ARRESTO E DE RECONHECIMENTO DE GRUPO DE EMPRESAS. INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL ELEITA PELO AUTOR. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 12 DA SDC DO TST. Em sua natureza jurídica mista, a um só tempo declaratória e condenatória, o dissídio coletivo de greve tem por finalidade imediata a obtenção de pronunciamento jurisdicional sobre a legalidade ou a ilegalidade de uma greve, mas também comporta a previsão de condições de trabalho a serem observadas na retomada da prestação dos serviços, tais como o eventual pagamento dos dias de paralisação. Entretanto, no caso, não correspondem à natureza da causa, nem se adaptam ao procedimento judicial utilizado, os pedidos formulados na inicial. A índole cautelar (arresto ou indisponibilidade dos bens da empresa e de seus sócios) e satisfativa da pretensão (reconhecimento de grupo de empresas) exigiriam o ajuizamento de reclamação trabalhista ordinária, na instância competente. Sem embargo disso, em relação ao pedido de declaração de

não-abusividade da greve, carece de legitimidade ativa processual o sindicato profissional, conforme entendimento firmado na Orientação Jurisprudencial nº 12 da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho. Tais defeitos, por si sós, conduzem à extinção do processo, sem resolução de mérito, na forma dos arts. 267, I, IV e VI, e 295, V, do CPC. Recurso ordinário provido. (RODC - 20192/2007-000-02-00.4, Relator Ministro: Waldir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 09/12/2008, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: 06/02/2009)

Sin embargo, la Comisión Permanente de Jurisprudencia y Precedentes Normativos del Tribunal Superior del Trabajo cancelo la OJ 12 en 26 de abril de 2010, por mayoría absoluta, con 17 votos favorables.

Formidable decisión del TST, pues la referida OJ prohibía el Sindicato de los Trabajadores discutir la huelga en la justicia, en una clara demostración de que la misma era tratada como un delito, cuando hoy es tratada por la mayoría de los ordenamientos jurídicos como un derecho fundamental.

6 TIPOS DE HUELGA

Hay muchos tipos de huelga:

- a. **Huelga de ocupación** – es el compareciento de empleados al local de la prestación de servicios esenciales con objetivo de evitar que los otros trabajadores laboren o para impedir el eventual reemplazamiento temporario por nuevos empleados;
- b. **Huelga de tortuga** – los trabajadores no producen lo que ordinariamente producirían en situación normal;
- c. **Huelga blanca** – es una huelga no declarada, caracterizada por la ocupación del local de trabajo por parte de los trabajadores, sin haber producción;
- d. **Rotatorias** – paralizaciones de corta duración por sector. Es la que se realiza de modo sucesivo en distintas unidades productivas de una empresa u centro de trabajo, o sectores de actividades económicas en un ámbito geográfico determinado, con la finalidad de afectar la coordinación de la producción.

- e. **Huelga intermitente** – paralización de secciones por algunos instantes. Es aquella huelga que alterna momentos de normalidad y de cesación del trabajo, pudiendo, alternar horas de trabajo y huelga al largo del día, o alternar días de trabajo con días de huelga al largo de una semana o por un periodo más grande;
- f. **Huelga padrón** – consiste en una forma de manifestación con exceso de celo para retardar la producción;
- g. **Huelga de solidarizada** – es considerada abusiva.
- h. **Huelga de hambre** – es la cesación voluntaria de la alimentación por parte de un individuo como forma de protesta político;
- i. **Huelga general** – paralización de una o más clases de trabajadores en ámbito nacional.
- j. **Huelga selvagen** – es la huelga conducida espontáneamente por los trabajadores, sin la participación del sindicato que representa la clase;
- k. **Huelga política** – es la huelga dirigida contra los poderes públicos para conseguir determinadas reivindicaciones no susceptibles de negociación colectiva.
- l. **Huelga de rendimiento** – es la huelga en que el trabajador reduce la productividad adrede. No es permitida por la legislación brasileña, por no tener previsión legal (en la Ley 7.783/1989).

Importa decir que el TST entiende ser la huelga de ocupación, aquella que quiere impedir el atendimento a las necesidades esenciales del pueblo, abusiva por dos motivos: porque inhibe la libertad de trabajo y perjudicar el derecho a la propiedad privada del empleador (RODC 816858/2001.0). **Aún, no** podemos olvidar, aún, que la participación en tumultos causados en el ambiente de trabajo por la huelga, puede provocar el despido por justo motivo.

7 LA LEY DE HUELGA PARA LOS EMPLEADOS PÚBLICOS

Según el Convenio 151 da OIT, todavía no ratificada en Brasil, los empleados públicos gozan de protección adecuada contra todo acto de discriminación antisindical en relación con su empleo, cuya dicha protección se ejercerá especialmente contra todo acto que tenga por objeto: a) sujetar el empleo del empleado público a la condición de que no

se afilie a una organización de empleados públicos o a que deje de ser miembro de ella; b) despedir a un empleado público, o perjudicarlo de cualquier otra forma, a causa de su afiliación a una organización de empleados públicos o de su participación en las actividades normales de tal organización (art.4º).

El derecho de huelga es asegurado constitucionalmente a los trabajadores en general (art. 9º) y a los empleados públicos (art. 37, VII), siendo vedada expresamente a los militares das fuerzas armadas (art.142, §3º, IV).

El artículo 37, VII, da CB/88, que asegura el derecho de huelga a los empleados públicos no es auto-aplicable. El precepto constitucional es de eficacia contenida, de acuerdo con la jurisprudencia consolidada de la Corte Suprema. Por lo tanto, eficacia plena demanda la existencia de norma infraconstitucional que reglamente los efectos y la forma de ejercicio de este derecho, para que sea adecuadamente asegurada la cohesión social. Sin embargo, no existe ley que reglamente el derecho de huelga en el sector público, habiendo reglamentación apenas para el sector privado (Ley nº 7.783/89).

Pero el régimen diferente de los empleados públicos no puede violar sus derechos fundamentales, en la medida en que todos son trabajadores. En ese punto, es necesario registrar que los derechos fundamentales, según la doctrina, son aquellos derechos humanos positivizados por los Estados en sus respectivas constituciones. Como la huelga es un derecho previsto en la Constitución, es por lo tanto, un derecho fundamental.

Aparte, el derecho de huelga es un derecho corolario del derecho del trabajo que resulta de todas las conquistas de los trabajadores, así que no se puede impedir que los empleados públicos ejerzan ese derecho.

La reglamentación del ejercicio del derecho de huelga por los empleados públicos es diferente de los otros porque envuelve actividades esenciales y necesidades no aplazables de la colectividad.

Delante de la no existencia de norma reguladora específica, la Corte Suprema (STF) concedía varios pedidos en mandado de injunção, pero apenas para declarar la omisión legislativa. Sin embargo, con la mora reiterada del legislador, la excelsa corte está aplicando la Ley 7.783/89 a los empleados públicos. Veamos:

EMENTA: MANDADO DE INJUNÇÃO. GARANTIA FUNDAMENTAL (CF, ART. 5º, INCISO LXXI). DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS (CF, ART. 37, INCISO VII). EVOLUÇÃO DO TEMA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA APRECIACÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL ATÉ A EDIÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PERTINENTE, NOS TERMOS DO ART. 37, VII, DA CF. EM OBSERVÂNCIA AOS DITAMES DA SEGURANÇA JURÍDICA E À EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL NA INTERPRETAÇÃO DA OMISSÃO LEGISLATIVA SOBRE O DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS, FIXAÇÃO DO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA QUE O CONGRESSO NACIONAL LEGISLE SOBRE A MATÉRIA. MANDADO DE INJUNÇÃO DEFERIDO PARA DETERMINAR A APLICAÇÃO DAS LEIS Nos 7.701/1988 E 7.783/1989. 1. SINAIS DE EVOLUÇÃO DA GARANTIA FUNDAMENTAL DO MANDADO DE INJUNÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). 1.1. No julgamento do MI no 107/DF, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 21.9.1990, o Plenário do STF consolidou entendimento que conferiu ao mandado de injunção os seguintes elementos operacionais: i) os direitos constitucionalmente garantidos por meio de mandado de injunção apresentam-se como direitos à expedição de um ato normativo, os quais, via de regra, não poderiam ser diretamente satisfeitos por meio de provimento jurisdicional do STF; ii) a decisão judicial que declara a existência de uma omissão inconstitucional constatada, igualmente, a mora do órgão ou poder legiferante, insta-o a editar a norma requerida; iii) a omissão inconstitucional tanto pode referir-se a uma omissão total do legislador quanto a uma omissão parcial; iv) a decisão proferida em sede do controle abstrato de normas acerca da existência, ou não, de omissão é dotada de eficácia erga omnes, e não apresenta diferença significativa em relação a atos decisórios proferidos no contexto de mandado de injunção; iv) o STF possui competência constitucional para, na ação de mandado de injunção, determinar a suspensão de processos administrativos ou judiciais, com o intuito de assegurar ao interessado a possibilidade de ser contemplado por norma mais benéfica, ou que lhe assegure o direito constitucional invocado; v) por fim, esse plexo de poderes institucionais legitima que o STF determine a edição de outras medidas que garantam a posição do impetrante até a oportuna expedição de normas pelo legislador. 1.2. Apesar dos avanços proporcionados por essa construção jurisprudencial inicial, o STF flexibilizou a interpretação constitucional primeiramente fixada para conferir uma compreensão mais abrangente à garantia fundamental do mandado de

injunção. A partir de uma série de precedentes, o Tribunal passou a admitir soluções “normativas” para a decisão judicial como alternativa legítima de tornar a proteção judicial efetiva (CF, art. 5o, XXXV). Precedentes: MI no 283, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 14.11.1991; MI no 232/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 27.3.1992; MI nº 284, Rel. Min. Marco Aurélio, Red. para o acórdão Min. Celso de Mello, DJ 26.6.1992; MI no 543/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 24.5.2002; MI no 679/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 17.12.2002; e MI no 562/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 20.6.2003.

2. O MANDADO DE INJUNÇÃO E O DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS NA JURISPRUDÊNCIA DO STF. 2.1. O tema da existência, ou não, de omissão legislativa quanto à definição das possibilidades, condições e limites para o exercício do direito de greve por servidores públicos civis já foi, por diversas vezes, apreciado pelo STF. Em todas as oportunidades, esta Corte firmou o entendimento de que o objeto do mandado de injunção cingir-se-ia à declaração da existência, ou não, de mora legislativa para a edição de norma regulamentadora específica. Precedentes: MI no 20/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 22.11.1996; MI no 585/TO, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 2.8.2002; e MI no 485/MT, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 23.8.2002.

2.2. Em alguns precedentes (em especial, no voto do Min. Carlos Velloso, proferido no julgamento do MI no 631/MS, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 2.8.2002), aventou-se a possibilidade de aplicação aos servidores públicos civis da lei que disciplina os movimentos grevistas no âmbito do setor privado (Lei no 7.783/1989).

3. DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. HIPÓTESE DE OMISSÃO LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL. MORA JUDICIAL, POR DIVERSAS VEZES, DECLARADA PELO PLENÁRIO DO STF. RISCOS DE CONSOLIDAÇÃO DE TÍPICA OMISSÃO JUDICIAL QUANTO À MATÉRIA. A EXPERIÊNCIA DO DIREITO COMPARADO. LEGITIMIDADE DE ADOÇÃO DE ALTERNATIVAS NORMATIVAS E INSTITUCIONAIS DE SUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE OMISSÃO.

3.1. A permanência da situação de não-regulamentação do direito de greve dos servidores públicos civis contribui para a ampliação da regularidade das instituições de um Estado democrático de Direito (CF, art. 1o). Além de o tema envolver uma série de questões estratégicas e orçamentárias diretamente relacionadas aos serviços públicos, a ausência de parâmetros jurídicos de controle dos abusos cometidos na deflagração desse tipo específico de movimento grevista tem favorecido que o legítimo exercício de direitos constitucionais seja afastado por uma verdadeira “lei da selva”.

3.2. Apesar das modificações implementadas pela Emenda Constitucional no 19/1998 quanto à modificação da reserva legal de lei complementar para a de lei ordinária específica

(CF, art. 37, VII), observa-se que o direito de greve dos servidores públicos civis continua sem receber tratamento legislativo minimamente satisfatório para garantir o exercício dessa prerrogativa em consonância com imperativos constitucionais. 3.3. Tendo em vista as imperiosas balizas jurídico-políticas que demandam a concretização do direito de greve a todos os trabalhadores, o STF não pode se abster de reconhecer que, assim como o controle judicial deve incidir sobre a atividade do legislador, é possível que a Corte Constitucional atue também nos casos de inatividade ou omissão do Legislativo. 3.4. A mora legislativa em questão já foi, por diversas vezes, declarada na ordem constitucional brasileira. Por esse motivo, a permanência dessa situação de ausência de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos passa a invocar, para si, os riscos de consolidação de uma típica omissão judicial. 3.5. Na experiência do direito comparado (em especial, na Alemanha e na Itália), admite-se que o Poder Judiciário adote medidas normativas como alternativa legítima de superação de omissões inconstitucionais, sem que a proteção judicial efetiva a direitos fundamentais se configure como ofensa ao modelo de separação de poderes (CF, art. 2o). 4. DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE GREVE DOS TRABALHADORES EM GERAL (LEI No 7.783/1989). FIXAÇÃO DE PARÂMETROS DE CONTROLE JUDICIAL DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE PELO LEGISLADOR INFRACONSTITUCIONAL. 4.1. A disciplina do direito de greve para os trabalhadores em geral, quanto às “atividades essenciais”, é especificamente delineada nos arts. 9o a 11 da Lei no 7.783/1989. Na hipótese de aplicação dessa legislação geral ao caso específico do direito de greve dos servidores públicos, antes de tudo, afigura-se inegável o conflito existente entre as necessidades mínimas de legislação para o exercício do direito de greve dos servidores públicos civis (CF, art. 9o, caput, c/c art. 37, VII), de um lado, e o direito a serviços públicos adequados e prestados de forma contínua a todos os cidadãos (CF, art. 9o, §1o), de outro. Evidentemente, não se outorgaria ao legislador qualquer poder discricionário quanto à edição, ou não, da lei disciplinadora do direito de greve. O legislador poderia adotar um modelo mais ou menos rígido, mais ou menos restritivo do direito de greve no âmbito do serviço público, mas não poderia deixar de reconhecer direito previamente definido pelo texto da Constituição. Considerada a evolução jurisprudencial do tema perante o STF, em sede do mandado de injunção, não se pode atribuir amplamente ao legislador a última palavra acerca da concessão, ou não, do direito de greve dos servidores públicos civis, sob pena de se esvaziar direito fundamental positivado. Tal premissa, contudo, não impe-

de que, futuramente, o legislador infraconstitucional confira novos contornos acerca da adequada configuração da disciplina desse direito constitucional. 4.2 Considerada a omissão legislativa alegada na espécie, seria o caso de se acolher a pretensão, tão-somente no sentido de que se aplique a Lei no 7.783/1989 enquanto a omissão não for devidamente regulamentada por lei específica para os servidores públicos civis (CF, art. 37, VII). 4.3 Em razão dos imperativos da continuidade dos serviços públicos, contudo, não se pode afastar que, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto e mediante solicitação de entidade ou órgão legítimo, seja facultado ao tribunal competente impor a observância a regime de greve mais severo em razão de tratar-se de “serviços ou atividades essenciais”, nos termos do regime fixado pelos arts. 9º a 11 da Lei no 7.783/1989. Isso ocorre porque não se pode deixar de cogitar dos riscos decorrentes das possibilidades de que a regulação dos serviços públicos que tenham características afins a esses “serviços ou atividades essenciais” seja menos severa que a disciplina dispensada aos serviços privados ditos “essenciais”. 4.4. O sistema de judicialização do direito de greve dos servidores públicos civis está aberto para que outras atividades sejam submetidas a idêntico regime. Pela complexidade e variedade dos serviços públicos e atividades estratégicas típicas do Estado, há outros serviços públicos, cuja essencialidade não está contemplada pelo rol dos arts. 9º a 11 da Lei no 7.783/1989. Para os fins desta decisão, a enunciação do regime fixado pelos arts. 9º a 11 da Lei no 7.783/1989 é apenas exemplificativa (numerus apertus). 5. O PROCESSAMENTO E O JULGAMENTO DE EVENTUAIS DISSÍDIOS DE GREVE QUE ENVOLVAM SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DEVEM OBEDECER AO MODELO DE COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES APLICÁVEL AOS TRABALHADORES EM GERAL (CELETISTAS), NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO DA LEI No 7.783/1989. A APLICAÇÃO COMPLEMENTAR DA LEI No 7.701/1988 VISA À JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS QUE ENVOLVAM OS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO DE ATIVIDADES RELACIONADAS A NECESSIDADES INADIÁVEIS DA COMUNIDADE QUE, SE NÃO ATENDIDAS, COLOQUEM “EM PERIGO IMINENTE A SOBREVIVÊNCIA, A SAÚDE OU A SEGURANÇA DA POPULAÇÃO” (LEI No 7.783/1989, PARÁGRAFO ÚNICO, ART. 11). 5.1. Pendência do julgamento de mérito da ADI no 3.395/DF, Rel. Min. Cezar Peluso, na qual se discute a competência constitucional para a apreciação das “ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (CF, art. 114, I, na redação conferida pela EC no

45/2004). 5.2. Diante da singularidade do debate constitucional do direito de greve dos servidores públicos civis, sob pena de injustificada e inadmissível negativa de prestação jurisdicional nos âmbitos federal, estadual e municipal, devem-se fixar também os parâmetros institucionais e constitucionais de definição de competência, provisória e ampliativa, para a apreciação de dissídios de greve instaurados entre o Poder Público e os servidores públicos civis. 5.3. No plano procedimental, afigura-se recomendável aplicar ao caso concreto a disciplina da Lei no 7.701/1988 (que versa sobre especialização das turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos), no que tange à competência para apreciar e julgar eventuais conflitos judiciais referentes à greve de servidores públicos que sejam suscitados até o momento de colmatação legislativa específica da lacuna ora declarada, nos termos do inciso VII do art. 37 da CF. 5.4. A adequação e a necessidade da definição dessas questões de organização e procedimento dizem respeito a elementos de fixação de competência constitucional de modo a assegurar, a um só tempo, a possibilidade e, sobretudo, os limites ao exercício do direito constitucional de greve dos servidores públicos, e a continuidade na prestação dos serviços públicos. Ao adotar essa medida, este Tribunal passa a assegurar o direito de greve constitucionalmente garantido no art. 37, VII, da Constituição Federal, sem desconsiderar a garantia da continuidade de prestação de serviços públicos - um elemento fundamental para a preservação do interesse público em áreas que são extremamente demandadas pela sociedade. 6. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA APRECIÇÃO DO TEMA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL ATÉ A EDIÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PERTINENTE, NOS TERMOS DO ART. 37, VII, DA CF. FIXAÇÃO DO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS PARA QUE O CONGRESSO NACIONAL LEGISLE SOBRE A MATÉRIA. MANDADO DE INJUNÇÃO DEFERIDO PARA DETERMINAR A APLICAÇÃO DAS LEIS Nos 7.701/1988 E 7.783/1989. 6.1. Aplicabilidade aos servidores públicos civis da Lei no 7.783/1989, sem prejuízo de que, diante do caso concreto e mediante solicitação de entidade ou órgão legítimo, seja facultado ao juízo competente a fixação de regime de greve mais severo, em razão de tratarem de “serviços ou atividades essenciais” (Lei no 7.783/1989, arts. 9º a 11). 6.2. Nessa extensão do deferimento do mandado de injunção, aplicação da Lei no 7.701/1988, no que tange à competência para apreciar e julgar eventuais conflitos judiciais referentes à greve de servidores públicos que sejam suscitados até o momento de colmatação legislativa específica da lacuna ora declarada, nos termos do inciso VII do art. 37 da CF. 6.3. Até a devida disciplina le-

gislativa, devem-se definir as situações provisórias de competência constitucional para a apreciação desses dissídios no contexto nacional, regional, estadual e municipal. Assim, nas condições acima especificadas, se a paralisação for de âmbito nacional, ou abranger mais de uma região da justiça federal, ou ainda, compreender mais de uma unidade da federação, a competência para o dissídio de greve será do Superior Tribunal de Justiça (por aplicação analógica do art. 2o, I, "a", da Lei no 7.701/1988). Ainda no âmbito federal, se a controvérsia estiver adstrita a uma única região da justiça federal, a competência será dos Tribunais Regionais Federais (aplicação analógica do art. 6o da Lei no 7.701/1988). Para o caso da jurisdição no contexto estadual ou municipal, se a controvérsia estiver adstrita a uma unidade da federação, a competência será do respectivo Tribunal de Justiça (também por aplicação analógica do art. 6o da Lei no 7.701/1988). As greves de âmbito local ou municipal serão dirimidas pelo Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o local da paralisação, conforme se trate de greve de servidores municipais, estaduais ou federais. 6.4. Considerados os parâmetros acima delineados, a par da competência para o dissídio de greve em si, no qual se discuta a abusividade, ou não, da greve, os referidos tribunais, nos âmbitos de sua jurisdição, serão competentes para decidir acerca do mérito do pagamento, ou não, dos dias de paralisação em consonância com a excepcionalidade de que esse juízo se reveste. Nesse contexto, nos termos do art. 7o da Lei no 7.783/1989, a deflagração da greve, em princípio, corresponde à suspensão do contrato de trabalho. Como regra geral, portanto, os salários dos dias de paralisação não deverão ser pagos, salvo no caso em que a greve tenha sido provocada justamente por atraso no pagamento aos servidores públicos civis, ou por outras situações excepcionais que justifiquem o afastamento da premissa da suspensão do contrato de trabalho (art. 7o da Lei no 7.783/1989, *in fine*). 6.5. Os tribunais mencionados também serão competentes para apreciar e julgar medidas cautelares eventualmente incidentes relacionadas ao exercício do direito de greve dos servidores públicos civis, tais como: i) aquelas nas quais se postule a preservação do objeto da querela judicial, qual seja, o percentual mínimo de servidores públicos que deve continuar trabalhando durante o movimento paredista, ou mesmo a proibição de qualquer tipo de paralisação; ii) os interditos possessórios para a desocupação de dependências dos órgãos públicos eventualmente tomados por grevistas; e iii) as demais medidas cautelares que apresentem conexão direta com o dissídio coletivo de greve. 6.6. Em razão da evolução jurisprudencial sobre o tema da interpretação da omissão legislativa do

direito de greve dos servidores públicos civis e em respeito aos ditames de segurança jurídica, fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Congresso Nacional legisle sobre a matéria. 6.7. Mandado de injunção conhecido e, no mérito, deferido para, nos termos acima especificados, determinar a aplicação das Leis nos 7.701/1988 e 7.783/1989 aos conflitos e às ações judiciais que envolvam a interpretação do direito de greve dos servidores públicos civis. (MI 670 / ES, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, D. Je. 31/10/2008).

8 CONCLUSIÓN

La huelga, cuyas democracias liberales consideran un derecho constitucionalizado, tiene inicio y se desarrolla bajo la égida de la autoridad sindical, que es un instrumento de los trabajadores organizados en conjunto para lograr mejores condiciones de trabajo para toda la categoría profesional.

Podemos decir que la huelga es un movimiento de presión contra el empleador, a fin de obtener mejores condiciones de trabajo y salarios, que es tolerable por el Estado se no es abusiva.

Hoy, el tema es la ley de la huelga para los empleados públicos, que tienen derecho de huelga constitucionalizado, pero no hay nada reglamentando ese derecho. Así que la Corte Suprema viene aplicando la ley de huelga existente para los empleados públicos, como forma de asegurar la aplicabilidad de la constitución, ya que existe la mora legislativa.

Delante de esa situación, el gobierno ya habló sobre la intención del de proponer la regulación del derecho de huelga de los empleados públicos al mismo tiempo que quiere crear el derecho de contrato colectivo de trabajo para el servidor público brasileño.

Sin embargo, los trabajadores, privados o públicos, no necesitan solamente de leyes para afirmar el derecho de huelga, pero si hay que tener condiciones para su efectivo ejercicio. Se el gobierno nos les da las condiciones, tampoco las empresas privadas, no hay que se hablar en la practica en derecho de huelga.

Hoy existe una grande dificultad de hacer huelga en Brasil. Porque las nuevas prácticas del sistema capitalista generó la rotura de la fuerza de trabajo, así como debilitó la actuación sindical. De esa forma, la clase operaria encuentra dificultades para luchar por mejores salarios e condiciones de trabajo.

Para proteger la parte hiposuficiente de la relación laboral, el gobierno y la justicia laboral deben intervenir para crear condiciones para que el sindicato se fortalezca, y así, sus acciones y medios de luchas sean realmente efectivos frente al empleador.

REFERENCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2006.

BRASIL. **CLT Saraiva e Constituição Federal**. 36. ed. atual.e amp.São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **CLT; CPC; Legislação Previdenciária e Constituição Federal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. 2. ed. Niterói: Impetus, 2008.

ELIZONDO, Jorge Luís. **Derecho colectivo del trabajo: conflictos actuales**. 1.ed.Rosario: Nova Tesis Editorial Jurídica, 2008.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NUÑEZ, Mariano. Medios de presión. In Mario Eduardo Ackerman (Cord). **Tratado del derecho del trabajo: relaciones colectivas de trabajo II**. Tomo VIII. 1.ed. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2007.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

Sitios consultados en octubre de 2009: <http://aplicacao.tst.jus.br/consultaunificada2/> <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>

A IMPORTÂNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM AUTO POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Clarice Sales Moraes de Souza¹
Sara Galvão²

RESUMO

O crescente processo de industrialização verificado desde o final do século XX, ao lado do incremento das pesquisas, do desenvolvimento e da difusão de novas tecnologias, os processos de produção e seus respectivos produtos, têm contribuído para pôr em perigo ou causar prejuízos à saúde humana e ambiental. No processo de desenvolvimento, diversas atividades se destacaram, dentro destas, os postos revendedores de combustível ou também chamado de “posto de gasolina”. Os produtos derivados do petróleo, como a gasolina, representam uma importante fonte de contaminação do meio ambiente nos centros urbanos. Sendo assim, surge o Licenciamento Ambiental, como um instrumento, cuja função é conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente. Entretanto se faz imprescindível que os órgãos ambientais juntamente com a sociedade civil imponham uma fiscalização destes empreendimentos para que o mesmo siga as normas e bem como se responsabilizem pelos possíveis impactos ambientais de seu entorno.

Palavras-chave: Posto de combustíveis. Licença ambiental para postos de combustíveis.

THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL LICENSING IN CARS OF FUELS

ABSTRACT

The growing process of industrialization that has occurred since the late twentieth century, alongside the increase in research, development and diffusion of new technologies, production processes and their products have contributed to endanger or cause harm to human health and environmental. In the process of development, various activities were highlighted within the latter, the fuel gas stations or also called “gasoline”. The oil products like gasoline are a major source of contamination of the environment in urban centers. Thus, there is the Environmental Permit, as an instrument whose function is to reconcile economic development with environmental conservation. However if it imperative that the environmental agencies with civil society require an inspection of these enterprises to follow the same rules and as well as take responsibility for possible environmental impacts of their surroundings.

Keywords: Fuel station. Environmental license for gas stations

-
- 1 Docente do Curso de Especialização em Gestão e Perícia Ambiental do Centro Universitário do Rio Grande do Norte-UNI- RN. E-mail: clarice_agro@hotmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5879195286691114>.
 - 2 Docente e Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão e Perícia Ambiental do Centro Universitário do Rio Grande do Norte-UNI- RN. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6612458193633320>

1 INTRODUÇÃO

O meio ambiente constitui um dos temas essenciais das políticas governamentais e uma das maiores preocupações dos cidadãos, seja nos países industrializados ou não. Pois, o crescente processo de industrialização verificado desde o final do século XX, ao lado do incremento das pesquisas, do desenvolvimento e da difusão de novas tecnologias, os processos de produção e seus respectivos produtos, têm contribuído para pôr em perigo ou causar prejuízos à saúde humana e ambiental (CUNHA, 2006).

Santos (2005) afirmam que no processo de desenvolvimento, diversas atividades se destacaram, dentro destas, os postos revendedores de combustível ou também chamado de “posto de gasolina”, nome tradicionalmente utilizado pela maioria da população brasileira para indicar o local onde se abastece de combustível os veículos automotivos.

Há inúmeras teorias sobre o surgimento do petróleo, porém, a mais aceita é que surgiu através de restos orgânicos de animais e vegetais depositados no fundo de lagos e mares sofrendo transformações químicas ao longo de milhares de anos. Substância inflamável possui estado físico oleoso e com densidade menor do que a água. Sua composição química é a combinação de moléculas de carbono e hidrogênio (hidrocarbonetos) (PETRÓLEO, 2010).

A pesquisa sistemática do petróleo para utilização em bases industriais e comerciais foi iniciada na metade do século passado, o marco inicial foi à perfuração em 1859, pelo *coronel* Edwin L. Drake, de um poço no estado da Pensilvânia, Estados Unidos, do qual fluiu petróleo de boa qualidade, de fácil destilação. O poço, próximo a *OilCreek*, tornou-se o símbolo e a base para o explosivo crescimento da moderna indústria mundial do petróleo (LUCCHESI, 1998).

No Brasil, em meados do século passado, consumiam-se produtos combustíveis animais como o óleo de baleia, mas a demanda não era grande devido à baixa e irregular distribuição da população. Os primeiros registros de que se tem notícia sobre a procura de petróleo no Brasil relacionaram-se às concessões dadas pelo imperador em 1858, para a pesquisa e lavra de carvão e folhelhos betuminosos na região de Ilhéus,

Bahia e, em 1864, para pesquisa e lavra de turfa e petróleo na mesma região. Assim, nestes 140 anos, a exploração de petróleo no Brasil evoluiu sustentada por crescimento do conhecimento geológico, aumento expressivo da demanda por derivados do petróleo, disponibilidade de recursos financeiros, choques dos preços internacionais e marcos regulatórios implantados. O evento mais importante no período foi à criação da Petrobras, com a responsabilidade de atuação exclusiva neste segmento da indústria (LUCCHESI, 1998).

De acordo com Oliveira (1992) os produtos derivados do petróleo, como a gasolina e o óleo diesel, representam uma importante fonte de contaminação do meio ambiente nos centros urbanos.

Além da queima dos combustíveis fósseis estão historicamente associadas à poluição atmosférica, as instalações relativas ao sistema de armazenagem subterrâneos de combustíveis (SASC) para os derivados de petróleo, configuram-se como empreendimentos capazes de gerar passivos ambientais urbanos, em função de possíveis vazamentos nos tanques de armazenamento ou tubulações, assim como derramamentos produzidos por acidentes no transporte e manuseio destes produtos, criando assim uma grande preocupação não só com os riscos de incêndios e explosões, mas também com a contaminação ambiental do solo e da água subterrânea (Blackman, 1996).

De acordo com Zeppini (2010) estatísticas não oficiais apontam que mais de 70% das instalações de postos de combustíveis no Brasil não estão devidamente adequadas às leis ambientais. No entanto, o fato preocupante não está relacionado apenas ao cumprimento da legislação em vigor desde 2001, com a resolução 273 do Conama, mas também com o preço que a sociedade paga caso aconteça qualquer problema de vazamento do combustível.

Das possíveis causas que possuem na resolução do CONAMA 273 de danos ambientais causadores por postos de combustíveis que não estão nas normas seriam:

os vazamentos de derivados de petróleo e outros combustíveis podem causar contaminação de corpos d'água subterrâneos e superficiais, do solo e do ar; considerando os riscos de incêndio e explosões, decorrentes desses vazamentos, principalmente,

pelo fato de que parte desses estabelecimentos localiza-se em áreas densamente povoadas e considerando que a ocorrência de vazamentos vem aumentando significativamente nos últimos anos em função da manutenção inadequada ou insuficiente, da obsolescência do sistema e equipamentos e da falta de treinamento de pessoal.

Em 2000, atividade de posto revendedor foi considerada potencialmente poluidora através da Resolução CONAMA nº 273 de 29 de novembro de 2000.

O Licenciamento ambiental é um Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, que foi estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. A principal função desse instrumento é conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente. A lei estipula que é obrigação do empreendedor buscar o licenciamento ambiental junto ao órgão competente, desde as etapas iniciais do planejamento de seu empreendimento e instalação até a sua efetiva operação (GRUPO AGES, 2011).

De acordo com o Grupo Agem (2011) A licença ambiental é um documento com prazo de validade definido no qual o órgão ambiental estabelece regras, condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem seguidas pela atividade que está sendo licenciada. Ao receber a Licença Ambiental, o empreendedor assume os compromissos para a manutenção da qualidade ambiental do local em que se instala.

Diante disso, o presente artigo objetiva informar a importância do Licenciamento Ambiental em Auto Postos de Combustível, que consta de exigências técnicas da legislação ambiental estadual em vigor para a construção de empreendimentos deste porte.

2 A QUESTÃO LEGAL DO LICENCIAMENTO

A competência do licenciamento ambiental em empreendimentos causadores de poluição ou degradação é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o como órgão executor do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Dentro do estado do Rio Grande do Norte o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (IDEMA) entra em parceria como Órgão Estadual envolvido com a questão ambiental.

3 INSTRUMENTOS DE CONTROLE AMBIENTAL

3.1 Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental é instrumento fundamental na busca do desenvolvimento sustentável. Sua contribuição é direta e visa a encontrar o convívio equilibrado entre ação econômica do homem e o meio ambiente onde se insere. Busca-se a compatibilidade do desenvolvimento econômico e da livre iniciativa com o meio ambiente, dentro de sua capacidade de regeneração e permanência (CARTILHA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, 2007).

Em empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de Audiências Públicas como parte do processo. Essa obrigação é compartilhada pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e pelo IBAMA, como partes integrantes do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente). O IBAMA atua, principalmente, no licenciamento de grandes projetos de infraestrutura que envolva impactos em mais de um estado e nas atividades do setor de petróleo e gás na plataforma continental. As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, o Ministério do Meio Ambiente emitiu recentemente o Parecer nº 312, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a abrangência do impacto (IBAMA, 2010).

A Diretoria de Licenciamento Ambiental é o órgão do IBAMA responsável pela execução do licenciamento em nível federal. A Diretoria vem realizando esforços na qualificação e na reorganização do setor de licenciamento, e disponibiliza aos empreendedores módulos de: abertura de processo, atualização de dados técnicos do empreendimento, solicitação de licença, envio de documentos e boletos de pagamento de taxas do licenciamento em formato on line. Pretende-se que o sistema informatizado agilize os trabalhos e as comunicações inerentes ao processo de licenciamento permitam maior visibilidade e transparência para os processos de licenciamento em tramitação no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA, 2010).

4 CONDUÇÃO DO PROCESSO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVOS

O processo de licenciamento no âmbito federal está dividido em três (3 fases: Licença Prévia -LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação LO. Estas fases serão realizadas de acordo com o porte do empreendimento, o qual sempre diferencia para cada caso as informações levantadas e entregues aos órgãos ambientais competentes.

4.1 Licença prévia

Realizada no início do processo do projeto, é concedida na etapa preliminar, deve conter todos os requisitos básicos para atender nas fases de localização, instalação e operação, e sempre observando a viabilidade ambiental do empreendimento nas fases subsequentes do licenciamento.

Dependendo do porte do empreendimento deve ser realizado um Estudo Ambiental, que o órgão responsável ao qual declarará mediante a esta licença.

O pedido de licenciamento deve ser publicado conforme Resolução nº 006/ 86 do Conselho Nacional do Meio ambiente - CONAMA.

4.2 Licença de instalação - li

Autoriza o início da implantação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes (IDEMA, 2011).

A solicitação da Licença de Instalação estará condicionada à apresentação de projeto detalhado do empreendimento. Sua concessão implica o compromisso do interessado em manter o projeto final compatível com as condições de seu deferimento.

O empreendedor solicita esta licença e publica o pedido, conforme a Resolução nº 006/86 do CONAMA.

Para que esta fase se concretize, é necessário que todas as exigências constantes da Licença Prévia tenham sido atendidas.

4.3 Licença de operação – I

Autoriza o início da atividade, do empreendimento ou da pesquisa científica, após a verificação do efetivo cumprimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação, conforme o disposto nas licenças anteriores. O prazo de validade da Licença de Operação deverá considerar os planos de controle ambiental e será determinado entre 01 (um) ano e 10 (dez) anos, de acordo com o porte e o potencial poluidor da atividade, sem prejuízo de eventual declaração de descontinuidade do empreendimento ou atividade, por motivo superveniente de ordem ambiental, admitida sua renovação por igual ou diferente período, respeitada o limite estabelecido, assegurando-se aos empreendimentos de baixo potencial poluidor um prazo de validade de, no mínimo, 02 (dois) anos (CPRH, 2010).

Concedida, após as verificações necessárias, para facultar o início da atividade requerida e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição (IDEMA, 2010).

Sendo aprovada esta etapa, a Licença de Operação será concedida, devendo ser publicada conforme Resolução nº 006/86 do CONAMA.

5 AUDIÊNCIA PÚBLICA

Conforme previsto na Resolução nº 001/86 do CONAMA e regulamentado através da Resolução nº 009/87 do CONAMA (DOU de 05/07/90), alguns empreendimentos são apresentados e discutidos diante da sociedade, através da realização de Audiência Pública, ao qual isto ocorre quando 50 (cinquenta) ou mais pessoas físicas ou uma entidade civil a solicita ao IBAMA ou ao Ministério Público ou, ainda, quando o órgão ambiental competente julgar necessário (REIS, 2010).

A audiência pública é uma das etapas da avaliação do impacto ambiental e o principal canal de participação da comunidade nas decisões em nível local. Esse procedimento consiste em apresentar aos interessados o conteúdo do estudo e do relatório ambiental, esclarecendo dúvidas e recolhendo as críticas e sugestões sobre o empreendimento e as áreas a serem atingidas. O local escolhido para realização da audiência deve ser de fácil

acesso aos interessados. Por isso, devido à localização geográfica das comunidades e grupos interessados, poderá; haver mais de um evento sobre o mesmo projeto (IBAMA, 2010).

6 CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado e as normas realizadas para a implementação de um Auto-Posto de Combustíveis, se faz necessário uma fiscalização dos órgãos competentes Estaduais e Federais, para que minimize os problemas de impactos ambientais. Sendo imprescindíveis aspectos como o conhecimento aprofundado de todo o entorno área a ser construído o Auto Posto; conhecimento prévio das condições ambientais da região que será afetada pela atividade; caracterizar a quantidade de flora e fauna a ser perdido com a implantação do empreendimento e discussão com a comunidade afetada sobre o que será feito para minimizar as atividades do empreendimento adversas ao meio ambiente.

7 REFERÊNCIAS

Agencia Estadual do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/LO.pdf>> Acesso em: 10 Jan 2011.

Blackman, W.C.Jr., 1996, Basic Hazardous Waste Management. 2. Ed., **Boca Raton**, FL, USA, Lewis Publishers, 397p.

Bacias Hidrográficas. Disponível em <<http://www.semarh.rn.gov.br/>> Acesso:20 dez 2010.

CUNHA, R.L. Apostila do Curso de Resíduos Sólidos Perigosos. **Instituto de Desenvolvimento Humano e Gestão Ambiental-IDHGE.** Rio de Janeiro. 2006;

GRUPO AGES. Disponível em: <<http://www.licenciamentoambiental.eng.br/a-importancia-do-licenciamento-ambiental/>> Acesso: 20 Març 2011.

Licenciamento Ambiental. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br/>> Acesso:5 nov 2010.

Lucchesi, Celso Fernando. **Petróleo.** , Estud. Avançados, 1998, vol.12, n° 33, ISSN 0103 40141.

Oliveira, E., 1992, Contaminação de Aquíferos por Hidrocarbonetos Provenientes de Vazamentos de Tanques de Armazenamento Subterrâneo. **Dissertação de Mestrado**, Instituto de Geociências, USP, 112p.

PETRÓLEO - *origem, derivados, extração e história.* Disponível em: <www.suapesquisa.com/geografia/petroleo> Acesso: 04 agosto 2010.

Postos de Combustíveis. Disponível em: <<http://blog.zeppini.com.br/2009/05/07/postos-de-combustiveis-riscos-ambientais-que-devemos-evitar/>>Acesso:10 agosto 2010.

REIS, J.L.B.C. **A Variável Ambiental em Obras Rodoviárias.** Disponível em: <<http://rodoviasverdes.ufsc.br/files/2010/04/Licenciamento-ambiental.pdf>>Acesso: 20 Març 2011.

Resolução CONAMA. n° 273, de 29 de novembro de 2000. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/>> Acesso: 3 janeiro 2011.

SANTOS, R.J.S. A Gestão Ambiental em Posto Revendedor de Combustíveis como Instrumento de Prevenção de Passivos Ambientais. Universidade Federal Fluminense – UFF (**Tese de Mestrado**). Niterói. 2005.

LUDOTERAPIA NO AMBIENTE HOSPITALAR – SUBSÍDIOS PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM

Ketsia Bezerra Medeiros¹

Arélli Pâmella Brasileiro Chaves²

Lizandra de Farias Rodrigues Queiroz³

Mariana de Almeida Abreu⁴

Mariana Carvalho da Costa⁵

RESUMO

Quando uma doença requer internação hospitalar, além da preocupação advinda da enfermidade, o processo de hospitalização pode representar também um evento amedrontador, uma vez que o hospital é um local indesejado para a maioria dos indivíduos, especialmente crianças. O presente trabalho objetiva abordar a importância da ludoterapia no contexto hospitalar sob a óptica da enfermagem. A pesquisa revisou extensamente a literatura pertinente por meio de livros, artigos científicos, *sites* e outras fontes relevantes sobre o tema. A partir da ludoterapia, a criança projeta-se, e revela, inclusive de forma não verbal, as situações que a afligem, seus sentimentos e possíveis problemas. Deste modo, a aceitação dos procedimentos hospitalares é facilitada, o que viabiliza a assistência e cuidados dirigidos ao público infantil.

Palavras-chave: Ludoterapia. Criança. Hospitalização. Enfermagem.

PLAY THERAPY IN HOSPITAL – SUBSIDIES FOR NURSING CARE

ABSTRACT

When a disease requires hospital admission, besides the worries that comes with the disease, the hospitalization process can also represent a fearful event, once the hospital is an undesired place for most people, specially for children. This paper aims to address the importance of play therapy in hospitals from the perspective of nursing. This research widely reviewed the relevant literature through books, scientific articles, web sites and any other relevant source. It is concluded that from play therapy, the child projects, and reveals, especially nonverbally, situations that afflict their feelings and problems. Thus, the acceptance of hospital procedures is provide, which enables the care and assistance directed at children.

Keywords: Play therapy. Child. Hospitalization. Nursing.

1 Professora do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). E-mail: kbmedeiros@hotmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9507668974396478>.

2 Enfermeira, Especialista em Saúde Coletiva. E-mail: arelli_med@hotmail.com. Endereço para acessar este CV <http://lattes.cnpq.br/2923981030777581>.

3 Enfermeira, Mestre em Recursos Naturais. E-mail: lizandradfarias@hotmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4642286761022637>.

4 Enfermeira, Especialista em Saúde Coletiva. E-mail: marianaabreu@hotmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4129312209915576>.

5 Psicóloga hospitalar, Mestre em Psicologia. E-mail: marianac_costa@hotmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7043361486069931>

1 INTRODUÇÃO

A internação hospitalar é algo que altera o cotidiano de qualquer paciente, assim como das pessoas que o cercam – familiares e amigos. O paciente pediátrico torna-se especialmente vulnerável e muitas vezes amedrontado, por estar em um ambiente estranho e não familiar ao seu cotidiano. Neste contexto, as atividades psicomotoras e as funções afetivas e cognitivas da criança podem ficar debilitadas e o corpo sofrer as consequências destas alterações, o que interferirá na evolução da doença. Diante desta realidade, é cada vez maior a preocupação com as consequências que a doença e a internação podem causar, visto que o hospital com frequência é um local indesejado para maioria das crianças.

Por ser uma experiência estressante, a hospitalização envolve necessária e profunda adaptação por parte da criança às diversas mudanças em sua realidade. De acordo com Furtado; Lima (1999), tal experiência pode ser amenizada pelo fortalecimento de algumas condições, tais como: apoio familiar, adequado tratamento pelos profissionais de saúde, informações e esclarecimentos diante de demandas do paciente e atividades recreacionais. Estes aspectos estão articulados às possíveis reações da criança à doença e à internação, reações estas que estão diretamente relacionadas ao grau de desenvolvimento psíquico do paciente quando da internação e às atitudes de apoio dos familiares e da equipe de saúde, além do tipo de doença que a acomete (BALDINI; KREBS, 1999).

Antes de aprofundar os comentários acerca da importância da ludoterapia como recurso terapêutico, cabe salientar que a brincadeira é uma forma de estimulação bastante eficaz para proporcionar uma infância saudável, já que é através dela que a criança explora o mundo e estabelece um importante elo com o seu imaginário. Ademais, auxilia o desenvolvimento sensorial, motor e intelectual (TONDATTI; CORREA, 2012), a autoconsciência, a criatividade, o estabelecimento de valores morais, contribuindo para a formação de um adulto equilibrado e mais disponível à socialização.

Levando-se em consideração este lugar privilegiado das atividades lúdicas, é possível deduzir que o seu desenvolvimento no ambiente hospitalar oportuniza à criança um meio de instituir um elo entre o mundo exterior, de onde veio, e este novo contexto de vida, muitas vezes assustador.

Tais atividades podem ser desenvolvidas privilegiadamente pelo enfermeiro, como um elemento da assistência à criança no âmbito hospitalar, já que este profissional de saúde está em constante interação com o paciente e, como ressaltam Leite; Shimo (p.344, 2007) “o cuidar em enfermagem não é um ato que envolve apenas o domínio de técnicas e tecnologias, mas sim a complexidade de lidar com outro ser humano”.

Além de uma atividade recreacional, realizada por meio do brinquedo terapêutico, propiciando o desenvolvimento físico, mental, emocional e a socialização, a ludoterapia tem sido preconizada como um meio de proporcionar à criança hospitalizada a oportunidade de construir novas situações, na medida em que modifica a sua realidade atual (LEITE; SHIMO, 2007). Neste processo, a criança se aproxima da compreensão do que se passa no hospital e pode desmistificar possíveis tabus. No contexto ludoterpico, o uso do brinquedo possibilita que também o profissional compreenda as necessidades e sentimentos da criança e, desse modo, a prepare para as experiências que estão por vir, por meio do desenvolvimento de sua autoconfiança. A ludoterapia, portanto, pode ser tomada como uma forma de tornar a experiência de internação menos traumática para a criança, deixando-a psicologicamente mais confortável.

Mesmo reconhecendo algumas limitações na compreensão da criança, é importante enfatizar a dimensão da enfermidade para que ela possa elaborar as questões relacionadas ao seu estado (OLIVEIRA, 1993). Desta forma, a criança expressa sua individualidade e sua complexa constituição como indivíduo, podendo ressignificar os conteúdos que lhe causam angústia. Caso contrário, ela seria reduzida à condição de objeto da enfermidade. É preciso ouvir a criança em sua própria linguagem, em sua singular forma de ver o mundo.

Diante do exposto, o presente trabalho objetiva contribuir para o conhecimento acerca da atuação do enfermeiro nas atividades de ludoterapia, bem como facilitar a compreensão e o reconhecimento da importância desta prática no ambiente hospitalar.

Foi elaborado a partir de uma revisão narrativa com o intuito de discutir o estado da arte do tema da ludoterapia enquanto instrumento e recurso privilegiado para o trabalho de enfermeiros no contexto hospitalar. A revisão está fundamentada na análise crítica de livros, artigos científicos de

periódicos nacionais e internacionais, *sites* e outras fontes relevantes sobre o tema. Foram compilados estudos relevantes nas bases de dados BIREME e SciELO, utilizando-se como palavras-chave: ludoterapia, criança, hospitalização, enfermagem – determinadas após pesquisa nos Descritores em Ciências da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde (DeCS/BVS). Após a busca bibliográfica e a seleção das fontes, chegou-se ao total de vinte e três publicações, as quais embasam o presente trabalho.

2 RESULTADOS

2.1 Ludoterapia – Considerações Gerais

A ludoterapia é uma abordagem terapêutica, direcionada ao público infantil, por meio da qual a criança pode projetar seus sentimentos e aflições, configurando-se uma oportunidade de comunicar-se de forma verbal e/ou não verbal (AXLINE, 1984) para assim elaborar suas dificuldades.

No universo ludoterapêutico, a criança pode se desenvolver com melhores condições, uma vez que é possível expandir seus sentimentos acumulados de tensão, frustração, insegurança, agressividade, medo, espanto e confusão. Ao superar “esses sentimentos através do brincar, ela se conscientiza deles, esclarece-os, enfrenta-os, aprende a controlá-los ou os esquece” (AXLINE, 1984, p. 28). Este passo é o precursor de caminhos que formam indivíduos mais corajosos, maduros e independentes. O lúdico é um instrumento que promove a inserção da criança na cultura e que, normalmente, tem a função de mediador das vivências infantis internas com o mundo externo, sendo, portanto, um facilitador da interação com o meio (POLETTI, 2005).

Durante o desenvolvimento do mundo da criança, o brincar tem um papel fundamental, pois é a partir das atividades lúdicas que ela consegue criar estratégias simbólicas para interagir, se aproximar e compreender melhor o universo adulto (RAVELLI; MOTTA, 2005). A ludoterapia é uma forma de ampliar este mundo em constante crescimento, na medida em que sua utilização proporciona à criança apoio, promoção da saúde e cuidados, além de auxiliar o diagnóstico e a construção de medidas terapêuticas eficazes, quando for o caso.

A infância é um interessante momento para intervenções terapêuticas, uma vez que a criança, em intenso e amplo desenvolvimento, tem sua estrutura psíquica ainda pouco cristalizada e, portanto, mais flexível e adaptável a mudanças. A possibilidade de brincar livremente facilita a expressão, a projeção de emoções e sentimentos, tornando o lúdico imprescindível à saúde física, emocional e intelectual. Além dos benefícios para as crianças de então, as atividades ludoterapêuticas contribuem para a maturidade e o equilíbrio do adulto que se tornarão. Como o crescimento é um processo de mudança complexo e dinâmico, todas as experiências vividas na infância desembocam e ajudam a compor as atitudes, pensamentos, sentimentos e comportamentos dos indivíduos na fase adulta.

2.1.2 O Brinquedo Terapêutico

O brinquedo terapêutico é uma técnica que segue os princípios da ludoterapia e permite à criança minimizar a ansiedade ocasionada por experiências atípicas para sua idade ou por circunstâncias adversas (LEITE; SHIMO; 2007). Este brinquedo pode ser usado com crianças hospitalizadas, especialmente quando estas tiverem dificuldade de compreender ou assimilar a nova situação a que estão submetidas (CINTRA; SILVA; RIBEIRO, 2006).

O brinquedo terapêutico se diferencia do brinquedo recreativo puro e simples porque funciona como um instrumento de distração e, ao mesmo tempo, como um meio de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades, na medida em que a criança pode viver simbolicamente suas fantasias e explorar seus mundos externo e interno (AZEVEDO, et al, 2007; TONDATTI; CORREA, 2012). Além de cumprir importantes funções em situações atípicas, também é útil em situações habituais à criança, pois promove seu crescimento e desenvolvimento, além de uma interação melhor com o mundo adulto (SIGAUD; VERÍSSIMO, 1996). Os brinquedos são fundamentais ao processo ludoterapêutico, e por serem o meio natural de expressão da criança, são concedidos, geralmente, como propriedade sua. Diante disso, ela consegue organizar e orientar seu mundo por meio de brincadeiras livres, elaborando suas ideias e expressando seus mais recônditos sentimentos e pensamentos (AXLINE, 1984).

2.1.3 Humanizando a Hospitalização Infantil

O avanço tecnológico e científico é responsável por uma série de benefícios à humanidade, principalmente no setor da saúde. Em contrapartida, favorece relações muitas vezes restritas ao conhecimento acadêmico-científico, favorecendo a desumanização da prática.

O processo de adoecimento gera diversas alterações no indivíduo, podendo muitas vezes desequilibrar seu organismo e sua vida em vários aspectos. Nos casos de internação, o estresse é exacerbado visto que a pessoa está afastada de seu cotidiano, especialmente se a internação for longa e duradoura. Esta realidade torna a humanização imprescindível no setor de saúde, principalmente quando se trata de uma criança que, quando chega ao hospital, precisa sentir-se bem neste ambiente (LINDQUIST, 1993). Neste contexto de humanização, os recursos lúdicos auxiliam a criança que se depara com as transformações que ocorrem a partir de sua admissão na instituição, aumentando, assim, sua resiliência (CARVALHO; BEGNIS, 2006).

A criança hospitalizada geralmente está inquieta, amedrontada e ansiosa, sofrendo com a enfermidade, com a separação da família e com a chegada num ambiente estranho. Além disso, a hospitalização, as intervenções médicas e a própria doença podem ser percebidas pela criança como um castigo ou punição, algo estreitamente relacionado a uma culpa subjacente que pode advir de uma desobediência anterior, por exemplo (OLIVEIRA, 1993). Por estas razões, na infância, a hospitalização pode configurar-se como uma experiência potencialmente traumática, tornando-se fundamental o melhor atendimento possível pela equipe de saúde, no intuito de estabelecer um elo de confiança e cooperação entre a equipe e o paciente e de desmistificar possíveis equívocos no tratamento.

A humanização se constitui pelo diálogo e pela prática de boas relações interpessoais, permitindo que o paciente se expresse mais livremente, o que favorece o conhecimento e a decorrente resolução das suas angústias, temores e expectativas. É importante ressaltar que a humanização é prerrogativa nos cuidados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), embasada pela Política Nacional de Humanização ou “Humaniza SUS”, que foi implantada pelo Ministério da Saúde em 2004. Seus princípios norteadores, marcos teórico-políticos e estratégias gerais dizem respeito a todos

os pacientes de saúde, tanto da rede pública como da rede privada, a saber: valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde; fomento da autonomia e protagonismo desses sujeitos; aumento do grau de co-responsabilidade na produção de saúde; identificação das necessidades, desejos e interesses das pessoas envolvidas no campo; ampliação da atenção integral à saúde (BRASIL, 2004).

2.1.4 A Importância do brincar e sua inserção no hospital

No capítulo II do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – lei 8.069 de 13 de julho de 1990, artigo 16, o direito à liberdade compreende brincar, praticar esportes e divertir-se (BRASIL, 2008). O brincar acompanha o ser humano desde a antiguidade, quando era prática comum entre adultos e crianças, caracterizando-se como um fenômeno social impregnado de simbolismo religioso. Atualmente, constata-se uma tendência mundial de valorização do brincar, uma vez que tal ato proporciona um vasto leque de oportunidades para expressão de sentimentos e emoções.

Lindquist (1993) observa que o brincar equivale para a criança o que trabalhar significa para o adulto. As crianças parecem tratar a brincadeira com a mesma responsabilidade e seriedade com que, geralmente, os adultos se dedicam aos seus trabalhos. É possível perceber que se a criança estiver suficientemente envolvida e encantada com uma brincadeira, ela consegue agir de modo intenso, com seriedade e muita concentração. Este momento é, portanto, uma oportunidade de desenvolver suas habilidades.

A brincadeira expressa, de modo simbólico, as fantasias, desejos e experiências vividas pela criança, ajudando-a a enfrentar condições adversas e estressantes. É através do brinquedo que a criança engendra sua relação com os objetos e outros seres animais e humanos de sua vida atual e futura, além de embasar sua relação com os adultos e com as imagens do discurso social em que está inserida (POLETTTO, 2005). Fenômeno natural e complexo, a atividade lúdica pode promover a compreensão da criança sobre seus comportamentos e sentimentos, até quando lhe é possível apenas a expressão não verbal de seu universo.

A brincadeira representa para a criança a reprodução de sua vida cotidiana, a construção da sua realidade e a possibilidade de domínio das situações que

vivencia (FIGUEIREDO; VIANA, 2006). A recombinação de elementos retirados da realidade com aspectos advindos do imaginário infantil torna a brincadeira uma expressão primordial da subjetividade da criança, além de proporcionar uma expansão de seu desenvolvimento cognitivo.

A criança hospitalizada necessita de cuidados que se estendam além do tratamento de sua doença física, tornando-se imprescindível considerar a importância do seu estado emocional no modo como vai conseguir viver as experiências deste seu novo contexto de vida. O estado ora delicado, resultante desta mudança temporária em sua vida, torna a ludoterapia um importante instrumento terapêutico para promover um enfrentamento mais tranquilo e eficiente. Como afirma Oliveira (1993, p.330), “Brincar é uma forma de viver. De ultrapassar os sentimentos mais dolorosos. De vencer a solidão e a saudade”.

Comportamentos agressivos, medo e perda de controle, são as formas mais frequentes de reação ao estresse provocado pelo ambiente hospitalar, procedente principalmente da ansiedade da separação da família e das pessoas com as quais convivia e da mudança de rotina. As atividades ludoterapêuticas vêm sendo utilizadas com sucesso no tratamento e na recuperação de crianças que reagem de forma negativa à hospitalização. Os brinquedos utilizados devem ser sempre adequados à fase de desenvolvimento de cada criança, e devem estabelecer um propósito além de uma atividade recreativa. Prioritariamente, visam minimizar o estresse, o sofrimento e a dor durante a hospitalização. Aconselha-se deixar a criança livre para escolher os brinquedos e a atividade deve ser realizada num ambiente tranquilo (SIGAUD; VERÍSSIMO, 1996). Esta iniciativa aumenta a segurança e autonomia da criança, que precisa sentir-se num ambiente seguro para criar e inventar com o máximo de liberdade possível (LINDQUIST, 1993).

A intervenção ludoterapêutica tem sido preconizada para que a criança hospitalizada compreenda melhor o que se passa no hospital, aceitando de forma mais tranquila a sua internação. “A ludoterapia deve oferecer às crianças, qualquer que seja sua idade, atividades estimulantes, divertidas e enriquecedoras, que tragam, ao mesmo tempo, calma e segurança” (LINDQUIST, 1993, p.24). Uma criança mais segura tem uma permanência menos angustiante no hospital, o que favorece seu desenvolvimento integral e contribui para a cura de sua doença.

Percebe-se então a importância do lúdico no hospital, visto que este ambiente torna-se menos estressante com a implantação deste recurso que, em consequência de seus efeitos, está cada vez mais presente nos hospitais.

Um estudo realizado com profissionais da área de saúde de três instituições, apontou que a promoção do brincar, sob a ótica dos entrevistados, possibilita a integralidade da atenção, a adesão ao tratamento, o estabelecimento de canais que facilitam a comunicação entre as crianças e os profissionais de saúde (MITRE; GOMES, 2004). Os mesmos autores entrevistaram posteriormente (2007) profissionais que realizavam algum tipo de atividade lúdica em hospitais de diferentes regiões do país. Os resultados ressaltaram o lúdico como facilitador para a execução de determinadas ações, além do reconhecimento por parte dos gestores deste tipo de intervenção.

Em 2006, foi realizado um estudo com crianças internadas em diferentes unidades pediátricas, na faixa etária de 2 a 10 anos. Destas crianças, metade estava em uma instituição hospitalar que possuía um ambiente físico estruturado para o desenvolvimento de atividades lúdicas; e as demais, em uma instituição que não possuía tal estrutura. Os resultados mostraram que na primeira instituição as crianças agiam de forma independente na escolha do material lúdico e na livre inserção em um grupo; enquanto que na segunda instituição as atividades não variavam muito e o local era pouco frequentado (CARVALHO; BEGNIS, 2006).

Numa pesquisa realizada em Vitória, ES, com crianças de 6 a 12 anos, através de entrevistas e um instrumento especialmente elaborado, contendo 20 desenhos de brinquedos e brincadeiras, classificados como jogos, constatou-se que 78,6% das crianças gostariam de brincar no hospital (MOTTA; ENUMO, 2004). O instrumento mostrou que o brincar pode ser um recurso adequado para a adaptação da criança hospitalizada, permitindo ainda que essa intervenção seja personalizada.

2.1.5 A participação da família

A família ocupa posição privilegiada na sociedade, sendo vista como responsável pelo apoio físico, emocional e social de seus membros (POLETTTO, 2005). Com o adoecimento e a hospitalização de uma criança, a família vivencia experiências de sofrimento, angústia, medo,

ansiedade e desorganização de seu cotidiano, necessitando também de apoio e intervenções por parte da equipe de saúde. A maior parte deles reconhece a importância de estar o mais próximo possível da criança nesta difícil experiência, entretanto, muitos não sabem como agir com seus filhos no ambiente hospitalar (LIND, 1993). As reações das crianças à hospitalização estão estritamente vinculadas aos comportamentos e sentimentos dos seus familiares e das pessoas mais próximas. De um modo geral, os pais ou responsáveis tendem a superproteger o filho doente, subestimando os recursos de enfrentamento e superação próprios da criança, o que pode prejudicar seu desenvolvimento e sua autonomia (LINDQUIST, 1993). Por isso, o cuidado dirigido aos pais ou responsáveis pelo paciente é de suma importância.

A reação dos pais frente à hospitalização é tão importante quanto o enfrentamento da criança. “A hospitalização de uma criança gravemente doente pode precipitar uma crise na família. Os pais podem ficar ansiosos e confusos e podem desenvolver sintomas psicossomáticos, de culpa e negação” (BOWDEN; GREENBERG, 2005).

Frequentemente, pais, familiares ou responsáveis pela criança hospitalizada ficam incomodados, mas ao mesmo tempo paralisados diante desta situação. Estas inquietações e angústias podem ser equacionadas pela introdução da ludoterapia nos hospitais. As crianças enfermas não ficariam isoladas como antes e se encontrariam nos espaços ludoterapêuticos para a prática de atividades adequadas à sua idade e condição. Deste modo, pais e filhos aprendem a enfrentar a situação com menos dificuldade por meio do contato com outras pessoas, o que evidencia o caráter eminentemente social do brincar.

A participação ativa da família durante o período da hospitalização torna-se imprescindível, na medida em que se configura como o elo entre a equipe de saúde e a criança. A equipe, por sua vez, deve manter os familiares sempre informados a respeito da hospitalização, promovendo, assim, a redução da ansiedade na família e, por conseguinte, na criança, e fortalecendo sua auto estima e sua segurança. Aproximando-se de sua família, é possível avaliar o mundo em que a criança está inserida, e interagir melhor com ela. A família desempenha um papel fundamental durante essa experiência crítica que a criança está vivenciando, sendo grande aliada para o enfrentamento e retomada de uma vida saudável após o período de internação.

2.1.6 Cuidado de Enfermagem

Como discutido anteriormente, no contexto da hospitalização a criança sofre uma ruptura das suas atividades cotidianas e tem os seus vínculos pessoais transformados, podendo, com isso, perder suas referências. Os profissionais que trabalham com a hospitalização infantil, portanto, necessitam demonstrar muito carinho e paciência, visto que são várias as alterações que o ambiente hospitalar provoca na criança e em sua família, além de se dispor a proporcionar bem-estar a todos os envolvidos no processo de hospitalização.

A criança exige maior atenção e cuidado porque, em sua faixa etária, qualquer desestruturação pode interferir de forma profunda no seu desenvolvimento. Isto evidencia a importância da inserção de atividades lúdicas no processo do cuidar em enfermagem pediátrica, a fim de diminuir os efeitos estressores da hospitalização e tornar a assistência mais humanizada. Para promoção da saúde, a equipe de profissionais não deve restringir sua atuação à ordem curativa e à redução do tempo de permanência no hospital, mas ajudar a compor uma travessia menos prejudicial à criança, que está inserida na dura situação de hospitalização e doença, auxiliando na criação de um ambiente familiar e favorável para seu bem-estar. Tais atitudes podem converter sofrimento e dor em experiências ricas em conteúdos que contribuam para a saúde e restabelecimento da criança (BRITO; RESCK; MOREIRA; MARQUES, 2009).

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), por meio da resolução n.295/2004, estabelece em seu artigo 1º : “Compete à Equipe de Enfermagem que atua na área pediátrica a utilização da técnica do brinquedo/brinquedo terapêutico, na assistência à criança e família hospitalizadas”. Os profissionais da área de saúde, principalmente os enfermeiros por terem mais contato com o paciente, são responsáveis pelo cuidado holístico da criança hospitalizada e de sua família, além de esclarecer as dúvidas e diminuir as aflições, fortalecendo o vínculo através do diálogo. As ações devem ser desenvolvidas de maneira ampla, humanizada e compartilhada entre pacientes, familiares e profissionais.

No contexto da ludoterapia no hospital, compete ao profissional da enfermagem observar com cuidado o comportamento da criança enquanto usa o brinquedo terapêutico, aproximando-se e tentando dialogar com o universo trazido pela criança, assegurando-lhe uma escuta atenta e interessada, a fim de estimular sua expressão (SIGAUD; VERÍSSIMO, 1996). Mantendo esta postura,

o enfermeiro consegue fazer do brinquedo um instrumento de comunicação e compreensão, diferente do que proporcionaria a simples e desatenta manipulação do brinquedo. Dessa forma, a presença do lúdico se caracteriza como uma atividade mediadora entre profissional e paciente, que facilita e conduz aos objetivos estabelecidos, quais sejam, a busca pelo bem-estar global de todos os envolvidos no tratamento, a humanização da hospitalização, e por fim, a recuperação (BRITO; RESCK; MOREIRA; MARQUES, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos mostram a importância do lúdico como um fator essencial para o desenvolvimento e recuperação das crianças internadas. A prática lúdica vem se tornando frequente em mais unidades hospitalares, possibilitando uma maior aceitação ao tratamento, facilitando a comunicação entre os profissionais e a criança, integralizando a atenção, permitindo uma maior socialização, o que reflete positivamente para o quadro clínico da criança.

O instrumento lúdico serve como facilitador da assistência e interação com os profissionais e o ambiente hospitalar, permitindo assim, a aceitação dos procedimentos de forma menos estressante. Destaca-se também a importância do cuidar de uma forma holística, não privilegiando apenas os procedimentos técnicos, e sim enfatizando uma assistência humanizada, na tentativa de minimizar as consequências da hospitalização. A ludoterapia também proporciona a criança uma aproximação com o espaço familiar, visto que se trata de um ambiente estruturado que auxilia no enfrentamento desta vivência. Neste sentido, o uso do lúdico configura-se como recurso humanizado à disposição da equipe de saúde, para ajudar a criança a lidar com sentimentos e conflitos, mantendo-a tranquila durante a realização de todos os procedimentos necessários ao tratamento.

4 REFERÊNCIAS

AXLINE, V. M. **Ludoterapia: a dinâmica interior da criança**. Belo Horizonte: Interlivros, 1984.

AZEVEDO, D. M. et al O brincar como instrumento terapêutico na visão da equipe de saúde. **Cienc. Cuid. Saúde**, v.6, n.3, p. 335-341, jul.-set, 2007.

BALDINI, S. M.; KREBS, V. L. J. A criança hospitalizada. **Pediatria**. São Paulo, v. 21, n.3, p.182-190, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 1990.

Brito T.R.P., Resck Z.M.R., Moreira D.S., Marques S.M. As práticas lúdicas no cotidiano do cuidar em enfermagem pediátrica. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm.**, v.13, n.4, p. 802-808, out-dez., 2009

BOWDEN, V. R.; GREENBERG, C. S. **Procedimentos de enfermagem pediátrica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

CARVALHO, A. M.; BEGNIS, J. G. Brincar em unidades de atendimento pediátrico: aplicações e perspectivas. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 11, n. 1, abr. 2006.

CINTRA, S. M. P.; SILVA, C. V.; RIBEIRO, C. A. O ensino do brinquedo/brinquedo terapêutico nos cursos de graduação em enfermagem no Estado de São Paulo. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 59, n. 4, ago. 2006.

COFEN. **Resolução n.295/2004**. Dispõe sobre a utilização de técnicas do brinquedo/brinquedo terapêutico pelo enfermeiro na assistência prestada à criança hospitalizada. COREN-SP. 2004

FIGUEIREDO, N. M. A.; VIANA, D. L. (coord.). **Tratado prático de enfermagem**. São Paulo: Yends, 2006.

FURTADO, M. C. C; LIMA, R. A. G. Brincar no hospital: subsídios para o cuidado de enfermagem. **Rev. Esc. Enf. USP**, v.33, n.4, p. 364-369, dez. 1999.

LEITE, T.M.C.; SHIMO, A.K.K. O brinquedo no hospital: uma análise da produção acadêmica dos enfermeiros brasileiros. **Esc. Anna Nery R Enferm**, jun., v.11, n. 2, p. 343-50, 2007

LIND, J. Apresentação. In LINDQUIST, Ivonny. **A criança no hospital: terapia pelo brinquedo**. São Paulo: Página Aberta, p. 9-11, 1993.

LINDQUIST, I. **A criança no hospital: terapia pelo brinquedo**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

MITRE, R. M. A., GOMES, R. A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde. **Cienc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2004.

MITRE, R. M. A., GOMES, R. A perspectiva dos profissionais de saúde sobre a promoção do brincar em hospitais. **Cienc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, out. 2007.

MOTTA, A. B.; ENUMO, S. R. F. Brincar no hospital: estratégia de enfrentamento da hospitalização infantil. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 9, n. 1, abr. 2004.

OLIVEIRA, H. A enfermidade sob o olhar da criança hospitalizada. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 326-332, jul./set, 1993.

POLETTTO, R. C. A ludicidade da criança e sua relação com o contexto familiar. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 10, n. 1, abr. 2005.

RAVELLI, A. P. X.; MOTTA, M. G. C. O lúdico e o desenvolvimento infantil: um enfoque na música e no cuidado de enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 58, n. 5, out. 2005.

TONDATTI, PC; CORREA, I. Use of music and play in pediatric nursing care in the hospital contexto. **Invest. Educ. Enferm.** v. 30, n. 3, p 362-70, 2012

SIGAUD, C. H. S.; VERÍSSIMO, M. R. (org.). **Enfermagem Pediátrica: O cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente**. São Paulo: EPU, 1996.

RELAÇÃO ENTRE O PERFIL NUTRICIONAL E DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS DE UMA COMUNIDADE DA ZONA OESTE DE NATAL/RN

Ingrid Pereira Teles¹
Carina Leite de Araújo Oliveira²

RESUMO

Estuda-se a relação do estado nutricional com a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, com fatores comportamentais e com o consumo alimentar, em adultos de ambos os gêneros moradores de uma comunidade da zona oeste de Natal/RN. Participaram da pesquisa 49 indivíduos. Foi avaliado o estado nutricional através do Índice de massa corporal (IMC) e Circunferência abdominal (CA) / OMS, 1997. O consumo alimentar foi avaliado através do questionário de frequência alimentar. Os dados mostraram que 61,2% dos indivíduos encontravam-se em estado de sobrepeso e obesidade, 63,6% dos homens e 73,7% das mulheres apresentavam CA indicando risco muito aumentado para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares e desses, 85,7% já apresentavam alguma DCNT. Quanto aos fatores comportamentais, 77,6% das pessoas eram sedentárias e 44,7% delas já tinham alguma DCNT. No tocante ao consumo alimentar, verificou-se que 58% da população consumiam diariamente cereais refinados, leite e derivados integrais e 61% nunca incluíam as saladas cruas e cozidas nas refeições. Foi possível observar que a **obesidade** apresentou significativa relação com a presença de DCNT, que o sedentarismo foi predominante na população estudada e que a baixa ingestão de frutas e hortaliças esteve relacionada com o excesso de peso, confirmando que hábitos alimentares inadequados contribuem para o desequilíbrio no balanço energético.

Palavras Chaves: Excesso de Peso. Doenças crônicas Não Transmissíveis. Fatores de Risco.

RELATIONSHIP BETWEEN THE NUTRITIONAL PROFILE AND CHRONIC DISEASES NOT TRANSMITTED FROM A COMMUNITY OF THE WESTERN NATURE OF NATAL / RN

ABSTRACT

This study was to correlate the status with the prevalence of chronic noncommunicable diseases in adults of both sexes belonging to a community in western Natal / RN. The study included a sample of 49 adults. We evaluated the nutritional status of adults, through the parameters of body mass index (BMI) and abdominal circumference (AC), recommended by WHO, 1997. Data were collected regarding the prevalence of NCDs, behavioral factors and also the

1 Discente do Curso de Nutrição- UNI-RN. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6789226992311852>

2 Docente e coordenadora do Curso de Nutrição-UNIRN. Email: carinaleite01@gmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0372461357233666>.

food consumption of individuals. We analyzed the relationship between the prevalence of NCDs with the nutritional status, behavioral factors and food consumption. The data show that 61.2% of individuals are in a state of overweight and obesity. overweight 90.4% have some type of chronic diseases. It was observed that 63.6% of men and 73.7% of women have CA indicating a much greater risk for developing cardiovascular disease and of those, 85.7% already have some chronic diseases. As for behavioral factors, 77.6% of people are sedentary and 44.7% of them already have some chronic diseases.. Analyzing food consumption, it was found that 58% of the population consume refined grains daily. The same result was observed for the consumption of milk and dairy grains and 61% never include raw salads and cooked the meals. In the group of fats, margarine and butter are the daily meal of 62% of adults overweight and obesity. In the group of sugars, added sugar is also a component that is part of the daily consumption of 61% of adults. It was observed through this study that obesity presents a significant relationship with the presence of NCD and a sedentary lifestyle is prevalent in the population studied. Excessive consumption of foods with high caloric density, and low intake of fruits and vegetables, is also related to excess weight, confirming that bad eating habits contribute to changes in energy balance.

Keywords: Excess Weight. Non-communicable Chronic Diseases. Risk Factors.

1 INTRODUÇÃO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são caracterizadas pela ausência de microorganismos no modelo epidemiológico, pela não-transmissibilidade, pelo longo curso clínico e pela reversibilidade (LESSA apud GONDIM; SILVA, 2007). Sua incidência vem crescendo cada vez mais, sendo responsável por cerca de 58,5% das causas de morte (WHO, 2008). Isso ocorre pelo rápido processo de modernização e mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil, que caracteriza o processo de evolução da transição demográfica e epidemiológica, tendo como principal exemplo, o aumento da expectativa de vida. Neste contexto também se insere o processo de transição nutricional, onde temos a coexistência do paradoxo entre a desnutrição e obesidade. A transição nutricional tem como principais determinantes, mudanças na alimentação e redução na atividade física, consequência da difusão rápida de hábitos e padrões comportamentais advindos da globalização (BRASIL, 2005).

O estado nutricional de um indivíduo é considerado um fator importante para definir o estado de saúde, em particular no que se refere a doenças crônicas (MONTEIRO; MONDINI; COSTA; 2000). Para a sua avaliação são analisados diversos dados, dentre eles os dados antropométricos e dietéticos. A antropometria é um indicador direto do estado nutricional, sendo o IMC (Índice de Massa Corporal) uma das formas mais fidedigna e fácil de ser aplicado, utilizado para rastrear a presença de sobrepeso e obesidade em populações. São classificados obesos indivíduos com IMC acima de 30 kg/Altura^2 , como preconiza a OMS (1997) (SOARES, 2007). Além do IMC é utilizada a medida da circunferência abdominal, que é útil para identificar a distribuição da gordura corporal, uma vez que quando depositada em maior quantidade na região abdominal, está associada ao aparecimento de doenças cardiovasculares e metabólicas (CUPPARI et al, 2009).

A avaliação das características qualitativas da dieta também é importante e se relaciona com o aparecimento de DCNT. O desequilíbrio causado pelo excesso da ingestão alimentar, pela falta de exercício físico e outros fatores associados, leva a um quadro de obesidade. Assim o excesso de gordura e de peso corporal não deve ser encarado simplesmente como um problema de estética, mais como um grave distúrbio de saúde que reduz a

expectativa de vida e ameaça sua qualidade, sendo a obesidade o principal fator de risco para o desenvolvimento das principais DCNT, como o diabetes *mellitus*, hipertensão arterial, dislipidemias, doenças coronarianas e certos tipos de câncer (GUEDES; GUEDES, 2003).

Desse modo a educação nutricional tem um papel importante na promoção de hábitos alimentares saudáveis, promovendo o conhecimento de práticas adequadas como: redução do consumo de alimentos de alta densidade calórica; aumento da ingestão de frutas e verduras; maior consumo de cereais integrais; restrição de alimentos com o alto teor glicêmico; limitar a ingestão total de gorduras e alimentos com alto teor de sal (BARRETO et al, 2005).

Dada à relevância da incidência das DCNT no Brasil, o presente estudo foi realizado em uma comunidade da Zona Oeste de Natal/RN, onde foi avaliada a prevalência das DCNT e sua relação com as condições nutricionais dessa população. Esta pesquisa pretende sensibilizar os profissionais da área, para a realização de trabalhos de intervenção, através de medidas preventivas, voltadas para uma alimentação saudável, e qualidade de vida para os adultos pertencentes à comunidade.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização Geral da Pesquisa

O tipo de pesquisa realizada foi do tipo transversal. “Estudos transversais são feitos para descrever os indivíduos de uma população com relação às características pessoais e às suas várias histórias de exposição a fatores causais suspeitos em determinado momento” (VIEIRA; HOSSNE, 2001 p.14). A população estudada está localizada na antiga favela do Japão, hoje denominada comunidade Novo Horizonte, situada no bairro das Quintas, na zona oeste do município de Natal/RN. De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, a comunidade encontra-se em assentamento precário, na qual possuem em média 939 domicílios e uma população estimada em 3.756 habitantes (SEMURB, 2007). Segundo o censo demográfico de 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o gênero predominante no bairro é o feminino.

Os dados da pesquisa foram coletados uma vez na semana, no turno da tarde, no período de março a julho /2009, de forma aleatória com adultos que residem na comunidade. Aos participantes, foram apresentados os objetivos do estudo, deixando bem claro que cada um tinha total liberdade para não participar do mesmo. Concordaram em participar da pesquisa 49 adultos. O instrumento utilizado na entrevista foi um questionário com informações relevantes para o cumprimento dos objetivos da pesquisa como, gênero, renda, prevalência de DCNT, (que foram auto referidas pelos participantes) e dados sobre estilo de vida, como hábito de fumar, hábito de ingerir bebidas alcoólicas e a prática da atividade física. Além do questionário, aferiu-se o peso, altura e circunferência abdominal de cada indivíduo ao final da entrevista. Foi considerado como critério de exclusão da pesquisa, homens e mulheres com menos de 18 anos e maiores de 59 anos.

2.2 Procedimento Metodológico

2.2.1 Antropometria

A avaliação antropométrica é apontada como melhor parâmetro de avaliação de estado nutricional de grupos populacionais. Os indicadores utilizados foram o Índice de Massa Corpórea (IMC) e a circunferência abdominal (CA) que está relacionada com o risco de desenvolvimento de doenças metabólicas e cardiovasculares, seguindo critério estabelecido pela OMS (1998).

Para aferição do peso foi seguido à padronização internacional com os adultos sem sapatos, vestindo roupas leves, sem adornos, de costas para a balança (MONTEIRO et al, 2000). O peso foi aferido com balança digital, com capacidade máxima de 150 kg. Por não dispor de um estadiômetro na hora da coleta, a medida da altura foi aferida através de uma fita métrica fixada a uma parede sem rodapé.

Para a classificação do estado nutricional de adultos segundo o IMC, foi realizado o cálculo a partir da fórmula: Peso em quilograma, dividido pela estatura em metros ao quadrado e avaliados de acordo com os parâmetros de classificação, da Organização Mundial de Saúde, 1998.

A circunferência abdominal (CA) é considerada pela OMS um indicador de desenvolvimento de complicações metabólicas associadas à obesidade. A CA foi mensurada com uma fita métrica flexível e inextensível, de 150 cm, estando o indivíduo em posição supina, ereta no plano horizontal. A fita circundou o indivíduo na linha natural da cintura, mais precisamente 2 cm acima da cicatriz umbilical. Para o estudo foi utilizado valores de CA maiores ou iguais a 80 cm e 94 cm para mulheres e homens, respectivamente, como risco de desenvolver complicações metabólicas.

2.2.2 Avaliação do Consumo Alimentar

Para estudo da associação entre as variáveis dietéticas e a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, optou-se pela aplicação do questionário de frequência do consumo alimentar (QFCA), pois têm a capacidade de classificar os indivíduos segundo seus padrões alimentares habituais, além de ser um instrumento de fácil aplicabilidade e baixo custo, o que viabiliza sua utilização em estudos populacionais (FURLAN-VIEBIG; PASTOR- VALERO, 2004 p. 581). O QFCA foi constituído por uma lista dos principais alimentos presentes nas refeições dos brasileiros e uma lista de perguntas sobre a **frequência do consumo** dos alimentos da lista, pelos entrevistados, nos últimos 6 meses através de categorias definidas (Nunca, diariamente, 1 vez na semana, 1 a 3 vezes por semana e menos de 4 vezes ao **mês**). Por ser um método qualitativo, não foi analisado o tamanho das porções (FISBERG; MARTINI; SLATER 2005). A lista de alimentos foi dividida por grupo alimentares, e em seguida relacionada com o estado nutricional dos participantes e com a presença de doenças crônicas não transmissíveis.

2.2.3 Análises Estatísticas

Para análise dos dados foi utilizado o método quantitativo e qualitativo, através do programa, SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 11.5, onde foram utilizadas análises estatísticas, como percentual, média, e desvio padrão, como também à elaboração de conceitos através da análise dos dados, caracterizando assim a forma quantitativa e qualitativa, respectivamente. Foi testada a associação entre as diversas variáveis, como hábito de fumar;

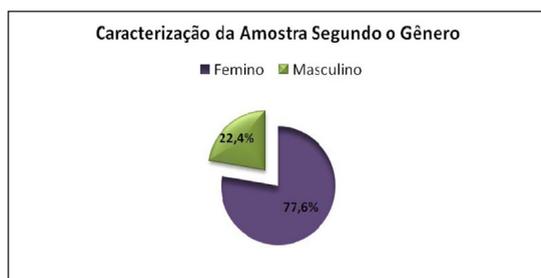
consumo de bebidas alcoólicas, prática de atividade física com a presença de DCNT e o consumo alimentar com o estado nutricional dos adultos, utilizando o teste do qui-quadrado. Esse teste foi aplicado a fim de se determinar ou não a existência de relação de dependência entre as variáveis. Foram considerados resultados significativos aqueles que apresentaram o valor de $p < 0,05$.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Caracterização dos Indivíduos Estudados

No Gráfico 1 é apresentada a caracterização da amostra em relação ao gênero. O estudo contou com a amostra de 49 pessoas onde 77,6% da população em estudo foram do gênero feminino ($n = 38$), e 22,4% do gênero masculino ($n = 11$).

Gráfico 1: Caracterização da Amostra Segundo o Gênero .



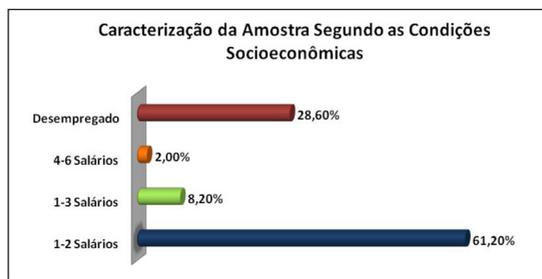
Fonte: Dados da pesquisa (2009).

Ao traçar o perfil sóciodemográfico do bairro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, revela que na população em estudo predomina um contingente maior de indivíduos do gênero feminino (53,67%), evidenciando os dados obtidos nessa pesquisa (SEMURB, 2007). Esta mesma prevalência é encontrada em um estudo abordando o estado nutricional de idosos, realizado por Garcia; Romani; Lira (2007), no qual se caracterizou por apresentar um percentual de 67,9% de indivíduos do gênero feminino. Outro estudo realizado com adultos por Souza et al (2003), nota-se também a maior prevalência do gênero feminino 52,2% contra 47,8% do gênero masculino. A predominância de mulheres na população parece ser devido

ao aumento da taxa de mortalidade dos homens, bem como à expectativa de vida das mulheres ao nascer, ser maior, como foi demonstrado nos dados do censo demográfico, realizado pelo IBGE em 2000 no Brasil, no qual a esperança de vida das mulheres é superior (72,6 anos) à dos homens (64,8 anos) (MENEZES et al, 2007).

A situação sócio-econômica desempenha um papel central na determinação da saúde de indivíduos e populações (DUARTE et al, 2002). No gráfico 2 é apresentada as condições socioeconômicas da população em estudo. É visto a prevalência de 61,20% (n= 30) dos entrevistados que possuem uma renda total de 1 a 2 salários mínimos, seguido por 28,60% (n= 14) que encontram-se desempregados.

Gráfico 2: Caracterização da Amostra Segundo as condições socioeconômicas.



Fonte: Dados da pesquisa (2009).

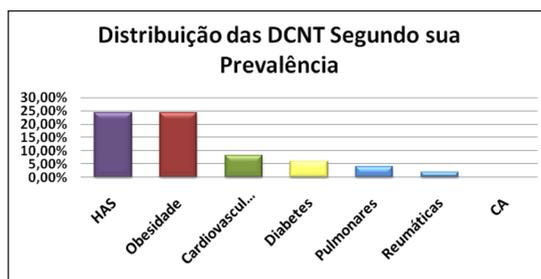
Ao analisar a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2008, realizado pelo IBGE, verifica-se que o Brasil ainda continua com grandes desigualdades, no que se refere à distribuição de renda. De 2007 a 2008 essa desigualdade caiu para os níveis mais baixos, porém não se traduz na redução da proporção de pobres. Um estudo realizado por Ferreira; Magalhães (2005), em uma população de baixa renda do Rio de Janeiro, constatou que a faixa de rendimento da população encontra-se na faixa de um a cinco salários mínimos, concordando com os dados encontrados nessa pesquisa. A mesma situação econômica foi encontrada por Feijão et al, (2005), no estudo realizado em uma comunidade urbana de baixa renda, no qual metade dos entrevistados possuíam renda igual ou inferior a 2 salários. Já era de se esperar esses resultados, uma vez que todas as pesquisas foram realizadas com populações predominantemente de baixa renda.

3.2 Prevalência das DCNT

As mudanças no estilo de vida ocorridas nas últimas décadas, resultaram no aumento da prevalência das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil e no mundo. Na população em estudo as DCNT acometem cerca de 42,9% dos adultos ($n = 21$). Considerando que este dado da pesquisa foi obtido através do auto-retrato dos indivíduos entrevistados e que o acesso ao sistema de saúde é precário, torna-se importante destacar que os 57,1% ($n = 28$) que relataram não ter nenhum problema de saúde, podem desconhecer a presença de doenças que são diagnosticadas após consulta com um profissional de saúde, tais como hipertensão e Diabetes mellitus. É oportuno frisar que inquéritos de auto-retrato tendem a subestimar as DCNT.

No Gráfico 3 segue a distribuição das doenças crônicas segundo sua prevalência. Em primeiro lugar encontra-se a hipertensão arterial sistêmica e a obesidade com 24,50% cada ($n = 12$). Em segundo lugar encontram-se as doenças cardiovasculares representando 8,20% da amostra, logo em seguida o Diabetes mellitus com 6%, doenças pulmonares com 4% e doenças reumáticas com 2%. Não houve nenhum relato de caso de câncer na pesquisa.

Gráfico 3: Distribuição das DCNT Segundo sua Prevalência.



Fonte: Dados da pesquisa (2009).

É conhecida a crescente prevalência de doenças crônicas não-transmissíveis nas populações, especialmente obesidade e hipertensão arterial. Cesariño et al, (2008), ao estudarem a prevalência de hipertensão entre os indivíduos da cidade de São José do Rio Preto - SP, observaram que 25,2% deles referiram ter hipertensão arterial. Um estudo realizado na região sul do país por Verda-

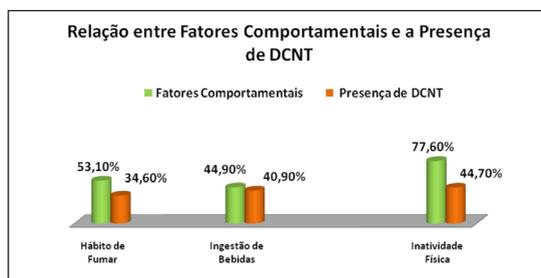
na et al (2008), sobre a prevalências de obesidade, encontrou que 23,5% das pessoas estavam com obesidade. Esses resultados corroboram com os dados obtidos nessa pesquisa e com a média da prevalência de hipertensão arterial no Brasil que varia de 24,0% a 44,4% (CESARINO et al, 2008).

3.3 Comportamentos de Risco para o Desenvolvimento das DCNT

Mudanças no estilo de vida podem contribuir para reduzir a incidência das DCNT, uma vez que fatores comportamentais como dieta, sedentarismo, dependência química, como o uso do tabaco e do álcool são os principais desencadeadores de processos relacionados a essas doenças.

No Gráfico 4 encontra-se descrito a relação entre fatores comportamentais e a presença de DCNT. No estudo em questão, os dados mostram que 53,10% (n= 26) dos entrevistados possuem o hábito de fumar, e que desses fumantes 34,6% apresenta algum tipo de DCNT. Quando analisada a ingestão de bebidas alcóolicas, 44,9% (n= 22) dos entrevistados consomem regularmente essas bebidas, e que 40,9% deles apresentam doenças crônicas. O sedentarismo está presente em 77,6% da população destacando como o fator de risco mais prevalente, desses 44,7% também apresentavam alguma DCNT. É inegável que o tabagismo, consumo do álcool e a inatividade física aumentam a incidência das DCNT entre a população, porém nesse estudo essa relação não foi estatisticamente significativa ($p > 0,05$).

Gráfico 4: Relação entre Fatores Comportamentais e a Presença de DCNT.



Fonte: Dados da pesquisa (2009).

O tabagismo atualmente é reconhecido pelo Ministério da Saúde como uma dependência química, que expõe os indivíduos a inúmeras substâncias tóxicas, além de aumentar o risco de morbimortalidade por doenças coronarianas, hipertensão arterial, e diversos tipos e cânceres. De acordo com a vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquéritos telefônicos (VIGITEL), a maior frequência de adultos fumantes no Brasil, foi de 21% na cidade de Porto Alegre, resultado bem abaixo do que encontrado nessa pesquisa (BRASIL, 2007). Marcopito et al, (2005), também encontrou na cidade de São Paulo prevalência similar ao VIGITEL, com 22% de fumantes. Gus I; Fischmann; Medina (2002) ao analisar os fatores de risco para doenças coronarianas no estado do Rio Grande do Sul encontrou uma prevalência de 33,6% de indivíduos fumantes, também uma prevalência menor do que observada nesse estudo.

Assim como no tabagismo, dentre as consequências ocasionadas pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, destacam-se as doenças cardiovasculares e neoplasias, além da violência e acidentes de trânsito. Monteiro et al (2005), ao analisar os fatores de risco para o desenvolvimento de Doenças crônicas na cidade de São Paulo, observou que 23,8% dos entrevistados ingerem bebida alcoólica pelo menos uma vez na semana, esses resultados são inferiores aos dessa pesquisa. Por outro lado Costa et al (2004), encontrou resultados superiores, ao das duas pesquisas, onde o consumo moderado de álcool foi relatado por 65,1% das adultos.

A inatividade física atua de modo amplo como fator de risco para o desenvolvimento de diversas doenças crônicas, além de favorecer o progressivo aumento do ganho de peso. Matos et al (2004), ao determinar os fatores de risco para as doenças cardiovasculares, o sedentarismo esteve presente em 67,3% da amostra, destacando-se como o maior fator de risco. Gus I; Fischmann; Medina (2002) também ao analisar os fatores de risco para doenças coronarianas no estado do Rio Grande do Sul encontrou uma prevalência acima de 60% dos indivíduos sedentários.

Outro estudo para analisar fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares realizado por Rezende et al (2006), verificaram ao contrário de resultados encontrados nesse e em outros

estudos, que em torno de 64% dos indivíduos praticavam alguma atividade física. Entretanto, cerca de 60% dos obesos eram sedentários, confirmando a inatividade física como fator de risco para a obesidade. A inatividade física é o fator de risco para doença crônica não transmissível mais prevalente na população, de acordo com diferentes autores e com as semelhanças encontradas nesta pesquisa.

3.4 Relação entre as Condições Nutricionais e DCNT

3.4.1 Antropometria

A antropometria é o método mais utilizado para diagnóstico nutricional de adultos. Através de medidas simples como o peso, altura e circunferências, é possível determinar a composição e distribuição de massa corporal. Monitorar o estado nutricional é de suma importância para tratar/prevenir as DCNT.

A Tabela 1 apresenta a associação entre o estado nutricional com a presença das DCNT, como também a relação da circunferência abdominal com a presença das doenças crônicas. O IMC médio encontrado foi de $26,25 \pm (5,24)$ Kg/m². Verifica-se que 34,7% dos indivíduos possuem o IMC dentro da normalidade, e que 61,2% encontram-se com excesso de peso, sendo 36,7% com sobrepeso e 24,5% com obesidade. Ao relacionar o estado nutricional com as DCNT, observa-se a alta prevalência de doenças, nos estados de sobrepeso e obesidade.

Ao analisar a circunferência abdominal (CA), encontrou-se circunferência elevada em 71,4% (n= 35) da população. A associação entre a classificação da CA com a prevalência de DCNT foi testada, havendo associação significativa entre elas ($p < 0,05$). Os resultados obtidos mostram que 85,7% (n= 18) das pessoas que possuem a CA em risco, já apresentam algum tipo de DCNT. Faz-se importante ressaltar que obesidade é considerada uma doença integrante do grupo das DCNT, e ao mesmo tempo, representa fator de risco para várias outras doenças crônicas, em consequência disso, todos os obesos já estão inseridos na prevalência dessas doenças.

Tabela 1: Relação do Estado Nutricional e Classificação das Circunferências com a presença de DCNT.

| Estado Nutricional | Masculino | | Feminino | | Amostra Total | | DCNT | | Valor de p* |
|-----------------------|-----------|------|----------|------|---------------|------|------|------|-------------|
| | Fr | % | Fr | % | Fr | % | Fr | % | |
| Magreza | 0 | 0 | 2 | 5,3 | 2 | 4,1 | 0 | 0 | p= 0,000 |
| Eutrofia | 2 | 18,2 | 15 | 39,5 | 17 | 34,7 | 2 | 9,5 | |
| Sobrepeso | 4 | 36,4 | 14 | 36,8 | 18 | 36,7 | 7 | 33,3 | |
| Obesidade | 5 | 45,5 | 7 | 18,4 | 12 | 24,5 | 12 | 57,1 | |
| <i>Circunferência</i> | | | | | | | | | p <0,05 |
| CA Sem Risco | 4 | 36,4 | 10 | 26,3 | 14 | 28,5 | 3 | 14,2 | |
| CA Em Risco | 7 | 63,6 | 28 | 73,7 | 35 | 71,4 | 18 | 85,7 | |

CA= Circunferência Abdominal;

* Valor de p de teste Qui- quadrado, diferença significativa se $p < 0,05$

A alta prevalência de sobrepeso e obesidade reflete um quadro atual encontrado nesta e em outras pesquisas realizadas no Brasil. Em estudo realizado por Matos et al (2004), avaliando a prevalência dos fatores de risco para doenças cardiovasculares em funcionários do Centro de Pesquisas da Petrobrás, verificaram as prevalências de 42% de sobrepeso e de 17% de obesidade, ou seja, 59% da amostra apresentavam excesso de peso. Souza et al. (2003) ao estudarem a obesidade e o risco cardiovascular de adultos em Campos, Rio de Janeiro, encontraram uma prevalência de 50,6% de excesso de peso. Nunes et al (2009), ao analisarem a confiabilidade da classificação do estado nutricional obtida através do IMC e três diferentes métodos, verificou que 59,4% do grupo em estudo foram classificados com sobrepeso ou obesidade. Todos os estudos citados, mais o presente estudo, obtiveram uma média de excesso de peso superior quando comparadas àquelas encontradas na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2002-2003, realizado pelo IBGE, em que se estimou que cerca de 40% dos indivíduos adultos do país apresentariam excesso de peso ($IMC \geq 25 \text{ kg/m}^2$).

Sabe-se que o excesso de peso é uma condição que aumenta o risco de morbidade para as principais doenças crônicas, o que ficou evidenciado através dos resultados. Ao avaliar os fatores de risco com a prevalência de doenças cardiovasculares, Conceição et al (2006), compararam valores de pressão arterial com fatores de risco de complicações cardiovasculares, e encontraram uma prevalência de 56,8% das pessoas com $IMC > 25,0 \text{ Kg/m}^2$ correspondendo ao sobrepeso e obesidade, verificaram também a associação significativa entre a presença de hipertensão e o excesso de peso, corroborando com esta pesquisa.

Borges; Cruz; Moura (2008), ao estudar a associação de excesso de peso e a presença de hipertensão nos adultos em Belém do Pará, encontrou relação significativa entre as duas variáveis, onde 41% das mulheres são obesas e hipertensas. No mesmo estudo realizado por Feijão et al (2005), em uma população urbana de baixa renda, é visto um contingente 22,58% dos indivíduos com hipertensão, e que estava fortemente associada ao excesso de peso. Os resultados encontrados nesta pesquisa evidenciam a associação entre a obesidade e hipertensão arterial citados nesses trabalhos, uma vez que os resultados mostram que 50,0% dos indivíduos que estão com obesidade possuem a pressão arterial aumentada ($p=0,018$, estatisticamente significativa). Diante de tal situação, pode-se concluir que o excesso de peso está fortemente associado à elevação da pressão arterial.

Foi encontrada no estudo alta prevalência de hiperadiposidade abdominal, em ambos os gêneros. O acúmulo de gordura na região do abdômen vem sendo descrito como o tipo de obesidade que oferece maior risco para a saúde dos indivíduos (PITANGA; LESSA, 2005). Segundo Rezende et al (2006), a obesidade abdominal associa-se a importantes alterações metabólicas, como dislipidemias, intolerância a glicose ou diabetes e hipertensão arterial. O estudo em questão apresenta a correlação positiva entre a distribuição de gordura e os agravos a saúde, uma vez que 85,7% da população que possui CA elevada apresentam comorbidades associadas. Diante dessa realidade fica claro o impacto do excesso de peso na saúde dos indivíduos que está amplamente demonstrado na literatura científica e comprovado nesse e em outros estudos.

3.4.2 *Consumo Alimentar*

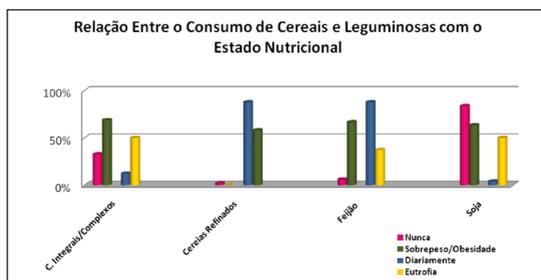
Inúmeros estudos realizados nas últimas décadas têm demonstrado o importante papel da alimentação, causando ou prevenindo doenças. Através de uma dieta adequada em quantidade e qualidade, o organismo adquire a energia e os nutrientes necessários para o bom desempenho de suas funções e para a manutenção de um bom estado de saúde.

Ao analisar o consumo de cereais e leguminosas (Gráfico 5), é visto que 32,7% (n=16) da população nunca consome os cereais integrais/complexos, como pão integral, macaxeira, cuscuz e batata doce. Os cereais refinados como,

pão branco, arroz branco, farinha de mandioca e macarrão, estão diariamente presente nas refeições de 87,8% (n= 43) dos participantes da pesquisa. O feijão também é consumido todos os dias por 87,8% dos entrevistados, diferentemente da soja que está presente diariamente em apenas 4,1% (n= 2) da população.

Relacionando o consumo do grupo dos cereais com estado nutricional, observa-se que dentre a população que nunca consome os cereais integrais/complexos, 68,8% deles estão em estado de sobrepeso ou obesidade, e entre os consumidores diários dos cereais refinados, 58,10% deles estão com excesso de peso. Apesar de a literatura afirmar a total relação do tipo de carboidrato consumido com a presença de sobrepeso e obesidade, nesse estudo não foi encontrado relação significativa entre estas as variáveis ($p>0,05$).

Gráfico 5: Relação entre o Consumo de Cereais e Leguminosas com o Estado Nutricional.



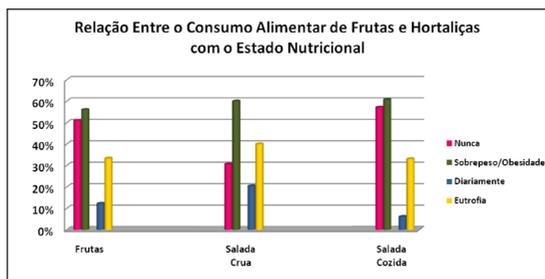
Fonte: Dados da pesquisa (2009)

A qualidade dos carboidratos constitui um importante fator de prevenção para o risco desenvolvimento de dislipidemias, doenças cardiovasculares e diabetes, principalmente entre indivíduos com elevado índice de massa corporal. De acordo com Sartorrelli; Cardoso (2006) acredita-se que baixas ingestões de fibras de cereais é um fator de risco para diabetes. Mattos; Martins (2000) ao analisarem o consumo de fibras em uma população adulta, também verificou o alto consumo de cereais refinados, 70,8% dos adultos consumiam pão francês diariamente, assim como 97,5% dos adultos consomem arroz branco. No mesmo estudo Mattos; Martins (2000) observaram que 91,2% da população estudada consomem feijão diariamente. Segundo a POF 2002-2003, o consumo de feijão, raízes e tubérculos tende a aumentar, quando o nível de rendimento cai, explicando o alto consumo de feijão entre a população, juntamente com o hábito Brasileiro de comer feijão com arroz,

porém não explica o baixo consumo de tubérculos. Barbosa (2007), ao traçar o panorama dos hábitos alimentares dos brasileiros, ressalta que 94% dos brasileiros declaram comer o arroz com Feijão. Esse hábito também foi encontrado nesta pesquisa, devido ao elevado consumo de feijão e do arroz. Apesar de a soja ser um alimento funcional que reduz o risco de doenças crônico-degenerativas, o consumo insuficiente deve ser devido à leguminosa ser desconhecida entre a maioria dos participantes da pesquisa. Um estudo feito por Behrens; Silva (2004) analisaram a atitude do consumidor em relação soja, e comprovou que o consumo ainda é muito baixo, e que a maioria dos entrevistados desconhece a existência de produtos derivados da soja.

O consumo insuficiente de frutas e hortaliças aumenta o risco de doenças crônicas não transmissíveis, como as cardiovasculares e alguns tipos de câncer. No Gráfico 6 segue descrito a relação do consumo de frutas e hortaliças com o estado nutricional dos participantes da pesquisa. Pode-se observar que mais da metade dos indivíduos nunca consomem frutas, (51%, n= 25), e 56% deles estão com sobrepeso e obesidade. O baixo consumo de Hortaliças tanto na sua forma crua quanto cozida também é observado entre a população. Em um total de 30% dos indivíduos que nunca consomem algum tipo de salada crua, 60% deles apresentam sobrepeso e obesidade. A mesma prevalência de excesso de peso é encontrada entre as 57% pessoas que não consome nenhum tipo de legumes cozidos. Já é bastante conhecido o papel das fibras na perda de peso e na manutenção da saúde. A baixa ingestão de fibras entre população em estudo, não evidencia os níveis os elevados níveis de sobrepeso e obesidade, devidos aos dados estatísticos ($p>0,05$).

Gráfico 6: Relação entre o Consumo de Frutas e Hortaliças com o Estado Nutricional.



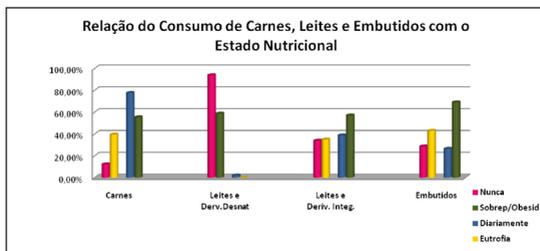
Fonte: Dados da pesquisa (2009)

As frutas e hortaliças são as principais fontes de fibras alimentares. Carvalho; Dutra; Araújo (2009) relatam que as fibras atuam na regulação do peso corpóreo, pois são alimentos de baixo valor energético e interferem na digestão dos carboidratos.

Jaime et al (2007), ao realizarem um estudo em comunidade de baixa renda, sobre o consumo de frutas e hortaliças também verificaram um déficit no consumo desses alimentos entre a população e concluíram que esse baixo consumo deve-se a falta de informação e motivação para o seu consumo em populações de baixa renda. Outro estudo realizado por Wielewski; Cemin; Liberali (2007) encontraram o baixo consumo de frutas e hortaliças, ao analisarem o perfil nutricional de colaboradores de uma unidade de alimentação e nutrição, observaram que 43% dos entrevistados não ingerem frutas, e 65% não consomem legumes. Fornés (2002) realizou uma pesquisa cuja população era composta por indivíduos adultos de baixa renda no estado de São Paulo, e observou que elevada proporção da população não consome hortaliças (um terço) e frutas (dois terços) diariamente e menos de 40% consomem verduras, esses resultados são similares ao encontrado na pesquisa.

No Gráfico 7 segue descrito o consumo de carnes, embutidos, leites e derivados, e sua relação com o estado nutricional. No consumo de carne, foram considerados todos os tipos de carne (Frango, Boi, Porco e Peixe), analisando assim o seu consumo diário. Observa-se que a maioria da população (77,6%) consome algum tipo de carne diariamente, e que 55,3% encontra-se com sobrepeso ou obesidade. Por outro lado é visto que apenas 40% da população consomem algum tipo de leite e derivados. Dentre as pessoas que consomem leite e derivados, o maior consumo é dos leites com teor integral de gordura, que contribuem para o maior ganho de peso, 58% das pessoas que consomem diariamente os leites e derivados integrais, apresentam excesso de peso. Também foi observado que apenas 26% dos indivíduos consomem diariamente os embutidos. Apesar de ser um alimento comum entre a população de baixa renda, por ser um alimento mais acessível financeiramente, o seu consumo é esporádico entre essa população, que pode ser considerado um bom hábito alimentar visto que esse tipo de alimento favorece o desenvolvimento e progressão da hipertensão arterial, devido ao seu grande teor de sódio. O alto consumo de lipídeos contribui significativamente para o excesso de peso, porém o consumo e a condição nutricional dos indivíduos estudados, não foram significativos ($p>0,05$).

Gráfico 7: Relação entre o Consumo de Carnes, Leites e Embutidos com o Estado Nutricional.

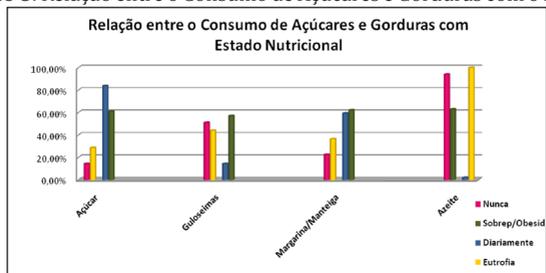


Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Neumann, Shirassu, Fisberg (2006), ao analisarem o consumo de alimentos considerados de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, observaram que mais de 60% dos entrevistados consomem diariamente algum tipo de carne, e que o consumo de leites e derivados é mais freqüente nos indivíduos com renda superior a três salários mínimos, explicando assim o baixo consumo de leites e derivados na população de baixa renda. Batista et al (2009), avaliou o hábito alimentar de adultos fumantes e não fumantes, e observou o alto consumo de carne entre os entrevistados (96%), permitindo afirmar, juntamente com outros estudos, que a carne está presente na mesa da maioria da população. O baixo consumo de leite encontrado na pesquisa, não reflete a realidade encontrada pelo VIGITEL (2007), onde mostra o crescente consumo de leite e derivados entre a população brasileira, que varia de 42% a 64%.

No Gráfico 8 segue descrito a relação do consumo de açúcares e gorduras com o estado nutricional. Os resultados mostram que 83,7% dos indivíduos consomem açúcar diariamente e que 61% apresentam sobrepeso e obesidade, apresentando diferença estatisticamente significativa ($p=0,000$). Por outro lado, quando perguntado sobre o consumo de guloseimas (balas, refrigerantes, salgados), o consumo diário é baixo entre os entrevistados (15%). Em contrapartida 59% da população faz o uso diário de margarina/manteiga, e dentre os maiores consumidores 62% deles apresentam uma relação significativa com o estado de sobrepeso e obesidade ($p<0,05$). O baixo consumo de azeite entre quase todos os entrevistados (94% $n=46$), já era esperado uma vez em que esse produto é de alto custo e muitos desconhecem suas propriedades

Gráfico 8: Relação entre o Consumo de Açúcares e Gorduras com o Estado Nutricional.



Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Uma dieta rica em açúcares e gorduras é considerada uma dieta de alta densidade energética, e tem sido relacionada diretamente com a obesidade. O alto consumo de açúcar pela população, reflete os resultados da pesquisa realizado por Levy-Costa et al (2005), onde descreveram a disponibilidade de alimentos no Brasil, constatando que quanto menor o rendimento maior o consumo de açúcar. No mesmo estudo de Neumann, Shirassu, Fisberg (2009), onde avaliaram o consumo de alimentos de risco, observaram o alto consumo de margarinas por parte de 42% dos entrevistados.

Diante dos resultados obtidos através do consumo alimentar, ficou evidenciado que a população em estudo reflete as tendências observadas nas ultimas décadas, onde o aumento do consumo dos cereais refinados, das gorduras de origem animal, do açúcar e o baixo consumo de fibras, contribuem para o ganho excessivo de peso, levando ao desenvolvimento das DCNT. Faz-se importante ressaltar que o perfil alimentar da população está fortemente associado a fatores culturais, como o alto consumo de feijão e arroz e a fatores socioeconômicos, uma vez que uma situação econômica desfavorável compromete a alimentação saudável.

4 CONCLUSÃO

A população estudada caracterizou-se como sendo predominantemente do gênero feminino; sedentária e com significativa prevalência de DCNT, com ênfase para a hipertensão e a obesidade.

No tocante ao estado nutricional, a maioria dos participantes encontrava-se com excesso de peso; e ficou evidenciada a relação do estado

nutricional e as condições de saúde da população, visto que a maioria dos adultos que apresentara excesso de peso apresentara também algum tipo de DCNT, assim como a maioria que estava com a CA acima do recomendado, apresentara alguma DCNT.

Os hábitos alimentares dos adultos da comunidade comprovaram a tendência mundial, caracterizada pelo alto consumo de cereais refinados, açúcares, gorduras e o baixo consumo de frutas, hortaliças e cereais integrais. A alta ingestão de carboidratos simples e gorduras relacionaram-se diretamente com o estado de sobrepeso e obesidade. Nos demais grupos alimentares não foram encontradas relações significativas com o excesso de peso, apesar desta relação já está bastante definida entre os estudos.

Estratégias que visam diminuir essas doenças e seus principais fatores de risco são de suma importância para reduzir o número de óbitos e melhorar a qualidade de vida da população. Para que essas mudanças ocorram são necessárias ações em políticas de saúde, compostas por medidas educativas que incentivam a mudança de hábitos e comportamentos entre todas as esferas da população.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.F; et al. Prevalência de doenças crônicas auto-referidas e utilização de serviços de saúde, PNAD/1998, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.7, n. 4, p.743-756, 2002.

BARBOSA, Lívia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. **Horiz. Antropol**, vol.13, n.28, p. 87-116, 2007.

BATISTA, Ellen Cristina da Silva et al. Hábito alimentar, níveis de lipídios sanguíneos e o *status* antioxidante de adultos jovens fumantes e não fumantes. **Rev. Nutr. Campinas**, vol.22, n.3, p. 377-38, 2009.

BEHRENS, Jorge Herman; SILVA, Maria Aparecida Azevedo Pereira da. Atitude do consumidor em relação à soja e produtos derivados. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, vol.24, n.3, pp. 431-439,2004.

BERALDO, F.C; VAZ, I.M. F; NAVES, M.M V. Nutrição, atividade física e obesidade em adultos: Aspectos atuais e recomendações para prevenção e tratamento. **Rev Méd.**, Minas Gerais, v.14, n.4, p.57-62, 2004.

BORGES, Hilma Paixão; CRUZ, Nilma do Carmo; MOURA, Erly Catarina. Associação entre Hipertensão Arterial e Excesso de Peso em Adultos, Belém, Pará, 2005. **Arq Bras Cardiol.** v.2, n.91, p.110-118, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável, p.15, 2004.**

BRASIL. Ministério da Saúde. Seminário Nacional de Vigilância em Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. 2005. **Anais...** [S.I]. 11p.

BRASIL. Ministério da saúde. **Análise da estratégia global para alimentação saudável, atividade física e saúde.** Brasília, 2004
Disponível em: < http://200.214.130.94/nutricao/documentos/doc_eg_final_submetido.pdf> Acessado em: 15 de setembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Vigitel Brasil 2007. Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas por inquérito telefônico.** Brasília:MS,2007.

CESARINO, Claudia B. et al. Prevalência e Fatores Sociodemográficos em Hipertensos de São José do Rio Preto – SP **Arq. Bras. Cardiol**, vol. 91, n.1, p. 31-35, 2008.

CONCEICAO, Tatiana Valverde da; et al.. Valores de pressão arterial e suas associações com fatores de risco cardiovasculares em servidores da Universidade de Brasília. **Arq. Bras. Cardiol.**, vol. 86, n.1, pp. 26-31, 2006.

FERREIRA, Vanessa Alves; MAGALHAES, Rosana. Obesidade e pobreza: o aparente paradoxo. Um estudo com mulheres da Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol. 21, n. 6, pp. 1792-1800, 2005.

FEIJAO, Adelina Maria Melo et al. Prevalência de excesso de peso e hipertensão arterial, em população urbana de baixa renda. **Arq. Bras. Cardiol.** vol.84, n.1, p. 29-33. 2005.

FISBERG, R. M; MARTINI, L. A; SLATER, B. In: ____ **Inquéritos alimentares: métodos e bases científicas**. Barueri, São Paulo: Manole, p.1- 31, 2005.

FURLAN-VIEBIG, R; PASTOR-VALERO, M. Desenvolvimento de um questionário de frequência alimentar para o estudo de dieta e doenças não transmissíveis. **Revista de saúde pública**, São Paulo, v; 38 n. 4, 2004, p. 581.

GARCIA, A. N. M; ROMANI, S. A.M; LIRA,P.I.C. Indicadores antropométricos na avaliação nutricional de idosos: um estudo comparativo. **Rev. Nutr.** vol.20, 2007.

GONDIM, A.P. S; SILVA, M.G.C.S. In: SAMPAIO, H.A. C; SABRY; M.O.D. **Nutrição em doenças crônicas: Prevenção e Controle**. São Paulo: Atheneu, 2007, p.5.

GUEDES; P.D; GUEDES, J.F.R.P. **Controle do peso corporal: Composição corporal Atividade Física e Nutrição**. 2 ed-. Rio de Janeiro: SHAPE 2003, p. 20-52.

GUIMARÃES, G.V; et al. Síndrome metabólica: Abordagem do educador físico. **Rev. Soc.Cardiol**, Estado de São Paulo, vol.4, n. 4, p. 659-670, jul.-ago, 2004.

GUS I, FISCHMANN A, MEDINA C. Prevalência de fatores de risco para doença arterial coronariana no Estado do Rio Grande do Sul. **Arq Bras Cardiol.** v.78: p. 484-90, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Coordenação de Prevenção e Vigilância de Câncer. **Estimativas 2008: Incidência de Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares, 2002-2003 (POF): análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004.

JAIME, Patricia Constante; et al. Educação nutricional e consumo de frutas e hortaliças: ensaio comunitário controlado. **Rev. Saúde Pública**, vol. 41, n. 1, p. 154-157, 2007.

LESSA, Inês. Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: um desafio para a complexa tarefa da vigilância **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 4, p. 931-943, outubro, 2004.

LEVY-COSTA, Renata Bertazzi. et al. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003) **Rev Saúde Pública**. v. 39, n. 4, p. 530-40, 2005.

MANCINI, D.A. P; MANCINI FILHO, J. In: ANGELIS, Rebeca Carlota. **A importância dos alimentos vegetais na proteção da saúde: Fisiologia da nutrição protetora e preventiva de enfermidade degenerativas 2**. ed. São Paulo : Atheneu, 2005. p. 199.

MARCOPITO LF, et al. Prevalência de alguns fatores de risco para doenças crônicas na cidade de São Paulo. **Rev Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 738-4, 2005.

MARIATH, A.B;et al. Obesidade e fatores de risco para desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis em uma unidade de alimentação e nutrição. **Caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 897-905, Abril, 2007.

MATOS et al. Prevalência dos fatores de risco para doença cardiovascular em funcionários do centro de pesquisas da Petrobrás. **Arq Bras Cardiol**; 82:1-4, 2004.

MELLO, Vanessa D.de and LAAKSONEN, David E.. Fibras na dieta: tendências atuais e benefícios à saúde na síndrome metabólica e no diabetes melito tipo 2. **Arq Bras Endocrinol Metab** ,vol. 53, n. 5, pp. 509-518, 2009.

MENEZES, Tarciana Nobre de; et al. Estudo domiciliar da população idosa de Fortaleza/CE: aspectos metodológicos e características sócio-demográficas. **Rev. bras. epidemiol.** vol. 10, n. 2, pp. 168-171, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de atenção à saúde, Coordenação geral da política de alimentação e nutrição. **Diagnostico de saúde e nutrição da população do campo: levantamento de dados** p. 15, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A Vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis.** Brasília, 2005. Disponível em: < <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/DCNT.pdf> > Acessado em: 06 de setembro de 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira: Promovendo à alimentação saudável.** Brasília: Secretaria de atenção à saúde, coordenação geral da política de alimentação e nutrição, 2006.

MONTEIRO, C. A; MONDINI, L; COSTA, R.B.L. Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, vol. 34, n. 3, p. 252, Junho. 2000.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. Monitoramento de fatores de risco para doenças crônicas por entrevistas telefônicas. **Rev. Saúde Pública**, vol.39, n. 1, p. 47-57, 2005.

MONTEIRO, P.O. A; VICTORA, C.G; BARROS, F.C *et al.* Diagnóstico de sobrepeso em adolescentes: estudo do desempenho de diferentes critérios para o Índice de Massa Corporal. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 506-513. Outubro 2000.

MOURA, A.A; CARVALHO, E.F; SILVA, N.J.C. Repercussão das doenças crônicas não-transmissíveis na concessão de benefícios pela previdência social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1661-1672, 2007.

NAVES, Andréia; PASCHOAL, V.C.P. Regulação funcional da obesidade. **ConScientiae Saúde**, São Paulo, v.6, n. 1, p. 189-199, 2007.

NEUMAN, A. I. C. P; et al. Padrões alimentares associados a fatores de risco para doenças cardiovasculares entre residentes de um município brasileiro. **Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health**. n.5, v. 22, p. 329-339, 2007.

NEUMANN, Africa Isabel de la Cruz Perez; SHIRASSU, Mirian Matsura and FISBERG, Regina Mara. Consumo de alimentos de risco e proteção para doenças cardiovasculares entre funcionários públicos. **Rev. Nutr**, vol. 19, n. 1, pp. 19-28, 2006.

NUNES, Raquel Ramalho et al. Confiabilidade da classificação do estado nutricional obtida através do IMC e três diferentes métodos de percentual de gordura corporal em pacientes com diabetes melito tipo 1. **Arq Bras Endocrinol Metab**, vol. 53, n. 3, p. 360-367, 2009.

OMS. Report of a WHO Consultation on Obesity. Defining the problem of overweight and obesity. In: **Obesity. Preventing and Managing the global epidemic**. WHO, Geneve; 1998.

ORSATTI, F.L; et al. Indicadores Antropométricos e as Doenças Crônicas não Transmissíveis em mulheres na pós - menor pausa da região sudeste do Brasil. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 182-189, Abril, 2008.

PEREIRA, O.L; FRANCISCHI, R.P; LANCH A JR, A.H. Obesidade: Hábitos Nutricionais, Sedentarismo e Resistência à Insulina. **Arq Bras Endocrinol Metab.**, São Paulo, v. 47, n. 2, Abril 2003, p. 113.

PITANGA, Francisco José Gondim e LESSA, Ines. Indicadores antropométricos de obesidade como instrumento de triagem para risco coronariano elevado em adultos na cidade de Salvador - Bahia. **Arq. Bras. Cardiol.**, vol. 85, n. 1, pp. 26-31,2005.

REZENDE, Fabiane Aparecida Canaan et al. **Índice de massa corporal e circunferência abdominal**: associação com fatores de risco cardiovascular. **Arq. Bras. Cardiol.**, vol. 87, n. 6, pp. 728-734, 2006.

RIQUE, A.B. R; SOARES, E. A; MEIRELLES, C.M. Nutrição e exercício na prevenção e controle das doenças cardiovasculares. **Rev Bras Med Esporte**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, p. 244-254 Nov/Dez, 2002.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, v. 18, n. 5, p. 683, Set/Out. 2005.

SARTORELLI, Daniela S; CARDOSO, Marly A. Associação entre carboidratos da dieta habitual e diabetes mellitus tipo 2: evidências epidemiológicas. **Arq Bras Endocrinol Metab** ,vol. 50, n. 3, pp. 415-426, 2006.

SEMURB, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Conheça Melhor o Seu Bairro**: Potengi. Natal, RN: SEMURB, 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diabetes no mundo**. Disponível em: < <http://www.diabetes.org.br/>> Acessado em: 25 de outubro de 2008.

VEDANA, Ediolane Hilbert Brati et al. Prevalência de obesidade e fatores potencialmente causais em adultos em região do sul do Brasil. **Arq Bras Endocrinol Metab**, vol. 52, n. 7, p. 1156-1162, 2008.

Wielewsk, D.C; Cemin, R.N.A; Liberali, R. Perfil Antropométrico e Nutricional de Colaboradores de uma Unidade de Alimentação e Nutrição do Interior de Santa Catarina. **Rev. Bras. De Obsid. Nut. e Emagrecimento**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 35-52, 2007.

V DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. Sociedade brasileira de cardiologia. **Arq. Bras. Cardiol.**, v. 89, n. 3, p. 24- 79, 2007.

TERAPIA MANUAL NO TRATAMENTO DAS CEFALÉIAS DO TIPO TENSIONAL

Dalma Roberta de Araújo Dantas¹
Marta de Hollanda Franco Albuquerque²
Robson Alves da Silva³

RESUMO

Cefaléia do tipo tensional apresenta-se como dor cefálica de caráter constrictivo, geralmente bilateral, intensidade leve a moderada. Este estudo justifica-se pela frequência do sintoma da CTT; tendo como objetivo pesquisar através de uma revisão bibliográfica, o uso da terapia manual nesta sintomatologia. Sua fisiopatologia é complexa e mal compreendida, assim, devemos avaliar o paciente a partir de uma perspectiva biopsicossocial, analisando a individualidade, e incluir uma intervenção adequada conduzindo-o ao bem-estar. Terapia manual é descrita como técnicas ou manipulações com propósito terapêutico de cura, influenciando a capacidade de restabelecer o organismo, e servirá na melhora da álgia dos indivíduos acometidos.

Palavras-chave: Cefaléia do tipo tensional. Terapia manual - tratamento.

MANUAL THERAPY IN THE TREATMENT OF TENSIONAL TYPES

ABSTRACT

Tension-type headache, pain presents as head constrictivo character, usually bilateral, mild to moderate. This study is justified by the frequency of the symptom of CTT; aiming to search through a literature review, the use of manual therapy on this symptom. Its pathophysiology is complex and poorly understood, so we must evaluate the patient from a biopsychosocial perspective, analyzing the individual, and include an appropriate intervention leading him to the well-being. Manual therapy is described as technical or manipulations for therapeutic purpose of healing, influencing the ability to restore the body, and will serve to improve the algia of affected individuals.

Keywords: Tension-type headache. Manual therapy-treatment.

-
- 1 Discente do Curso de Especialização em Terapia Manual da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte-FARN. E-mail: dalma_dantas@yahoo.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5246989557646082>;
 - 2 Discente do Curso de Especialização em Terapia Manual da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte-FARN. E-mail: martafranco.fisio@gmail.com;
 - 3 Docente do Curso de Especialização em Terapia Manual da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte-FARN- Orientador E-mail: Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8178121108584363>.

1 INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Associação Internacional de Estudos da Dor (IASP), o conceito atualmente utilizado afirma que a dor é uma “Experiência sensorial e emocional desagradável, associada a dano presente ou potencial, ou descrita em termos de tal dano”. Tal definição admite que a dor é uma “experiência única e individual, modificada pelo conhecimento prévio de um dano que pode ser existente ou presumido” (MACIEL, 2004).

A dor de cabeça é um sintoma comum que afeta quase todas as pessoas em pelo menos alguma fase da vida acometendo cerca de 80% a 90% da população em geral e representa qualquer tipo de dor referida no segmento cefálico. A cefaléia do tipo tensional (CTT) é um dos tipos de cefaléia mais frequente na clínica médica e caracteriza-se por dor cefálica de caráter constrictivo, ou seja, com sensação de pressão ou aperto (não pulsátil), geralmente bilateral, de intensidade leve a moderada, não agravada pelos esforços ou atividades físicas, e com duração variável de 30 minutos a 7 dias. Pode ser acompanhada de fotofobia ou fonofobia (apenas uma delas), mas geralmente estão ausentes. Esse tipo de cefaléia é diagnosticada através de critérios clínicos especificados pela International Headache Society (IHS) desde 1988, podendo ser classificada em episódica (CTTE), ocorrendo em menos 180 dias por ano e 15 dias por mês, e crônica (CTTC) quando a frequência iguala ou ultrapassa os 15 dias por mês, pelo menos 3 meses; podendo nas duas situações estarem associadas as desordens dos músculos pericraneanos ou não (MATTA & MOREIRA FILHO, 2006).

As cefaléias se dividem em primárias e secundárias. As ditas primárias não apresentam uma etiologia definida, como por exemplo: vários tipos de enxaquecas, a CTT, a cefaléia em salvas e a hemicrânia paroxística. Já as secundárias “são aquelas devidas a patologias orgânicas específicas, de origem intracraniana, ou devidas a doenças sistêmicas”, tais como: tumores do sistema nervoso central (SNC), hemorragias intracranianas, infecções do SNC, hidrocefalia, intoxicação exógena, distúrbios metabólicos, acidente vascular cerebral (AVC) e traumatismo crânio encefálico (TCE) (GHERPELLI, 2002).

As cefaleias em salvas são bastante fortes e raras, geralmente é unilateral na região frontal e ocular, podendo apresentar várias crises durante o dia e com predomínio noturno. Sudorese facial, congestão nasal, coriza, lacrime-

jamento, olho vermelho, queda palpebral, inchaço ocular são sintomas que podem ocorrer no lado doloroso. Nas cefaleias hemicrânicas paroxísticas as crises são semelhantes às das cefaleias em salvas em suas características e sintomas, sendo menos demoradas e com maior frequência.

Na faixa pediátrica, dentre as cefaléias primárias, as mais frequentes são os vários tipos de enxaquecas e as cefaléias do tipo tensional. A cefaléia tipo tensional episódica se caracteriza por baixa frequência de crises e algia de fraca intensidade, geralmente os pacientes não são levados ou não procuram auxílio médico para o tratamento, pois a mesma cessa espontaneamente ou com analgésicos. O problema é quando aumenta a sua frequência, ocorrendo crises quase que diariamente, sendo assim, caracterizada a CTTC (GHERPELLI, 2002).

Muitas pessoas confundem a CTT com enxaqueca, porém esta última é caracterizada por uma dor pulsátil, que começa unilateralmente, de intensidade moderada a forte, frequentemente incapacitando o indivíduo para suas atividades cotidianas, podendo se dispersar, ocorrendo fenômenos associados como fotofobia e fonofobia, piora com o esforço físico e geralmente é acompanhada de distúrbios gastrointestinais como dores abdominais, náuseas e vômitos, além de manifestações neurológicas transitórias, tais como: hemianopsia, parestesia, paresia, ataxia, as quais caracterizam a aura enxaquecosa. Dessa forma, os indivíduos que sofrem de enxaqueca preferem deitar-se no escuro, tentando assim reduzir os sintomas. Algumas crises de enxaqueca são frequentemente antecipadas por sinais de alerta como fadiga, depressão, euforia e desejos por alguns tipos de comida (GHERPELLI, 2002).

Conhecidos como aura, os sinais neurológicos focais podem anteceder, acompanhar ou suceder a enxaqueca. Resultante de alterações corticais transitórias, que ocorrem minutos ou até uma hora antes da crise. O tipo de aura mais frequente é a visual, como a hemianopsia que consiste da perda da metade da visão, direita ou esquerda, superior ou inferior; alterações na percepção ou mesmo distorções no tamanho, forma ou cor dos objetos. Algumas pessoas relatam como um arco íris, com linhas coloridas em ziguezague. Podem ocorrer outros tipos de aura de menor frequência, como a afásica, parestésica, disartrica, dentre outras (DE PAULA, 2008).

Conforme Scopel (2006), a terapia manual se fundamenta na utilização das mãos para o tratamento, e pode ser descrita como uso de técnicas

ou manipulações com propósito terapêutico e cura. A palavra Terapia deriva do grego *therapeuein*, no qual o objetivo é tratar, e a “terapêutica” significa potencial de cura de uma pessoa em relação à outra. De acordo ainda com a autora, a terapia manual tem como objetivo influenciar a capacidade de restabelecer o organismo.

No intuito de contribuir para o desenvolvimento da fisioterapia em sua atuação com a terapia manual, surgiu a idéia de elaborar um estudo bibliográfico e descritivo de obras, artigos, escritos e documentos já classificados na Rede Mundial de Computadores (Internet). O presente estudo se justifica pela frequência do sintoma de cefaléia tensional e as repercussões que ela acarreta no indivíduo e na sociedade. O estudo tem como objetivo geral pesquisar, através de uma revisão bibliográfica, a terapia manual no tratamento da cefaléia do tipo tensional. E tendo como objetivos específicos, apontar os tratamentos realizados pela terapia manual para a CTT e descrever a sua eficácia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cefaléia que tem maior prevalência na população é a do tipo tensional, sendo esta, a mais freqüente na clínica médica e se caracteriza por dor cefálica de caráter constrictivo, ou seja, de pressão ou aperto (não pulsátil). O mecanismo é a contração prolongada dos músculos ao redor do crânio, geralmente bilateral, dor em aperto como um peso no alto da cabeça. Normalmente é dolorosa e constante, de intensidade leve a moderada que piora ocasionalmente. Também pode surgir dor nos músculos da nuca e se difundir para toda a cabeça, manifestando uma contração duradoura da musculatura, consequência também da postura inadequada, alterações da coluna cervical ou tensão psíquica (PACHECO & LOURENÇO, 2003).

Estudo realizado para analisar sintomas de depressão e ansiedade em 50 pacientes com CTTE e CTTC revelou que há uma predominância etiológica nas mulheres com a proporção de 4:1 sendo 40 (80%) do sexo feminino e 10 (20%) do sexo masculino. Os sintomas de ansiedade e depressão para a CTTE foram respectivamente, 60% e 32%. Nas CTTC foram 44% para ansiedade e 40% para depressão (MATTA & MOREIRA FILHO, 2003).

A fisiopatologia da cefaléia de tensão é complexa e mal compreendida, podendo ser abordadas algumas hipóteses. Existe uma multiplicida-

de de fatores sobre o processo de aquisição e manutenção da cefaléia de tensão, incluindo explicações biológicas, emocionais e sociais, portanto não sendo possível atribuir tal sintoma a um único determinante. Dentre os fatores biológicos, temos o papel da contração muscular na etiologia da dor, na qual a contração surge como uma reação física a estímulos ambientais ou psicológicos adversos, provocando, dessa forma, uma isquemia muscular na nuca e no crânio produzindo os episódios de dor. A cronicidade da cefaléia de tensão envolve uma sensibilidade exagerada a estímulos variados sejam físicos, psicológicos ou de contração muscular. Ocorre que nas CTT o nervo trigêmio, responsável pela sensibilidade do crânio e da face e que recebe toda a informação dolorosa está sendo facilitado por estruturas como gânglios da base, sistema límbico e núcleos da base, os quais aumentam a percepção dolorosa do nervo. Os hormônios sexuais também influenciam a CTT, piorando na época menstrual e melhorando na gravidez e menopausa. Dentre os fatores emocionais e sociais destaca-se o uso de estratégias ineficazes para o enfrentamento do problema, relação com distúrbios psiquiátricos, ansiedade e depressão. Sendo assim, devemos avaliar o paciente a partir de uma perspectiva biopsicossocial buscando analisar a individualidade de cada paciente, o seu processo patológico e incluir como intervenção mais adequada uma forma sistêmica que conduza o paciente ao bem-estar (FLORES & COSTA JÚNIOR, 2004).

De acordo com estudos odontológicos, existe uma assídua relação da cefaléia e da disfunção da articulação temporomandibular (ATM). Dentre os sintomas clínicos, a dor à palpação dos músculos mastigatórios tem sido considerada a de maior relação com a cefaléia (OLIVEIRA & CARVALHO, 2002).

De maneira geral os tratamentos utilizados para a CTT subdividem-se em farmacológicos e não-farmacológicos. Dentre os farmacológicos, os analgésicos e antiinflamatórios são utilizados para eliminar as crises de dor, e os antidepressivos para prevenção. Dentre as formas não farmacológicas, temos o uso do biofeedback, psicoterapia cognitiva, e intervenções fisioterapêuticas, acupuntura, osteopatia e técnicas manipulativas como forma de tratamento (FLORES & COSTA JÚNIOR, 2004).

De acordo com Giona (2003), alguns estudiosos fizeram relatos sobre as terapias que podem ser utilizadas para CTT, variando desde os recursos terapêuticos manuais até linhas como terapia manual atual, osteopatia, acupun-

tura, eletroterapia e crioterapia na forma de compressas. Dentre as técnicas manuais, temos a massagem de alisamento profundo das costas, massagem no couro cabeludo para a liberação de aderências e das suturas cranianas, promovendo assim, relaxamento muscular e aumento da circulação sanguínea e linfática, estimulando a circulação craniana e aliviando os sintomas da cefaléia. Também estão inclusos o alisamento digital e amassamento dos dedos sobre as fibras superiores do trapézio, sobre a região escapular e os músculos paravertebrais, manipulações da coluna cervical, mobilizações articulares, pompages, Stretching nos músculos espinhais, ligamentos interespinhosos e do trapézio superior, crochetação, técnicas thrust de acordo com a lesão, e ainda técnicas para correção de lesões do sacro.

Recomenda-se também medidas higiênico-dietéticas, como regularização dos ritmos do sono-vigília, alimentação regular, prática de atividade física adequada e programação de atividades para evitar o stress. Uma importante parte do tratamento envolve a prevenção (RIBEIRO; ESPERANÇA & SOUZA, 2006).

Exercícios de relaxamento muscular, alongamentos em flexão anterior de pescoço para toda musculatura extensora, alongamentos de trapézio superior e musculatura póstero-laterais do pescoço variando com uma técnica de deslizamento, também podem ser usados para o tratamento almejado. Além disso, o terapeuta poderá ensinar ao paciente alongamentos e maneiras corretas de posicionamentos de cabeça e pescoço em diversas posturas durante o sono e o trabalho (GIONA, 2003)..

São tratados nas cefaléias: as cervicais, as charneiras occipital atlas e a C₇-D₁-D₂ e as primeiras costelas; as suturas cranianas; o sistema vascular; o sistema membranoso; os músculos do crânio e o sistema estomatognático; os seios aéreos e os tegumentos. Podendo assim ser necessário tratamento de osteopatia visceral (PEGAS, 2003).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa é caracterizada por revisão bibliográfica e descritiva, na qual foram realizadas busca na Internet e selecionados 14 artigos na base de dados pubmed, Scielo, Lilacs, cochrane e outros. Os critérios de inclusão: artigos que abordaram as cefaléias tensionais e a terapia ma-

nual como tratamento para tal sintoma. Os critérios de exclusão: artigos que abordaram apenas o tratamento conservador medicamentoso e outros tipos de cefaléias. Para o enriquecimento do trabalho também foram utilizados artigos médicos que enfocaram as cefaléias. A coleta de dados compreendeu o mês de Janeiro de 2008 a setembro de 2009.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o estudo “A eficácia da terapia manual em indivíduos cefaléicos portadores e não-portadores de degeneração cervical: análise de seis casos”, sendo 5 indivíduos do sexo feminino e 1 do sexo masculino com idades que variam de 18 a 55 anos e diagnóstico médico de cefaléia do tipo tensional, sendo que três apresentando pelo menos uma alteração na coluna cervical: osteófitos, diminuição do espaço intervertebral, esclerose óssea subcondral ou vértebra em cunha. Foi utilizado como protocolo pelo terapeuta pesquisador a “tração cervical manual; alongamento bilateral dos músculos trapézio superior, escaleno, elevador da escápula e esternocleidomastóideo; mobilização vertebral e massagem clássica nas regiões da cervical, frontal, temporal e suboccipital”. Tal protocolo de tratamento teve resultado eficaz no alívio da cefaléia tensional e no aumento do limiar de dor (MORELLI & REBELATTO, 2007).

De acordo com o trabalho científico realizado por Giona (2003), o qual oito pacientes do sexo feminino, idades de 19 a 29 anos e diagnóstico de cefaléia tensional foram submetidos a técnicas de terapia manual, sendo estas: massagem de tecido conjuntivo buscando um relaxamento da musculatura e estruturas conjuntivas paravertebrais; mobilização das vértebras dorsais, com o intuito de relaxar a musculatura paravertebral; pompage cervical; alongamento do trapézio superior em flexão lateral, objetivando o relaxamento e alongamento do músculo; alongamento de músculos posteriores do pescoço; pompage dos músculos suboccipitais (inibição dos suboccipitais); alongamento de estruturas moles suboccipitais; stretching dos extensores da cabeça. A utilização das duas primeiras técnicas foi justificada pela autora devido à inserção de estruturas do dorso em base de crânio e vértebras cervicais, almejando relaxamento e harmonia de forças que agem no crânio. Tais técnicas melhoraram o quadro clínico de todos os indivíduos, os quais tive-

ram diminuição da freqüência da dor, da intensidade e duração. Ocorreram casos de remissão completa da dor. Os 8 pacientes juntos tinham no mês 112 episódios de dor antes do tratamento, no término do tratamento o número de episódios caiu para 39 e após um mês 23 episódios. A intensidade caiu para a maioria dos pacientes que relatava dor intensa e ausência para os que apresentaram dores fracas. Após um mês do término do tratamento a duração dos episódios de dor não ultrapassaram mais de 4 horas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em coerência com o estudo bibliográfico e descritivo sobre a atuação da terapia manual nas CTT's, foi possível verificar que a cefaléia do tipo tensional é uma das formas de dor de cabeça mais frequente e que a terapia manual abrange técnicas úteis para a melhora do quadro algico e consequentemente da qualidade de vida dos indivíduos acometidos. Apesar da pouca literatura encontrada sobre o tema, terapia manual no tratamento das cefaléias do tipo tensional, concluímos que houve melhora do quadro clínico dos indivíduos, os quais tiveram diminuição da freqüência da dor, da intensidade e duração, e em certos casos remissão da dor.

Como limitação para a nossa pesquisa, observamos a carência de estudos científicos que abordam o assunto, realizados por profissionais da área, além do nosso critério de inclusão e exclusão. Sugerimos uma maior exploração do assunto no que diz respeito ao tratamento das CTT's.

6 REFERÊNCIAS

DE PAULA, Wanderley Ricardo. **Enxaqueca**. 2008. Disponível em: http://www.brasiliaindica.com.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=56:enxaqueca&catid=35:artigos&Itemid=60: Acesso em: 10 mar. 2009.

FLORES, Adriana Mayon N.; COSTA JÚNIOR, Anderson L.. Manejo psicológico da dor de cabeça tensional. **Psicol. cienc. prof.** v. 24 n.3, Brasília, set 2004. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-8932004000300004&lng=pt&nrm=: Acesso em: 15 jan. 2009.

GHERPELLI, José Luiz Dias. Tratamento das cefaléias: treatment of headaches. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, vol.78 supl.1, July/Aug. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572002000700002&lng=en&nrm=iso: Acesso em: 8 mar. 2009.

GIONA, Patrícia. **Abordagem fisioterapêutica nas cefaléias tensionais através da terapia manual: série de casos. Cascavel**: Monografia (Bacharelado em Fisioterapia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2003. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/elrf/monografias/2003/mono/09.pdf>: Acesso em: 8 mar. 2009.

MACIEL, Maria Goretti Sales. A Dor Crônica no Contexto dos Cuidados Paliativos. **Pratica hospitalar**, São Paulo, ano VI, nº 35, set/out 2004. Disponível em: <http://www.praticahospitalar.com.br/pratica%2035/paginas/materia%2005-35.html>: Acesso em: 10 mar. 2009.

MATTA, André Palma da Cunha; MOREIRA FILHO, Pedro F. Sintomas depressivos e ansiedade em pacientes com cefaléia do tipo tensional crônica e episódica. **Arq neuropsiquiatri**, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anp/v61n4/a19v61n4.pdf>: Acesso em: 15 jan. 2009.

_____. **Cefaléia tipo tensional episódica: Avaliação clínica de 50 pacientes**. **Arq neuropsiquiatri** 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anp/v64n1/a19v64n1.pdf>: Acesso em: 15 jan. 2009.

MELGES, Luiz D. Mendes; NOVARETTI, Tânia M. da Silva. Cefaléia em salvas e hemibrânquia paroxística crônica. Liga de cefaléia de Marília – classificação de cefaléias USP-São Paulo. Wikipédia, a enciclopédia livre, 1998. Disponível em: www.Famema.br/ligas/cefaleia/salvas.htm. Acesso em: 03 out 2009.

MORELLI, J. G. S.; REBELATTO, J. R.. A eficácia da terapia manual em indivíduos cefaleicos portadores e não-portadores de degeneração cervical: análise de seis casos. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 4, p. 325-329, jul./ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n4/a13v11n4.pdf>: Acesso em :15 jan. 2009.

OLIVEIRA, Sabrina L. Santiago; CARVALHO, Deusvenir de Souza. Cefaléia e Articulação temporomandibular (ATM). **Revista Neurociências**, v. 10, n.3, p. 141-152, 2002 Disponível em: <http://www.hsp.epm.br/dneuro/neurociencias/Neurociencias%2010-3.pdf#page=21>: Acesso em: 8 mar. 2009.

PACHECO, Wagner Wanzeler; LOURENÇO, Manoel G. Freire. Utilização da crioterapia na cefaléia tensional. **Lato & Sensu**, Belém, v. 4, n. 1, p. 3-5, out. 2003. Disponível em: www.nead.unama.br: Acesso em: 10 mar. 2009.

PEGAS, André. Cefaléias e Algias Craniofaciais em Osteopatia. **Terapia Manual**, Londrina, v.1, n.4, p. 126-129, abr. 2003 / jun. 2003 Disponível em: <http://www.google.com.br>: Acesso em: 9 maio. 2009.

RIBEIRO, Carlos A. Fontes; ESPERANÇA, Paula; SOUZA, Livia Diogo. Cefaléia tipo tensão: fisiopatogenia, clínica e tratamento. **Revista Port Clin Geral**, 2006. Disponível em: www.apmcg.pt/files/54/documentos/20070529140528968433.pdf: Acesso em: 18 mar. 2009.

SCOPEL, Fabiana. **Estudo da eficácia da terapia manual no tratamento da artrose cervical**. Cascavel: Monografia (Bacharelado em Fisioterapia), Faculdade Assis Gurgacz, 2006. Disponível em: WWW.fag.edu.br/tcc/2006/Fisioterapia/estudo_da_eficacia_da_terapia_manual_no_tratamento_da_artrose_cervical.pdf: Acesso em: 8 mar. 2009.

TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO NA SÍNDROME DE OSGOOD SCHLATTER

Keliane Guerra Chaves Fernandes¹
Larissa Bastos Tavares²

RESUMO

A Síndrome de Osgood Schlatter (S.O.S.) é um transtorno no sistema músculo-esquelético, encontrado sobretudo em adolescentes. Está relacionada a traumas consecutivos que ocorrem na extremidade distal do tendão patelar, em sua fixação na tuberosidade tibial, que neste caso apresenta-se fragmentado e com edema. Quanto à etiologia, a forma bilateral é a mais predominante, acometendo com maior frequência adolescentes do sexo masculino que praticam atividades que envolvam corridas e saltos. As contrações forçadas e repetidas do quadríceps, exigidas pelas atividades atléticas, irritam a apófise da tuberosidade tibial, que se torna sensível a palpação e dolorosa a qualquer contração do quadríceps. A inflamação ocorre na fase aguda e a saliência óssea é o sinal patognomônico da fase crônica da síndrome. A S.O.S. é uma condição auto-limitada na maioria dos casos, mas a intervenção fisioterapêutica associada à redução da prática esportiva passa a ser tratamento de eleição, uma vez que proporcionam a diminuição do quadro algico e edema local, promovendo um retorno rápido e eficaz do adolescente as atividades desportivas. Em casos que não respondam aos procedimentos citados, a cirurgia fica indicada. Portanto, o objetivo do estudo foi abordar sucintamente o papel da fisioterapia e sua relevância para reabilitação de pacientes acometidos pela S.O.S.

Palavras-chave: Síndrome de Osgood Schlatter. Adolescentes ativos e fisioterapia.

PHYSICAL THERAPY ON SYNDROME OSGOOD SCHLATTER

ABSTRACT

The Osgood Schlatter's syndrome (SOS) is a disorder of the muscle-skeletal system, found mainly in teenagers. It is reported by consecutives traumas that occur on the distal patellar tendon's extremity, on your fixation on the distal of the tibial tuberosity which, on this case, is fragmentized and with edema. About etiology, the predominant form is the bilateral one and affects predominantly teenagers of the masculine sex that practice activities that involve running and jumping. The forced and repeated contractions of the quadriceps, which is required for athletic activities, irritate the apophysis of the tibial tuberosity, getting sensibile to the

-
- 1 Fisioterapeuta – Especialista em Fisioterapia Ortopédica e Desportiva – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte-FARN- RN. E-mail: kelguerra@hotmail.com.
 - 2 Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte- FARN – RN. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7734653778503298>

touch and painful to any contraction of the quadriceps. The inflammation occurs in the acute phase and the project of the bone evidences the chronic phase of the syndrome. The S.O.S. is one condition self-limited in most cases, but the physiotherapeutic intervention associated with reduction of sports practice becomes the treatment of choice, because it promotes decrease of local pain and edema, providing a fast and effective return of the teenager to your sports activities. The cases that don't respond to the procedures related, the surgery is indicated. Therefore, the purpose of this study was approach concisely the relevance of the physical therapy on the rehabilitation of the patients with S.O.S.

Keywords: Syndrome Osgood Schlatter. Adolescents active and Physical Therapy.

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Osgood Schlatter (S.O.S) é descrita como uma avulsão do tubérculo tibial durante a adolescência, considerada uma área frágil nessa idade, caracterizada por dor, edema e fragilidade na porção ântero-proximal da tíbia. Foi estabelecida como causa mais comum de morbidade nos joelhos de jovens praticantes de atividade física (VISURI ET AL, 2007).

Apesar de ser considerada uma condição auto-limitada na maioria dos casos, a sintomatologia, muitas vezes, demora meses a anos para total resolução, sendo melhor administrada com medidas fisioterapêuticas (cinesioterapia, flexibilidade dos tecidos moles, crioterapia e órteses) e tempo. Apenas nos casos crônicos, resistentes ao tratamento conservador, a intervenção cirúrgica produz bons resultados (SARCEVIC, 2008).

Considerando que tem sido cada vez mais freqüente a participação de adolescentes na prática esportiva, e em decorrência, o surgimento da S.O.S., surge à necessidade de esclarecimento das modalidades terapêuticas a serem utilizadas para resolução da sintomatologia apresentada na patologia, tendo em vista a escassez de artigos na literatura abordando o assunto e principalmente do processo de reabilitação, aumentando dessa forma o interesse nessa abordagem.

O presente artigo tem, portanto, como objetivo, ressaltar as principais abordagens fisioterapêuticas existentes na literatura e sua relevância para reabilitação de pacientes acometidos pela S.O.S.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi do tipo levantamento bibliográfico de caráter descritivo exploratório, uma vez que consistiu na análise crítica de trabalhos publicados, relacionados ao tratamento fisioterapêutico na síndrome de Osgood Schlatter.

A busca dos artigos foi realizada no período de Setembro de 2008 a Março de 2009. As bases de dados bibliográficos consultados foram: Portal Periódicos Capes, Pubmed, Medline, Bireme, Cocharene, Scielo e Lilacs.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Definição

A Síndrome de Osgood e Schlatter foi descrita pela 1ª vez por Paget em 1891, mas, em 1903, o americano Robert Bayey Osgood e o alemão Carl Schlatter a definiram mais claramente como uma condição dolorosa no tubérculo tibial anterior, caracterizada pela separação parcial da epífise em relação à tuberosidade tibial, ocasionando um esforço contínuo no tendão patelar que anatomicamente encontra-se inserido na tuberosidade (SARCEVIC, 2008 e WOODWARD, 1990). Por vezes denominada de osteocondrite do tubérculo tibial ou apofisite do tubérculo tibial, a síndrome é considerada auto-limitada, com resolução dos sintomas em cerca de 90% dos casos com ou sem tratamento conservador. Porém, pode levar a recorrências e por vezes demorar de meses a anos para a resolução definitiva, fazendo-se necessário, nesses casos, a intervenção cirúrgica (TUREK, 1991; MUNOZ & GUTIÉRREZ, 2006)

3.2 Epidemiologia

Quanto à epidemiologia, os meninos são afetados 2 a 3 vezes a mais do que as meninas, possivelmente pela maior massa e força muscular, além do envolvimento em atividades esportivas. Os sintomas aparecem em torno de 13 anos (variação 10-15) nos meninos e 11 (variação 11-13) nas meninas, provavelmente pela precoce maturidade biológica do sistema músculo-esquelético alcançada pelas meninas quando comparadas aos meninos. Dois a três de cada 10 doentes terão ambos os joelhos afetados (WOODWARD, 1990; LOURENÇO, 2000; GREENSPAN, 2006).

O grupo mais acometido pela patologia são os praticantes de atividades físicas que envolvam saltos, corridas e ações repetidas de extensão dos membros inferiores como o vôlei, atletismo, futebol, basquetebol, ginástica e os de contato direto como o *tae kwon do* (MUNOZ & GUTIÉRREZ, 2006; MAKRAM, 2008).

3.3 Etiopatogenia

A etiologia é controversa, pois antigamente acreditava-se que esta síndrome fosse devida à necrose avascular, porém, atualmente sabe-se que sua causa exata é desconhecida (TORRES, 2002), mas os traumas repetidos,

a anatomia, fatores mecânicos e de crescimento, tem sido sugeridos como causadores etiológicos da S.O.S (VISURI ET AL, 2007).

Snider (2000), relata que uma etiologia traumática ou de uso excessivo, pode explicar a incidência 5 vezes maior em adolescentes que são ativos no esporte, e a incidência 2 a 3 vezes maior no sexo masculino, tendo em vista a maior predominância deste gênero nas práticas esportivas. Por outro lado, Ratlife (2000), considera que esta seja causada pelo crescimento rápido dos ossos longos, acoplado à tensão sobre o tendão patelar devido às atividades esportivas.

Estudando a relação entre a síndrome de Osgood e uma limitada dorsiflexão do tornozelo, Sarcevic (2008) encontrou uma relação significativa, apontando que a diminuição na dorsiflexão favorece a flexão do joelho, rotação interna da tibia e pronação do pé durante a fase de apoio da corrida o que pode predispor o aumento do estresse na tuberosidade tibial durante a prática de atividades que exijam esse gesto motor, aumentando assim a susceptibilidade para o surgimento da síndrome. Ao contrário, outros autores sugerem a rotação externa da tibia como a alteração biomecânica que favorece o maior estresse de cisalhamento no sentido látero-medial na tuberosidade tibial, principalmente durante a extensão do joelho, predispondo, portanto à patologia (GIGANTE ET AL, 2003). Adicionalmente, o posicionamento anormal da patela na articulação patelofemural também tem sido relacionado ao aumento da predisposição para a síndrome, com alguns autores sugerindo a patela alta como a alteração mais predisponente (APARICIO ET AL, 1997), enquanto outros associam a patela baixa com a patologia (LANCOURT,1975). Esses achados consolidam a teoria biomecânica como mecanismo etiológico para a S.O.S.

Quanto à fisiopatologia, esta síndrome ocorre quando existe um *stress* repetitivo na epífise de crescimento, próximo à área da tuberosidade tibial, favorecendo uma tração da apófise do tubérculo tibial, além do possível surgimento, na fase crônica, da avulsão da tuberosidade tibial, seguida da ossificação da mesma. Os esforços citados, são realizados pelo músculo quadríceps que produz forte tração durante as atividades esportivas, estressando, portanto, o tendão patelar (SARCEVIC, 2008); que pode encontrar-se com sinais característicos de processo inflamatório, e por inserir-se na tuberosidade tibial, pode levar a uma alteração da morfologia óssea dessa estrutura (WOODWARD, 1990).

Ocorrendo predominantemente em atletas na fase de crescimento ósseo, que acontece nas epífises constituídas principalmente por tecido cartilaginoso, alguns pesquisadores tentam justificar o surgimento da síndrome com o crescimento não uniforme entre o músculo e o osso, tendo este, um crescimento mais acelerado do que o crescimento muscular, resultando, portanto, no aumento da tensão do músculo quadríceps na tuberosidade tibial com conseqüente perda de flexibilidade e possível fratura parcial ou avulsão do centro de ossificação, principalmente durante as atividades de saltos e corridas (TORRES, 2002).

Esses achados se confirmam nos estudos de Makram et al (2008), que identificaram uma relação entre a presença da S.O.S. e a fratura da tuberosidade tibial em 2 dos 7 adolescentes atletas estudados, sugerindo que as alterações histológicas apresentadas pela síndrome altera a qualidade biomecânica da cartilagem e predis põe a ruptura da tuberosidade tibial.

A falta de um fator etiológico isolado para explicar a predisposição para a S.O.S, faz com que o diagnóstico dessa patologia seja baseado em achados clínicos que serão abordados na sequência.

3.4 Diagnóstico

3.4.1 Sinais e sintomas

O adolescente com a S.O.S. queixa-se de dor na região anterior do joelho, precisamente na tuberosidade tibial podendo ser acompanhada por edema e proeminência sobre o tubérculo. A dor pode ser agravada nos atos de correr, saltar e ao subir degraus, como também pode ser reproduzida quando se coloca resistência para a extensão do joelho. A posição ajoelhada também tende a ser dolorosa. Vale salientar, que o quadro algíco na maioria das vezes diminui com o repouso (GREENSPAN, 2006; SARCEVIC, 2008).

A classificação da S.O.S baseia-se na duração da dor, sendo o grau I: dor após atividade física, desaparecendo em 24h; grau II: dor durante e após a atividade física, desaparecendo em 24h; e grau III: dor constante com prática de atividades físicas limitada (DEBERARDINO, BRANSTETTER & OWENS, 2007).

3.4.2 Exames complementares

Embora o diagnóstico seja essencialmente clínico, alguns métodos complementares (ressonância magnética, cintilografia óssea e Raio-X) podem, por vezes, ajudar no prognóstico. Dentre estes, ressalta-se os achados radiográficos, que normalmente evidenciam avulsão do tubérculo tibial anterior e fragmentação da apófise, sendo esta característica indicativa de cronicidade da patologia. Alguns autores descrevem três tipos de achados radiológicos: o grau I, a tuberosidade tibial é proeminente e irregular, já o grau II a tuberosidade tibial é proeminente, irregular e com um pequeno fragmento ósseo livre, e por último o grau III que mostra uma partícula óssea ântero-livre, mas aparentemente normal em relação à tuberosidade. O raio - x torna-se importante também para diferenciar a S.O.S de um tumor, fratura ou mesmo de uma osteocondrite dissecante (MUNOZ & GUTIÉRREZ, 2006; CONNOLLY, S, CONNOLLY, L. & JARAMILLO, D., 2001).

3.5 Tratamento Clínico

Quanto aos tratamentos propostos, alguns autores recomendam a imobilização gessada por 6 semanas, crioterapia e protetor infra-patelar pós-imobilização e durante a atividade física. Opta-se também por antiinflamatórios não-esteróides e infiltração de cortisona (MUNOZ & GUTIÉRREZ, 2006). Para os casos não solucionados com tratamento conservador após vários meses de tentativa, correspondendo a 1 em cada 10 pacientes, a cirurgia torna-se necessária para alívio da dor (WOODWARD, 1990 ; FIGUEIREDO, 2003); porém, alguns autores afirmam que esse procedimento não deve ser o de melhor escolha pela agressividade tecidual causada, o longo tempo necessário para reabilitação e pelo resultado não ser tão satisfatório quando comparado ao tratamento conservador (MUNOZ & GUTIÉRREZ, 2006).

Em todos esses casos, os longos períodos de inatividade tornam-se um problema para a volta da atividade física, devido à hipotrofia muscular e a falta de mobilidade. Ademais, as infiltrações vêm sendo contra-indicadas por causar afinamento do tendão patelar, aumentando sua susceptibilidade de ruptura (MUNOZ & GUTIÉRREZ, 2006). Isso justifica sob vários aspectos o porquê do tratamento fisioterapêutico, a ser discutido a seguir, tornar-se o recurso utilizado de forma primordial.

3.6 Tratamento Fisioterapêutico

Medidas conservadoras são muito bem aceitas como tratamento de escolha em adolescentes com a S.O.S. pelos resultados bastante resolutivos (BLOOM, 2004)). Seus objetivos são o de diminuir o *stress* sobre o tubérculo tibial e reduzir a tensão no músculo quadríceps (BEUZADEOGLU, 2008).

Peter (2006), refere a necessidade da prevenção dos saltos e corridas além do repouso até o alívio da dor. De acordo com os autores, o alongamento e fortalecimento do quadríceps e ísquios-tibiais impedem recidivas dos sintomas, junto com a utilização de imobilizadores no caso de indivíduos muito ativos. O uso de protetor infra-patelar é sugerido, eventualmente, com o objetivo de redirecionar as forças de tensão sobre a tuberosidade tibial e, contudo, trazer o alívio de dor. Essas modalidades terapêuticas também foram sugeridas pela *American Academy of orthopaedics Surgeons* e a *American Academy of Family*, acrescido da aplicação de gelo para controle do processo inflamatório e melhora do quadro álgico (BLOOM & MACKLER, 2004).

Muñoz e Gutiérrez (2006), objetivando descrever o efeito do tratamento conservador na S.O.S., submeteram 13 pacientes com diagnóstico clínico e/ou radiológico da síndrome a um protocolo de quatro fases baseado no quadro álgico do paciente que foi avaliado pela escala analógica de dor. Os recursos utilizados foram: crioterapia sob a forma de compressa de gelo por 20' para controle do quadro álgico e edema local, correntes interferenciais de faixa freqüência (50 a 80 pulsos/seg) por 10', aplicação da terapia de laser em 2 a 3 pontos, além de anti-inflamatórios de 50mg a cada 12h durante 10 dias. Adicionalmente, os pesquisadores inseriram exercícios para fortalecimento do quadríceps e ísquio-tibiais de acordo com a evolução da sintomatologia dolorosa. Os resultados apontaram que a maioria da amostra apresentou melhora do quadro geral na terceira semana de tratamento, sem histórico de recidivas após um ano do término do tratamento.

Outros estudos adotam as mesmas modalidades já apresentadas, sugerindo também os exercícios de fortalecimento do tipo isométrico com o joelho em extensão, por diminuírem a tensão provocada pelo tendão quadricipital na tuberosidade tibial e preservar o volume muscular (SARCEVIC, 2008; TORRES, 2002; RATLIFE, 2000). Ademais, os exercícios de flexibilidade com ênfase nos músculos: quadríceps, ísquios-tibiais, tracto ílio-tibial e

gastrocnêmio devem ser administrados como forma de melhorar o equilíbrio articular, o alinhamento postural, aliviar a tensão muscular e aumentar a performance durante a prática de atividade física assim como atividades ocupacionais e recreativas, pois entende-se que para executar a maioria das atividades cotidianas funcionais seja necessário uma amplitude de movimento sem restrições e sem dor (TACHDJIAN, 1972; STARRING ET AL, 1988; BANDY & IRION, 1994). Outro fator que justifica a inclusão dos exercícios de alongamento no programa de reabilitação é que os mesmos, quando bem administrados, diminuem a incidência de lesões musculotendíneas durante a prática de atividade física (KISNER & COLBY, 1998). Os exercícios vigorosos do quadríceps são contra-indicados por aumentar o estresse na tuberosidade tibial que se encontra inflamada (RATLIFE, 2000).

Estudo realizado em 261 pacientes com histórico natural da doença por 12 a 24 meses evidenciou melhora da sintomatologia em 90,8% da amostra, devido à restrição da atividade esportiva e uso de anti-inflamatórios. O restante da amostra, 24 pacientes, foi submetida a procedimento cirúrgico, regressando as suas atividades normais num tempo médio de 4 a 5 semanas. Outra pesquisa apontou resultado positivo em 91% da amostra com a aplicação de gelo, aspirina e atividade física moderada. Apenas 2 dos indivíduos estudados necessitaram parar os esportes, não sendo portanto necessário a cirurgia (BLOOM & MACKLER, 2004).

Avaliando 50 pacientes com S.O.S., sem tratamento ou restrição de atividades, por aproximadamente 9 anos, pesquisadores identificaram que 76% da amostra não tinham limitações, no entanto, a dor permanecia presente; atividades que envolviam agachamento estavam comprometidas em 60% dos pacientes estudados (BLOOM & MACKLER, 2004).

Os estudos interventivos tem comumente avaliado e recomendado explicitamente tratamentos conservadores como o gelo, analgésicos, atividades com restrição, alongamento, fortalecimento e medicação antiinflamatória. E numa pequena casuística, demonstrou melhora na dor da S.O.S em 19 de 24 joelhos (79%) depois de usar um protetor infra-patelar por 6 a 8 semanas (BEYZADEGLU ET AL, 2008).

Na fase final da reabilitação, sugere-se ainda, a realização de exercício de propriocepção para o joelho por meio de balancim, cama elástica e circuito com o objetivo de promover estabilidade, coordenação, mobilida-

de, equilíbrio, amplitude de movimento e força muscular. As orientações domiciliares como o auto alongamento e colocação da panqueca de gelo incluem-se no tratamento (SHIGUEMI, 1995).

4 CONCLUSÃO

Diante dos dados levantados na revisão, foi observado que ainda é precária a literatura com reais evidências, principalmente, quanto aos fatores etiológicos que predispõem o surgimento da S.O.S.. Nesse aspecto, várias teorias com enfoque anatômico, fisiológico e biomecânico têm sido propostas, caracterizando a patologia como de natureza multifatorial. Essas divergências etiopatogênicas dificultam o diagnóstico, feito com base nos sinais clínicos e radiológicos apresentados pelos pacientes que costumam ser jovens atletas do sexo masculino ainda em fase de crescimento.

Várias abordagens vêm sendo propostas para o tratamento da S.O.S como a imobilização com gesso, infiltração com medicamentos derivados da cortisona e procedimentos cirúrgicos, no entanto, alguns autores são contra essas indicações pelas conseqüências que podem instalar-se como a hipotrofia muscular, déficit de mobilidade e de força, alterações morfológicas no tendão patelar, favorecendo a ruptura do mesmo, além da não resolutividade em relação aos sintomas apresentados; sendo necessário por muitas vezes, um maior tempo para reabilitação e reestruturação funcional dos pacientes.

Dessa forma, o tratamento fisioterapêutico vem sendo citado como de grande relevância por trazer benefícios para alívio de dor, melhora da força, do alinhamento e estabilidade articular, do condicionamento físico e retorno precoce para as atividades esportivas e de vida diária, sem recorrência dos sintomas. Os recursos mais utilizados nos estudos foram a crioterapia, as correntes de baixa freqüência, a laserterapia, os exercícios de alongamento e o treino de força, além do repouso moderado para controle dos sinais inflamatórios. Ademais, sugere-se o uso de antiinflamatórios não esteróides e de protetor infra-patelar, principalmente durante a prática de atividade física.

Por conseguinte, nota-se a necessidade de realização de outros estudos experimentais, de preferência ensaio clínico controlado duplo-cego, para enfatizar a importância da fisioterapia na S.O.S., visto que a quantidade de artigos e referências a síndrome na literatura é consideravelmente escassa e restrita.

5 REFERÊNCIAS

- APARICIO G., ABRIL J.C., CALVO E., ALVAREZ L. **Radiologic study of patellar height in Osgood-Schlatter disease.** Journal Pediatric Orthopedic, v. 17, p. 63-66, 1997.
- BANDY W. D.; IRION, J. M. **The Effect of Time on Static Stretch on the Flexibility of the Hamstrings Muscles.** Physical Therapy, v.74, n.9, p.845-850, set 1994.
- BEYZADEGLU, T.; INAN, M.; BEKLER, H.; ALLTINTAS, F. **Arthroscopic Excision of na Ununited ossicle Due to Osgood-Schlatter disease.** Arthroscopy: The Journals of Arthroscopic and Related Surgery; v. 24; n. 9, p. 1081-1083, set. 2008.
- BLOOM, O. J.; MACKLER, L. **What is the Best Treatment for Osgood-Schlatter disease?** Journal of family Practice, fev. 2004.
- CONNOLLY, S. A.; CONNOLLY, L. P.; JATAMILLO, D. **Imaging of Sports Injuries in Children and Adolescents.** Radiologic clinics of North America, Boston, v.39, n.4, p. 773-790, jul. 2001.
- DEBERARDINO, T. M.; BRANSTETTER J. G.; OWENS M. B. D. **Arthroscopic Treatment of Unresolved Osgood Shchlatter Lesions.** The journals of arthroscopic and Related Surgery; v. 23, n. 10, p. 1127-1130, out. 2007.
- FIGUEIREDO, G. C.; MEDEIROS T O; VALE L O.; ASSIS A L B P. **Tratamento cirúrgico da dor crônica na lesão de Osgood-Schlatter: relato de dois casos.** Revista Brasileira de Ortopedia, ago. 2003.
- GIGANTE A., BEVILACQUA C., BONETTI M. G., GRECO F. **Increased external tibial torsion in Osgood-schlatter disease.** Acta Ortopedic Scand, v. 74, p. 431-436, 2003.
- GREENSPAN, A. **Radiologia Ortopédica: Uma abordagem prática.** 4ª Ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2006.

KISNER, C.; COLBY, L. A. **Exercícios Terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 3ed. São Paulo: Manole, 1998.

LANCOURT J. E., CRISTINI J. A. **Patella alta and patella infera**. Journal Bone Joint Surg Am, v. 57, p. 1112-1115.

LOURENÇO, B. **Doença de Osgood – Schlatter: O que o pediatra precisa saber**. São Paulo, 2000. Disponível em [http:// www.medstudents.com.br](http://www.medstudents.com.br). Acesso em 01 de Novembro de 2008.

MAKRAM, Z.; HEDI, A.; TAOUFIK, A.; MOHSEN, T.; MONDHER, M.; HABIB, B. H. **Acute Tibial Tubercle Avulsion Fractures in the Sporting Adolescent**. Asch Orthop Trauma Surg; v.128; p.1437-1447, 2008.

MUNOZ, M. G.; GUTIÉRREZ M C R. **Enfermedad de Osgood-Schlatter: Tratamiento conservador**. Acta Ortopédica Mexicana; v. 20, n. 1, jan-fev. 2006.

PETER, G. G., **Adolescent Anterior Knee Pain**. Operative Techniques in Sports Medicine; v.14; p. 203-211, 2006.

RATLIFE, K. T. **Fisioterapia Na Clínica Pediátrica: guia para a equipe de Fisioterapeutas**. São Paulo: Santos Livraria, 2000.

SARCEVIC, Z. **Limited Ankle Dorsiflexion: a predisposing factor to morbus Osgood Schlatter?** Knee Surge Sports Traumatol Arthrosc; v. 16; p. 726-728, fev. 2008.

SHIGUEMI, A. I. S. **Reeducação Funcional Proprioceptiva do joelho e tornozelo**. Louise, 1995.

SNIDER, R. K. **Tratamento das doenças do sistema músculo-esquelético**. São Paulo: Manole, 2000.

STARRING, D. T.; GOSSMAN, M. R.; NICHOLSON, G. G.; LEMONS J.
**Comparison of Cyclic and Sustained Passive Stretching Using
Mechanical Device to Increase Resting Length of Hamstrings Muscles.**
Physical Therapy, v.68, n.3, p.314-320, mar. 1988.

TACHDJIAN, M. O. **Pediatric Orthopedics.** Philadelphia: Saunders
Company, 1972.

TORRES, C. C.; COSTA, U.; NEVES, A.; MIRANDA, L. A. **Doença de Osgood-
schlatter.** Fisioweb WGate, 2002. Disponível em [www.wgate.com.br/
fisioweb](http://www.wgate.com.br/fisioweb). Acesso em 05 de Novembro de 2008.

TUREK, S. L. **Ortopedia – princípios e sua aplicação.** São Paulo: Manole,
1991

VISURI, T.; PIHLAJAMAKI, H. K.; MATTILA, V. M.; KIURI, M. **Elongated
Patellae at the Final Stage of Osgood-Schlatter disease: A
Radiographic Study.** Science direct; v. 14, p. 198-203, mar. 2007.

WOODWARD, A. H. **Osgood-Schlatter disease.** Pediatrics for Parents,
1990.

ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Camilla Ferreira de Brito¹
Karina de Oliveira Costa Bezerra²

RESUMO

O modelo estruturado de gestão administrativa para um escritório de advocacia é fundamental para o desenvolvimento e planejamento de todos os processos existentes na organização. Permite que sejam divididos em etapas, proporcionando a viabilização das atividades desempenhadas, com foco numa organização lucrativa, fonte de prazer pessoal e realização profissional. A técnica para a realização da pesquisa foi construída a partir de um estudo de caso em um escritório de advocacia de pequeno porte, situado na região leste de Natal/RN, com o objetivo principal de verificar a relação do modelo de gestão e a eficiência dos processos administrativos. Foi também utilizada a técnica de entrevistas, estruturada focada, observação participante e pesquisa documental, tendo, como método de análise de conteúdo, as categorias técnicas de Bardin para tratamento e análise dos dados. A pesquisa classifica-se como científica e tem como proposta analisar o atual modelo de gestão do escritório, utilizando-se as normas metodológicas como busca dos recursos para a problemática sugerida. Em relação aos objetivos, a pesquisa define-se como exploratória e descritiva. Exploratória por se utilizar de material bibliográfico, permitindo o embasamento teórico e a formulação de novas concepções do ambiente estudado. Descritiva ao possibilitar a análise e a identificação dos perfis dos advogados, principalmente, o desempenho destes como gestores. Dentre os tipos de análise de conteúdo, a categorização temática abordará a adoção de boas práticas de gestão para um escritório de advocacia, visando a busca de informações e a elucidação dos fatores que influenciam na gestão administrativa do escritório. Os cinco advogados prestaram entrevistas estruturadas e focalizadas, que serviram como fonte de informações e de um maior conhecimento com relação ao tempo de atuação, gestão e desempenho das atividades de cada um no escritório de advocacia, o que possibilitou a constatação de que a maioria atua com conhecimento e propriedade para os diversos assuntos relacionados às áreas do Direito; porém, quanto às questões relacionadas aos diversos tipos de gestão, constatou-se que os mesmos só possuem as informações do que são as suas vivências e tão somente por atuarem no cotidiano do escritório. A partir dos depoimentos é possível perceber que os profissionais entrevistados compartilham com algumas ideias sobre modelos de gestão, tais como cumprimento de metas, organização, controle e divisão de responsabilidades. Todavia, outras características não foram enfatizadas pela maioria, traçando assim o novo perfil do modelo de gestão e do ambiente no qual estão inseridos, tal como foi captado na fala de R1 ao dizer que *“não entende de modelo de gestão administrativa e que na verdade o que faz acontecer as coisas no escritório é o cumprimento dos prazos e que essa é a meta”*. De acordo com todos

-
- 1 Acadêmica Graduada do Curso de Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. Email: camilla0923@gmail.com
 - 2 Professora Orientadora do Curso de Administração Msc. do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI – RN. Email: Karina@unirn.edu.br; Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4348459165021163>

os dados analisados, observa-se que o Escritório de Advocacia, necessita se reorganizar, passar por algumas mudanças e reinvenções para se adequar ao mercado e as expectativas de seus clientes, implementando um modelo de gestão que vise o planejamento e o controle das atividades desempenhadas, a fim de garantir uma maior visibilidade no mercado para a atração de novos clientes.

Palavras-Chave: Gestão Administrativa. Planejamento e Ferramentas de Gestão. Modelo de Gestão.

ADOPTION OF GOOD MANAGEMENT PRACTICES FOR ADVOCACY OFFICE

ABSTRACT

The structured model of administrative management for a law firm is essential for the development and planning of all the processes in the organization. Allows them to be divided into steps, providing the feasibility of activities performed, focusing on profitable organization, source of personal pleasure and professional achievement. The technique for the research was constructed from a case study in a small law firm, located in the eastern region of Natal/RN, with the main objective to verify the relationship of the management model and the efficiency of administrative procedures. It was also used the interview technique, structured focused, participant observation and documentary research, having as content analysis method, the technical categories of Bardin for processing and analysis of data. The research is classified as scientific and is to analyze the current office management model, using methodological standards as search resources for the suggested problem. Regarding the objectives, the research is defined as exploratory and descriptive. Exploratory by using bibliographic material, allowing the theoretical foundation and the development of new conceptions of the environment studied. Descriptive to enable the analysis and identification of profiles of lawyers, especially the performance of these as managers. Among the types of content analysis, thematic categorization will approach the adoption of good management practices for a law firm, aiming to search for information and the elucidation of the factors that influence the administrative office management. The five lawyers provided structured and focused interviews, which served as a source of information and a better understanding regarding the time of operation, management and performance of the activities of each of the law firm, which enabled the finding that most acts with knowledge and domain to the various issues related to the areas of law; however, on issues related to the various types of management, it was found that they only have the information of what are their experiences and only by acting in the office every day. From the testimonials you can see that the professionals interviewed share with some ideas about management models, such as achievement of goals, organization, control and division of responsibilities. However, other features were not emphasized by most, so tracing the new profile management and environmental model in which they live, as captured in the speech of R1 to say *“do not understand the administrative management model and that actually what makes things happen in the office is meeting deadlines and that's the goal.”* According to all the data analyzed, it is observed that the law firm, to be restructured, undergoes some changes and reinventions to suit the market and the expectations of its customers, implementing a management model aimed at planning and control the activities performed in order to ensure greater visibility in the market to attract new customers.

Keywords: Administrative Management. Planning and Management Tools. Management model.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de gestão para escritório de advocacia parte do pressuposto de que o advogado, como profissional indispensável à administração da justiça, presta serviço público e exerce função social, contribuindo na postulação dos direitos da clientela para o aprimoramento da justiça e do direito.

Considerando a forte presença da ética no exercício profissional, a relação de negócio entre o advogado e sua clientela visa a satisfação desta sem contudo transgredir a ordem jurídica.

Nesse contexto é que se deve construir um modelo de gestão para o escritório, em que a atividade profissional não é de resultado, por se constituir numa ferramenta meio para a obtenção de um determinado bem ou interesse jurídico.

É fundamental também o desenvolvimento de um planejamento, dividindo-se todo o processo em etapas, para proporcionar a viabilização das atividades, com o objetivo de torná-lo uma organização lucrativa, que seja fonte de prazer pessoal e realização profissional.

Dessa forma, esse estudo tem por objeto elaborar um modelo de gestão que auxilie o advogado na estruturação administrativa e financeira de um escritório, consolidando sua solidez institucional. Por isso, o problema central visa responder a seguinte questão: como estruturar um modelo de gestão eficiente, dentro do atual contexto de trabalho de um escritório de advocacia?

O escritório de advocacia, objeto desse estudo, iniciou suas atividades no ano de 1996, cujo titular substituiu a estabilidade no emprego que mantinha junto a uma empresa estatal no intuito de poder investir no exercício profissional da advocacia.

A fase inicial foi bastante difícil, sem receitas correntes; o escritório não cobria nem suas despesas de manutenção, sobretudo aluguel e acessórios.

Em 1998, contratado por uma instituição sindical, começou a segmentar sua área de atuação.

Nesse mesmo ano, surgiu também uma oportunidade de atuação na área de cobrança financeira, sobretudo contratos de financiamento de veículos, inclusive leasing e consórcio, por meio de associação com outro escritório de advocacia de estado vizinho.

Com maior atuação nessa área de cobrança, o escritório cresceu em faturamento e pessoal, mediante a contratação de estagiários, secretária e equipe de cobrança, inclusive para atuar na localização dos bens que seriam objeto de busca e apreensão judicial.

O faturamento do escritório de advocacia a partir dessas cobranças logo despertou o interesse de empresas especializadas em cobrança que passaram a buscar esse nicho de mercado diretamente com as instituições financeiras, mediante a contratação de advogados como empregados.

Com a terceirização da cobrança para empresas especializadas, o escritório foi paulatinamente perdendo participação nessas ações com rápida redução no faturamento, até abandonar totalmente essa atividade.

Em 2001, logo após deixar de atuar nas cobranças das financeiras, houve uma queda considerável no faturamento do escritório, tendo este que reduzir pessoal, mantendo-se apenas um estagiário e uma secretária.

Esse cenário não inviabilizou a atuação do escritório, uma vez que já dispunha de um número considerável de clientes. E, com uma atuação bem mais consolidada, passou a atuar basicamente em dois segmentos: administrativo – licitações e contratos; e econômico – crédito de fomento, sobretudo na área rural.

Na época em que funcionou a cobrança das financeiras no escritório, foi instalado todo um aparato logístico de controle de processos para o atendimento das exigências dessas financeiras, sobretudo quanto à emissão de relatórios semanais. No entanto, a perda da assessoria de cobrança das financeiras e a não obrigatoriedade de emissão regular de relatórios de controle de processos fez todo esse aparato logístico perder importância e uso cotidiano, gerando hoje uma grande dificuldade de se identificar o volume de clientes e de processos do escritório.

Diante disso, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como estruturar um modelo de gestão eficiente, dentro do atual contexto de trabalho do escritório de advocacia?

Para atingir esse resultado, alguns objetivos específicos foram traçados e este trabalho visa dar relevância a cada um deles, dentre os quais se destacam os seguintes: caracterizar os principais problemas administrativos enfrentados pelo escritório de advocacia; realizar o mapeamento dos procedimentos e de seus respectivos titulares, para orientar a implantação

do sistema de gestão mais adequado e conveniente com a demanda; e diagnosticar e propor as oportunidades de melhorias no sentido da melhor eficiência e eficácia do negócio.

O escritório de advocacia encontra-se localizado na região leste da cidade de Natal/RN e não possui um modelo de gestão que fortaleça o negócio e que proporcione eficiência e eficácia nos processos internos e externos, o que inviabiliza o retorno financeiro e a agilidade na resolução das pendências.

No entanto, segundo dados estatísticos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio Grande do Norte (OAB/RN), houve um crescimento no segmento da advocacia, cuja expansão proporciona uma maior competição em relação às demandas judiciais para o profissional de direito.

Diante desse cenário, a pesquisa se justifica pela pretensão de servir como um referencial de gestão e administração para um escritório de advocacia modelo, possibilitando atender aos interesses de acadêmicos, iniciantes das práticas administrativa e/ou jurídica, e respectivos profissionais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para compreender a importância da adesão do modelo de gestão ao negócio, torna-se indispensável analisar a evolução da gestão administrativa ao longo do tempo e seus embates na relação negócio e sustentabilidade.

Por isso, o respectivo trabalho faz uma contextualização dos principais papéis da Administração, como também à luz da percepção de autores sobre os modelos de gestão que podem ser adotados numa organização.

2.1 ADMINISTRAÇÃO

Como ciência, é um ramo de humanas e sociais que trata dos agrupamentos humanos, mas com uma peculiaridade que é o olhar holístico que busca a sinergia entre as pessoas, estrutura e recursos.

Segundo Montana (2010), administrar é o ato de trabalhar só ou por intermédio de outras pessoas a fim de alcançar os objetivos traçados pelas organizações e seus membros.

Para Chiavenato (2013, p.6):

Administrar é muito mais do que uma função de supervisão de pessoas, de recursos ou de atividades. Não se trata apenas de planejar, organizar, dirigir e controlar, mas, principalmente, de conduzir uma organização inteira ao rumo do sucesso através da competitividade e da sustentabilidade do seu negócio.

A administração é uma atividade essencial na sociedade contemporânea e a tarefa básica desta ciência é fazer as coisas por meio das pessoas e focando os melhores resultados. Sabe-se que qualquer tipo de organização busca alcançar os objetivos com eficiência e eficácia³ e por isso, a administração se constitui como o fator chave para a melhoria dos processos e, conseqüentemente, favorecer a perenidade do negócio.

De acordo com Masiero (2012), não importa o tamanho da empresa, quanto mais hábil e competente for o administrador melhor será o seu desempenho. Sobre o perfil do administrador o autor tipifica três:

- administradores estratégicos: executivos responsáveis pelo desenvolvimento dos objetivos e planos da empresa a longo prazo, além da sobrevivência, do crescimento e da eficácia. Envolvidos primordialmente nos relacionamentos da organização com seu ambiente externo;
- administradores táticos: chamados frequentemente de gerentes, têm como missão traduzir em menor tempo os objetivos gerais e os planos da organização em atividades específicas, alocando sempre os recursos;
- administradores operacionais: pertencem aos níveis inferiores e têm a responsabilidade de supervisionar as operações da organização, estando envolvidos no dia-a-dia do trabalho da empresa, cumprindo os planos estabelecidos, tomando decisões, gerenciando e avaliando os resultados.

3 Eficiência significa fazer bem corretamente. O trabalho eficiente é bem executado. Eficácia significa atingir objetivos e resultados. Um trabalho eficaz é proveitoso e bem-sucedido.

Cabe destacar que os processos de melhorias devem ser geridos de forma sistêmica, e o administrador necessita estar atento aos princípios administrativos, que são: planejamento, organização, direção e controle.

2.1.1 Modelo de prestação de Serviços Advocatícios:

A prestação de serviços possui uma grande representatividade na economia brasileira e tem sido fator propulsor do desenvolvimento econômico do país.

De acordo com Heskett (apud CORRÊA, 2008, p. 75) conceito de serviço é:

Uma ferramenta importante de unificação das pessoas envolvidas na tomada de decisão em geral e no atendimento a clientes em particular, dentro da organização de serviço, em torno de como a organização gostaria de ter seus serviços percebidos por seus clientes, funcionários e acionistas.

Segundo Fitzsmmons; Fitzsmmons (2005), o setor de serviços vem crescendo significativamente nos últimos 50 anos, sendo uma área onde os níveis de empregabilidade crescem rapidamente e com ênfase no setor de serviços (por exemplo, saúde, educação, serviços profissionais). Todavia, serviços profissionais como consultorias de advocacia apresentam problemas de gestão, uma vez que o profissional é treinado para desempenhar sua função específica, mas não em administração de negócios.

Para focar em um recorte deste setor, o respectivo trabalho centrará seu estudo nos escritórios de advocacia.

2.1.2 Escritórios de Advocacia

Os escritórios de advocacia se enquadram no modelo de negócio de prestação de serviços, cuja atuação se concentra em atividades jurídicas em prol das pessoas físicas, empresas ou governo.

Neste sentido, os serviços prestados por um escritório de advocacia vão desde a assessoria e consultoria até o contencioso administrativo e judicial.

Sobre a regulamentação desse serviço, a Lei nº 6.839 de 30 de outubro de 1980, salienta em seu Artigo 1º:

O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Para ser o titular de um escritório jurídico, **pessoa física ou jurídica**, assim como para atuar como contratado ou autônomo, o advogado deve ter sido aprovado no exame da Ordem e regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

As atividades desenvolvidas por um escritório de advocacia são amplas e variadas, porém seu desempenho depende primordialmente da gestão do escritório, que deve ser realizada de forma a permitir a oferta de serviços adequados às necessidades dos clientes.

Para não se interromper o fluxo de trabalho ou se evitar o retrabalho, os advogados e escritórios necessitam urgentemente se adequarem à nova realidade do mercado, tomando as melhores decisões, desde a abertura do escritório. Logo, ultrapassado o momento da decisão de abrir um escritório, o advogado deve estudar como o administrar em face de suas atividades, sem perder o foco principal, que é a advocacia.

Nesta perspectiva, o presente trabalho foi desenvolvido, buscando informar e facilitar as atividades de planejamento e gestão do escritório de advocacia.

2.2 FERRAMENTAS E MODELOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Os escritórios de advocacia funcionam como empresas que interagem com clientes, funcionários, sócios e instituições do Direito e precisam analisar as suas fontes de receitas e despesas, bem como as possibilidades de investimento para o crescimento do negócio .

Por se tratar de um mercado de alta competitividade, é um desafio conseguir manter um escritório de advocacia com níveis satisfatórios de retorno. Para tanto, é necessária uma tomada de decisão que contemple a melhoria da gestão.

Para isso, Gracioso (2010) considera imprescindível a compreensão de: Quem faz parte do negócio? Como gerenciar o aspecto financeiro? Como

precificar os serviços? Como controlar o faturamento e os custos? Qual tipo de relatório é relevante extrair? É necessário *software* jurídico?

Sobre gestão empresarial, Oliveira (2005, p. 30) destaca que “como padrão, a estratégia é orientativa para as ações que devem ser desenvolvidas pela empresa. Como oposição, a estratégia deve interligar os aspectos externos – não controláveis – da empresa, consolidando uma situação de operacionalização da estratégia”. O planejamento estratégico permite projetar de maneira segura as ações do escritório.

Para Chiavenato (2014, p. 406),

existem três níveis de objetivos estratégicos que são: estratégicos, táticos e operacionais que quando utilizados contribuem para a organização como um todo: [...] podem facilitar o alcance de outros, provocando o efeito de sinergia, como também podem dificultar e ou impedir o alcance de outros.

Nas palavras de Oliveira (2012, p. 377), planejamento estratégico é: “a metodologia administrativa que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, e que visa ao maior grau de interação com o ambiente, onde estão os fatores não controláveis pela organização”.

Alega Gracioso (2010, p. 219) que “gerenciar, estrategicamente, na sua essência, consiste em tomar decisões operacionais (praticamente no dia a dia dos negócios) levando em conta nossos objetivos e condicionantes estratégicos”.

Por sua vez, Marshall (2005, p. 85) ressalta que “o gerenciamento da melhoria é de responsabilidade da alta administração e tem como objetivos a sobrevivência e o crescimento do negócio, situando-se ao nível estratégico”.

Acrescenta Masiero (2012) que a estratégia empresarial é a definição das competências centrais de uma organização. Para isso, cabe à alta administração criar e manter uma organização competitiva, estabelecendo estratégias adequadas, direção e visão de futuro para poder guiar as decisões, como também plano estratégico e mecanismos de implementação do plano.

Segundo o autor, para decidir as estratégias de uma empresa é necessário utilizar algumas ferramentas de gestão que servirão de base para a tomada de decisão dentro da empresa como: a teoria das Cinco Forças de Porter, o Benchmarking e o PDCA de Daming.

Ainda para Masiero (2012), o modelo desenvolvido por Porter faz uma análise competitiva aprofundada das empresas, orientado para a formulação de estratégias de sobrevivência na atual situação da empresa, avaliando as possibilidades de expansão para outros setores ou serviços.

Acerca do parágrafo anterior, Lobato et al. (2009, p.111) considera:

O modelo desenvolvido por Porter apresenta uma metodologia analítica visando auxiliar a organização a: analisar o setor como um todo e prever sua evolução; compreender a concorrência e a sua própria posição no setor; dois entendimentos que norteiam o saber onde competir; formar uma estratégia competitiva para o ramo do negócio.

Salienta Masiero (2012) que o benchmarking tem como objetivo desenvolver uma atividade através do planejamento e implementação de estratégias de uma ação. Consiste numa pesquisa que possibilita administrar e realizar comparações dos processos e práticas de empresas distintas, a fim de identificar o melhor deles e estabelecer como meta a ser alcançada e superada.

Afirma o autor que antes de se fazer um benchmarking é fundamental conhecer a própria empresa, buscando sempre destacar os pontos negativos e positivos, definir os líderes de mercado como também os motivos para seu melhor desempenho.

Sobre o PDCA, Masiero (2012) o define como ferramenta de qualidade para o controle do processo e a solução dos problemas, sendo composto de quatro fases:

- 1ª - **O P** de planejar - que é a seleção de um processo, atividade ou máquina que necessite de **melhoria**, com medidas claras para obtenção de **resultados**.
- 2ª - **O D** de fazer - que é a **implementação** do plano **elaborado** e o **acompanhamento** de seu **progresso**.
- 3ª - **O C** de **verificar** - que é a **análise** dos resultados obtidos na **execução** do plano e se necessário, **avaliação do plano**.
- 4ª - **O A de agir** - que caso tenha obtido **sucesso**, o novo processo é documentado e se transforma em um novo de padrão.

Além dessas ferramentas de gestão, Corrêa (2008) acrescenta que a análise estratégica no processo de formação do preço de serviços (PRICING) é uma das mais importantes e complicadas decisões que o gestor realiza, salientando ainda:

A estratégia de preços define padrões que orientam as decisões relacionadas com a fixação de preços. As estratégias possíveis serão decorrentes da combinação de três aspectos: os custos de produção, a atuação da concorrência e as preferências e prioridades do cliente. (CORRÊA, 2008, p.140)

De acordo com Toniniet al. (2007), a análise SWOT⁴ deve ser realizada periodicamente, com a escolha das variáveis que melhor traduzam os fatores favoráveis e desfavoráveis da organização, tanto internamente quanto externamente. Uma vez identificadas as variáveis, são formulados e iniciados os planos de ação para maximizar as variáveis favoráveis e minimizar ou extinguir as desfavoráveis, com as suas respectivas prioridades.

O Balanced Scorecard (BSC) é também uma ferramenta de gestão, bastante utilizada num ambiente muito competitivo e complexo, cuja definição, segundo Lobato (2009, p.160):

É um sistema de integração da gestão estratégica a curto, médio e longo prazos que visa o aprendizado e ao crescimento organizacional. Contempla as demais ferramentas existentes na organização e assegura à organização a implantação da estratégia, permitindo a correção dos rumos quando necessário.

Para o autor, alguns estrategistas o adotam pelas seguintes razões: possibilita clareza e consenso sobre as estratégias do negócio; proporciona foco ao negócio; desenvolve a liderança de alta direção; educa a organização; alinha programas e investimentos; torna a estratégia clara para toda a organização; direciona o processo de alocação de recursos e capital; e promove o aperfeiçoamento.

De acordo com Chiavenato (2013), o BSC é uma ferramenta de gestão que foca no equilíbrio organizacional, baseando-se em quatro perspectivas:

4 Com foco no micro e macro ambiente, pela análise de SWOT o administrador encontra os fatores críticos e amplia os conhecimentos acerca do negócio.

finanças, clientes, processos internos e aprendizagem ou crescimento organizacional. Considera ainda que a utilização dessas quatro perspectivas garante à organização retorno sobre os investimentos e valor agregado, participação no mercado e aquisição e retenção de clientes, qualidade dos processos, inovação, otimização dos fluxos, bem como sucesso e solidez para o futuro das organizações.

2.3.1 Gestão Estratégica Competitiva na Eficiência em Serviços

A gestão estratégica competitiva envolve a organização como um todo, a fim de alcançar os objetivos organizacionais em longo prazo. Para Chiavenato (2014, p.407), a estratégia organizacional deve ser implementada conforme o seguinte:

Escolhidos e fixados os objetivos organizacionais, isto é, os objetivos globais da empresa a serem alcançados, o próximo passo é saber como alcançá-los, ou seja, estabelecer estratégia empresarial a ser utilizada para alcançar de forma eficiente aqueles objetivos e escolher as táticas e operações que melhor implementem a estratégia adotada.

Schermerhorn (2014, p.193) articula que “a essência da gestão estratégica é olhar para frente, entender o ambiente e a organização, posicionar a organização de modo eficaz para a obtenção de vantagem competitiva em tempos de mudanças”.

Já Lobato (2009) destaca que, para se alcançar a eficiência e a eficácia dentro de uma organização, o resultado se dá mediante a convergência de cinco componentes: raciocínio sistêmico, domínio pessoal, conscientização dos modelos mentais, definição de um objetivo em comum e aprendizado em grupo.

3 METODOLOGIA

A metodologia é uma etapa para a coleta e o tratamento de dados científicos e tem como finalidade a obtenção de conhecimento, bem como a utilização de técnicas científicas que possam contribuir na elaboração e na resolução de uma problemática, a partir de determinados princípios.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Pesquisar é uma maneira de procurar informações e respostas para questionamentos, visando a solução de problemas. Considerando os diversos tipos de pesquisa, a utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi a científica, que tem como proposta analisar o modelo de gestão, dentro do atual contexto de um escritório de advocacia, utilizando-se as normas metodológicas como meio de resposta para a problemática sugerida.

Em relação aos objetivos, a pesquisa define-se como exploratória e descritiva. Para Marconi; Lakatos (2015), as investigações exploratórias-descritivas, quando combinadas, têm como finalidade descrever completamente tal fenômeno, proporcionando maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e possibilitando uma visão geral, com o objetivo de esclarecer e modificar conceitos e ideias em relação a um determinado fato, assim como o estudo de casos para os quais são realizadas análises empíricas e teóricas.

Neste caso, a exploratória se faz por meio do uso de material bibliográfico, permitindo o embasamento e formulação de novas concepções do ambiente estudado, através de uma comparação entre os conceitos estudados com a realidade encontrada no âmbito de um Escritório de Advocacia. A descritiva possibilita a análise e a identificação dos perfis dos advogados, principalmente, o desempenho destes como gestores que, na pesquisa, representam a população de interesse, permitindo assim uma melhor interpretação dos prováveis fatores complicadores das atividades desempenhadas no tocante a atendimentos, prazos e rotinas a serem cumpridas.

A técnica para a realização da pesquisa foi construída a partir de um estudo de caso realizado em um escritório de advocacia de pequeno porte, situado na região leste da cidade de Natal/RN, com o objetivo principal de verificar a relação do modelo de gestão e a eficiência dos processos administrativos.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. (GIL, 2010, p.37)

3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO DO ESTUDO

Esta, por sua vez, apresenta um conjunto de características em comum, a qual, especificamente, nesse estudo de caso, não demandou a extração de uma amostra devido ao fato desta corresponder aos advogados no escritório de advocacia.

O estudo foi realizado no âmbito do escritório, por uma pesquisa de caráter censitária, na qual apenas a população-alvo representativa participou e de onde foram extraídas as informações necessárias para se compreender o contexto organizacional, através de entrevistas com os advogados.

O escritório de advocacia conta com o quadro de cinco advogados, cujas áreas de formação e atuação podem ser assim caracterizadas:

1. um advogado/gestor, de formação econômica e jurídica e atribuições administrativa e financeira, com atuação preponderante no direito constitucional e administrativo, permeando o cível e trabalhista;
2. duas sociedades de advogados integrada por 4 dos colaboradores, todos com atuação preponderante nos direitos de família e trabalhista, este com incursão no previdenciário, cível e empresarial.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Para Marconi; Lakatos (2010, p.149), o instrumento de coleta é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”.

Logo, como o trabalho objetiva fazer uma relação entre modelo de gestão e eficiência dos processos administrativos, o instrumento escolhido para a coleta de dados foi a técnica de entrevista padronizada ou focalizada estruturada que permitiu maior interação e correlação das informações colhidas e observadas.

Para Gil (2014, p. 109), a entrevista pode ser definida como:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como uma fonte de informação.

Acerca da observação estruturada, acentua Vergara (2012, p. 76) que: “A observação estruturada tem a capacidade de ajudar a clarificar comportamentos em termos de frequência, duração, forma, sequenciamento de ocorrências, na medida em que o observador decodifique o que está observando”.

Logo, o material da entrevista, como texto, áudio ou visual, tem como propósito facilitar a identificação e quantificar o surgimento de informações e/ou comportamentos “chaves”, objetivando uma futura comparação e possível conclusão para o diagnóstico na organização.

De acordo com Gil (2014, p.110), a utilização da entrevista em um trabalho de pesquisa tem suas vantagens e limitações devido certas circunstâncias que podem influenciar na quantidade de informações prestadas, conforme a seguir:

- a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

No entanto, para que o sucesso desta técnica aconteça é necessário haver um planejamento e principalmente um bom nível de relação e cordialidade entre entrevistador e entrevistado.

3.4 CRONOGRAMA DESENVOLVIDO E COMENTÁRIOS SOBRE O PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Fundamentadas nas premissas apresentadas, as entrevistas com os advogados foram realizadas na sede do Escritório de Advocacia, sendo utilizado o método de gravação sem qualquer constrangimento. Todo o processo de entrevistas teve duração de aproximadamente 30 dias para serem concluídas, porém sem prejuízos para a qualidade das informações prestadas.

No dia 25 de agosto de 2016 foi dado início às entrevistas, com o advogado especialista nas áreas administrativa, financeira e empresarial, o que gerencia as despesas do escritório; no dia 26, teve a participação da advogada especialista em causas de família e previdenciárias; e no dia 31, com os demais advogados especializados nas áreas cível, trabalhista e previdenciária.

Quanto à caracterização e identificação dos advogados no decorrer do estudo, foram mantidas a descrição, sendo estabelecidos os seguintes códigos:

Quadro 1 – Codificação dos advogados/gestores do escritório de advocacia

| Advogados | Área de atuação | Código |
|-----------|---|--------------------|
| GSFS | Administrativa, financeira e empresarial. | Respondente 1 (R1) |
| EMMNM | Família e previdenciário | Respondente 2 (R2) |
| RM | Cível e trabalhista | Respondente 3 (R3) |
| ISCS | Previdenciário, cível e trabalhista | Respondente 4 (R4) |
| RRP | Cível | Respondente 5 (R5) |

Fonte: Dados da pesquisa, agosto de 2016.

Posteriormente, foram transcritos os áudios das entrevistas, utilizando a técnica de análise de conteúdo, que tem como finalidade avaliar de maneira sistemática texto, áudio e/ou visual, a fim identificar e quantificar o surgimento de informações “chaves”, para uma futura comparação e possível conclusão do problema em questão.

Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo organiza-se em torno de fases essenciais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, sendo caracterizada como um conjunto de técnicas de análise através da comunicação. Acerca do tema, destaca-se o seguinte excerto:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será o único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas de adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2009, p. 33)

Dentre os tipos de análise de conteúdo, a categorização temática explorará o tema central do trabalho, visando a busca de informações para elucidar os fatores que influenciam na gestão administrativa do escritório.

Com relação ao tipo de abordagem, caracteriza-se por ser quantitativa e qualitativa. Na análise quantitativa, verifica-se na informação a frequência com que certas características foram apresentadas. A qualitativa foi utilizada para o tratamento dos dados, possibilitando uma maior influência e liberdade por parte do entrevistador para tratar das informações com mais flexibilidade.

Logoapós a realização das entrevistas, iniciou-se a seleção das categorias de maior frequência e que de forma sequenciada foram agrupadas,

conforme Bardin (2009, p.145): “a categorização é uma operação de classificação de elementos construtivos de um conjunto por diferenciação, e seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com critérios previamente definidos”.

O processo de categorização une os dados em comum, podendo seguir critérios pré-estabelecidos, de forma a sintetizar o processo de informações.

As inferências e fatos extraídos das informações expressadas e representadas pelos entrevistados permitiram a criação das categorias (temas), as subcategorias (especificação do tema) e os indicadores (ideias resumidas transmitidas a partir do todo da entrevista), bem como a elaboração do quadro abaixo:

Quadro 3 – Categorias e Subcategorias Temáticas para a análise dos resultados

| Especificação das Categorias e Subcategorias Temáticas | |
|--|---|
| Categorias | Subcategorias |
| Identificar o modelo gestão (MG) | Perfil da estrutura hierárquica (PEH) |
| | Perfil profissional dos advogados (PPA) |
| Analisar o desempenho dos advogados/gestores (DAG) | Desempenho da gestão quanto fatores de qualificação (DGQ) |
| | Desempenho da gestão de forma autoavaliativa (DGA) |
| Avaliar a influência de fatores condicionantes como atendimentos, clientes, mapear processos e prazos, rotinas administrativas e seus cumprimentos (ACPRC) | Influência de fatores positivos (IFP) |
| | Influência de fatores negativos (IFN) |
| | Análise das variáveis quanto à eficiência (IFVE) |
| Distinguir as causas de surgimentos de gargalos administrativos (GA) | Gargalos administrativos quanto ao desempenho dos advogados (GADA) |
| | Gargalos administrativos quanto ao gerenciamento (GAG) |
| | Gargalos administrativos quanto à captação de clientes (GACC) |

Fonte: Dados da pesquisa, agosto de 2016.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A descrição e análise dos resultados têm como finalidade relatar as informações originadas dos dados adquiridos, emitindo um diagnóstico dos fatores estudados com suas características, para um maior conhecimento da situação.

4.1 DADOS INFORMATIVOS: CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS RESPONDENTES

Os cinco advogados entrevistados, caracterizados no quadro 1, prestaram informações por meio de entrevistas que serviram de fonte para um maior conhecimento em relação ao tempo de atuação e gestão. Pelo desempenho das atividades de cada um no escritório de advocacia, constatou-se que a maioria atua no escritório com conhecimento e propriedade para diversos assuntos nas áreas do direito, porém, quanto às questões relacionadas aos diversos tipos de gestão, identificou-se que os mesmos só possuem informações do que é modelo de gestão pela vivência e sobretudo pela atuação cotidiana no escritório.

Quadro 2 – Dados Informativos dos Entrevistados

| Respondente | Idade | Sexo | Tempo de Gestão |
|-------------|-------|-----------|-----------------|
| R1 | 48 | Masculino | 20 anos |
| R2 | 43 | Feminino | 5 anos |
| R3 | 44 | Masculino | 13 anos |
| R4 | 31 | Masculino | 4 anos |
| R5 | 49 | Masculino | 12 anos |

Fonte: Dados da pesquisa, agosto de 2016.

A primeira categoria a ser analisada tem como objetivo a identificação do Perfil da Estrutura do Modelo de Gestão (MGE), ou seja, o atual modelo de gestão do escritório onde os advogados exercem suas funções, bem como sua análise de acordo com os relatos dos entrevistados previamente identificados.

Na caracterização desse perfil, inicialmente procurou-se tomar conhecimento sobre a visão de cada advogado quanto ao tempo e área de atuação, rotinas e principais atribuições desempenhadas no escritório, com intuito de obter o maior número de informações sobre o atual modelo de gestão organizacional, levando-se em consideração os pontos positivos e negativos ali existentes.

No primeiro momento, para contextualizar o assunto e traçar o perfil dos advogados, foi perguntado sobre o que entendem por modelos de gestão administrativas e se há algum aplicado ao escritório.

R1: Eu não entendo de modelo de gestão administrativa. Na verdade, o que faz acontecer às coisas no escritório é o cumprimento dos prazos, temos prazos a cumprir, temos clientes e cada cliente tem seu prazo para cumprir, então vamos cumprir todos os prazos. Essa é a meta.

R3: Bem, nossa administração posso dizer que é simples, não é nada complexo. É meramente administrar a entrada de receitas e reduzir as despesas, tentando superar essas despesas.

R5: Normalmente o modelo que eu acho mais interessante é a colegiada, aonde há uma divisão de responsabilidades em tudo. Tanto na fase de gerenciamento de processos, como também em custos, porém esse modelo não se aplica aqui.

A partir dos depoimentos, é possível perceber que os profissionais entrevistados compartilham com algumas ideias sobre modelos de gestão, pela citação de ideias como cumprimento de meta, organização, controle e divisão de responsabilidades.

Este cenário tipifica bem o modelo de gestão que o escritório possui hoje, uma realidade diferente dos conceitos de Chiavenato (2013) quando afirma que administrar não é apenas planejar, organizar, dirigir e controlar os processos na organização, mas também gerenciar com maior eficiência, fazendo com que haja maior interação entre as pessoas da própria organização e clientes, atendendo suas expectativas e obtendo sucesso, competitividade e sustentabilidade no negócio.

4.2 Dados Avaliativos

Muitas questões abordadas pelos advogados se relacionam com os conceitos de diversos autores abordados nesta pesquisa, sendo esmiuçados de acordo com as categorias temáticas e subcategorias pré-definidas, pois as unidades de registro foram extraídas dos diálogos. O quadro abaixo identifica os itens explorados:

Quadro 3 – Categorias, Subcategorias e Unidades de registro

| Categorias | Subcategorias | Unidades de registro |
|-----------------------------------|----------------------------------|---|
| 4.1 (MG) | 4.1.1 (MGE) | Mudanças na estrutura do sistema gestão |
| | | Melhorias a serem obtidas na estrutura do sistema de gestão |
| | | Comprometimento e qualificação com um diferencial |
| | 4.1.2 (MGP) | Flexibilidade dos advogados/gestores |
| | | Rotatividade na gestão |
| | | Profissionais proativos |
| 4.2 (DGA) | 4.2.1 (DGQ) | Motivação como fomentadora da responsabilização para alcanças as metas |
| | | Desenvolvimento da técnica de qualificação |
| | | Comunicação como falha do processo |
| | 4.2.2 (DGA) | Falha de comunicação entre os advogados |
| | | Otimização dos processos e prestação de serviços |
| | | Descentralização, interação e engajamento |
| 4.3 (ACPRC) | 4.3.1 (IFP) | Profissionais qualificados e engajados para solucionar as questões processuais |
| | | Localização do escritório de advocacia. |
| | 4.3.2 (IFN) | Falta de definição de um modelo de gestão |
| | | Necessidade de uma ferramenta de controle |
| | 4.3.3 (IFVE) | Influências de variáveis com relação à eficiência |
| Falta de pessoal e infraestrutura | | |
| 4.4 (GA) | 4.4.1 (DA) | Fator Financeiro X Entradas e Saídas |
| | | Busca por resultados |
| | 4.4.2 (GAG) | Planejamento estratégico |
| | | Importância de reuniões periódicas e apresentação de resultado: Contexto envolvido. |
| | 4.4.3 (GACC) | Networking deficiente |
| | Maior engajamento dos advogados. | |

Fonte: Dados da pesquisa, agosto de 2016.

Para verificar o Desempenho da Estrutura de Gestão (DG), a primeira categoria a ser analisada tem como objetivo identificar o perfil da estrutura do modelo de gestão dos advogados e se fundamenta na análise das falas dos advogados entrevistados e previamente identificados.

Para caracterizar esse perfil, procurou-se de início tomar conhecimento sobre a visão de cada advogado quanto à estrutura do modelo de gestão atual do escritório de advocacia suas rotinas, com a finalidade de se obter maiores informações da estrutura organizacional, observados seus pontos positivos e negativos.

O modelo de estrutura de gestão permite se trabalhar as atividades de forma planejada, intencional, organizada e estratégica com os seus colaboradores, clientes e fornecedores. Porém, algumas características não foram enfatizadas pela maioria dos advogados entrevistados, sendo traçado o novo perfil do modelo de gestão a partir do ambiente no qual estão inseridos. Convém salientar a fala de R1 ao dizer quenão entende de modelo de gestão administrativa e que, na verdade,o que faz acontecer as coisas no escritório é o cumprimento dos prazos, sendo essa a meta. De

acordo com R3 administração é simples, não há nada complexo. É meramente administrar a entrada de receitas com reduções das despesas. Nota-se também que há outras características do perfil da estrutura da gestão e suas funções administrativas pelo relato de R4: “A gente trabalha a princípio com organização, uma vez que qualquer área tem de trabalhar dessa maneira. Então, a organização parte do controle de prazos, agendamentos, intimações e é nesse sentido que se pauta o trabalho”.

Nesse contexto, para acontecer o desempenho eficiente dessa gestão, faz-se necessário articular planejamento estratégico e administração eficaz num só processo, o que permitirá aos advogados projetar de maneira segura as ações do escritório.

Ao refletir sobre o passado e o futuro da gestão administrativa, R2 define bem como a mudança vem acontecendo:

Bom, antes de eu vim trabalhar aqui eu trabalhei em outro escritório e a forma de gestão desse escritório era diferenciada. Aqui a gente funciona com muitas salas alugadas e uma advocacia independente. No outro escritório no qual eu tive a oportunidade de trabalhar, existia um trabalho em equipe, ou seja, havia uma integração de todos os advogados. Então, vários advogados tinham especializações somente em uma área, o escritório todo recebia o cliente, fazia uma análise do problema que ele trazia e a partir disso era encaminhada para algum dos advogados.

Diante dessa análise, a qual se constatou a forma de gestão exercida no escritório pelos advogados, determinada a despertar uma administração estratégica, pautada na gestão de recursos e processos, é também imprescindível avaliar como os gestores enxergam seu próprio trabalho e como este é percebido e reconhecido pelos clientes e empresas e quais mudanças são necessárias em termos do atual modelo de gestão do escritório. Para isso, o Desempenho da Gestão de forma Autoavaliativa (DGA) é de extrema importância, uma vez que possibilita reconhecer as possíveis falhas e necessidades que devem ser superadas e/ou identificar as possíveis medidas a serem tomadas, efeitos causados e otimização destes.

Dentre os fatores que se destacam nessa auto-avaliação, alguns já foram citados nos tópicos anteriores, reforçando a relevância deles, tal como a falha na interação e comunicação no escritório, como se pode observar na fala de R1:

O que eu mudaria é a forma centralizada que cada um trabalha, ou seja, o “escritório” ele não reúne para conversar seus problemas, nem durante o mês, nem durante a semana. Eu acho importante que houvesse mais troca de experiências entre as pessoas que estão atuando ali, para que um cliente de um determinado advogado pudesse ser cliente de outro advogado também, dependendo da área que cada advogado é mais atuante.

Essa falha também é verificada por R2 que, ao reconhecê-la, propõe algumas iniciativas que poderão servir como ações preventivas a esse tipo de problema:

Se houvesse uma participação mais integrada de todos os advogados, por meio do compartilhamento de informações, conhecimentos, no levantamento das demandas para o escritório o trabalho, as discussões se tornaria mais enriquecedora pra gente enquanto advogados e o escritório como um todo ganharia bem mais.

Outro ponto de destaque é a dificuldade em reconhecer possíveis falhas e erros de gestão, bem como atentar para as mudanças e a visão que os clientes têm do trabalho desenvolvido pelo escritório. Pode-se verificar tal afirmativa na fala de R3: “Bem, olhando de fora, fica complicado fazer essa auto-avaliação do modelo de gestão do escritório e responder uma questão desta. Mas, acredito que desempenho bem o meu papel como advogado”.

Já R4 assevera para alguns aspectos típicos de uma organização e que surgem como implicadores no desempenho das atividades, tal como a forma estrutural e funcional de se trabalhar ao enfatizar que: “A estrutura poderia melhorar um pouco mais, no sentido de secretárias, atendimentos; é na questão mais funcional do escritório e não na parte dos advogados, a questão como um todo, como o corpo administrativo”.

4.3 Influências de Fatores Condicionantes para o Modelo de Gestão Administrativa no Escritório: Atendimentos, Clientes, Prazos, Rotinas E Cumprimentos (ACPRC)

As influências de fatores condicionantes para o modelo de gestão administrativa aplicada no escritório estão relacionadas com as variáveis de atendimentos, clientes, prazos, rotinas e cumprimentos (ACPRC), que norteiam e regem toda a rotina do Escritório de Advocacia, assim como também permitem avaliar as práticas de gestão que são realizadas, a qualidade e eficiência dos serviços desempenhados, demonstrando o que deve e pode ser alterado de forma a se conduzir eficientemente por todas as fases do processo administrativo e se chegar ao resultado esperado. Por isso que a fase do planejamento de uma organização é tão relevante; no escritório não é diferente.

Considerando o cenário atual do Escritório de advocacia, acerca da Influência de Fatores Positivos (IFP) e a Influência de Fatores Negativos (IFN), constata-se ao mesmo tempo uma carência na forma de gestão e administração do negócio e fatores bastante positivos quanto à qualificação, ao comprometimento e ao engajamento dos profissionais para as resoluções dos processos em que atuam nas diversas áreas do direito, além do local onde mesmo se situa.

A adoção de boas práticas de gestão e a utilização de algumas ferramentas de gestão, com intuito de flexibilizar e controlar os procedimentos, é de extrema necessidade para um gerenciamento efetivo das entradas, despesas, controle de clientes, atendimentos realizados, atribuições, dentre outros. Tal situação não é ainda uma realidade para o escritório, como explica R2:

Eu acho que uma das coisas mais importantes de uma gestão estruturada é a organização financeira, uma vez que esta possibilita ter a exata noção de quanto podemos gastar e investir no escritório e de como nós poderíamos crescer financeiramente com a entrada de novos clientes.

Essa falta de controle e comunicação interfere na atuação da gestão, como bem destacado por R1:

A forma de gestão deveria ser mais coordenada, no sentido que, cada um dos profissionais que aqui trabalham soubesse quais atividades são desempenhadas e qual tipo de serviço é prestado no escritório de forma geral para quando no âmbito de seu atendimento quando não puder fazer por si próprio, indicar quem esteja ali no escritório para servir.

Quanto aos mecanismos de ferramentas de controle utilizados para o faturamento e os custos, a maioria dos entrevistados concorda que é um ponto bastante negativo para o escritório, uma vez que não há um fluxo de caixa para cobrir eventuais despesas. R1 e R2 demonstram a mesma opinião, de acordo com R5: É basicamente aquela contabilidade meio simplista, entrou dinheiro, no final do mês divide as despesas e se vê o que é possível pagar (risos). Essa falta de acompanhamento e visão empresarial influencia no gerenciamento das receitas e despesas, comprometendo a eficiência e eficácia da gestão e dos processos.

Ao se estudar o atual cenário no qual o escritório está inserido, foi analisado também as Influências das Variáveis em relação à eficiência (IFVE). Estas criam expectativas quanto ao presente e ao futuro, dentro do que se deseja e do que se pode mudar para desempenhar com eficiência e eficácia as atividades. Os gestores fazem referência quanto à implementação de ferramentas tecnológicas para a melhoria no gerenciamento, bem como na qualificação e no treinamento, visando uma maior colaboração do pessoal para a melhoria na estrutura do escritório, uma vez que as duas colaboradoras que desempenham a função de secretária poderiam ser melhor aproveitadas.

Um transtorno causado por falta de implementação de uma ferramenta tecnológica está relacionado com a não utilização de um software jurídico para acompanhamento dos processos e da gestão financeira. R2, quando abordado sobre tal deficiência, destacou: “Eu recebo apenas publicação através do Advise que é um sistema disponibilizado pela OAB aos advogados, através de e-mail.” Neste sentido, os demais R1, R3, R4 e R5 compartilharam da mesma opinião do R2.

Quando perguntados se a empresa se preocupa em treinar, formar e qualificar seus colaboradores, as respostas foram enfáticas e diretas em uma única palavra: “Não”. R2 ressalta ainda:

Os colaboradores da gente se resumem as meninas que dão o suporte de recepção, que tanto poderia fazer a parte de leitura de publicações, arquivo e várias outras situações que termina deixando um pouco a desejar, pois nunca foi passada a necessidade disso para elas, se elas fizessem seriam mais rico pra gente e pra elas também. Acredito que, elas desempenham um papel que poderia ser mais aproveitados.

R1 destaca, contudo, preocupação em treinar, formar e qualificar suas colaboradoras:

Aí é que está. Não temos essa preocupação. O nosso escritório não funciona como uma empresa. Funciona como se fosse um escritório de prestação de serviço profissional liberal, não existe assim, aquela ideia empresarial no escritório ainda. Muito embora, os escritórios mais modernos todos tem essa visão empresarial, mas o nosso escritório é aquela visão de profissional liberal, de prestação de serviço, de atendimento as demandas tanto de empresas como de pessoas em determinadas causas.

Compreende-se, portanto, quão é relevante atentar para as mudanças no mercado, pois um colaborador qualificado e treinado e comprometido, favorece, ou pelo menos, ameniza os problemas acima relatados. A fala de R3 afirma a de R2: Isso é importante, pois quem trabalha aqui nessa área tem que está sempre atualizado, buscando se reciclar a cada dia.

4.4 Gargalos Administrativos (GA)

Ao se analisar toda a conjuntura do Escritório de Advocacia, foram obtidas algumas prévias das dificuldades enfrentadas pela gestão, onde foram distinguidas as causas de surgimentos dos gargalos, mais especificamente os que atingem o desempenho dos advogados, para se buscar as resoluções no modelo de gestão e de expectativas na prestação de serviços.

Ao se procurar respostas para as possíveis interferências quanto ao desempenho dos advogados (GA), identificou-se como uma das causas o fator financeiro (fluxo de caixa), e a necessidade de comunicação e interação

dos advogados que são questões bem recorrentes e debatidas na empresa. Sem dúvidas, quando há uma ferramenta de gestão aplicada na empresa, há um direcionamento no processo de alocação de recursos e capital. R3 e R5 convergiram com as mesmas opiniões, como se pode também inferir nas falas de R1 e R2, principalmente quando o primeiro remete ao grande obstáculo de desempenho, o relativo ao controle dos processos existentes no escritório e a forma de precificação dos serviços pretados em função do tempo que é gasto no ato do atendimento.

R1: Se nós tivéssemos um programa de controle de processos de atuação para cada advogado atua seria fundamental, até para sabermos quanto tempo se perde em cada atuação, para saber onde você gasta mais tempo para determinadas assistências que você está realizando.

R2: Uma das coisas mais importantes seria a integração de todos os advogados. A partir do momento em que há essa integração eu acho que a gente se tornaria mais forte se todos tivesse um pensamento único de tentar conseguir clientes, de tentar trabalhar com eles fazendo com que todos crescessem juntos. O que a gente vê muito, são salas independentes, onde cada um fica trabalhando com o seu cliente, com a sua problemática e agente não consegue interagir como um todo.

Outro ponto abordado sobre os possíveis transtornos causados no desempenho das atividades está relacionado com a falta de iniciativa dos gestores e na acomodação segundo R2, gerando uma falsa impressão de que tudo está bem. É fácil notar esse ponto na fala de R4: “Eu não consigo visualizar outro modelo de gestão, o modelo de gestão atual, nós conseguimos atender nossas necessidades e ter uma efetividade no serviço”.

No que se refere aos gargalos Administrativos no Gerenciamento (GAG), as possíveis variáveis e transtornos causados no gerenciamento do escritório estão mais uma vez vinculados à falta de interação e comunicação entre os gestores; de visão; de planejamento; e de ferramentas para uma gestão estratégica. Isso impede o crescimento e a solidez do escritório como empresa. R2 vê a necessidade e já idealiza a presença de um profissional da área administrativa atuando no escritório:

Acredito se no escritório existisse uma pessoa que adotasse essas ferramentas de gestão com certeza melhoraria bastante a gestão. Agora, o que se limita muito hoje é a questão “custo”, devido à situação econômica do país que é muito difícil. Então isso, determina que você tenha que tolher alguns gastos excessivos e talvez a gente não pudesse hoje ter essa pessoa participando dentro da estrutura do nosso escritório.

R2, R3, e R5 ressaltam ainda a dificuldade encontrada em relação à questão estrutural do escritório. De acordo com a fala de R4: Só essa questão de melhorar a estrutura. Eu não vejo algo mais que impossibilite o nosso trabalho. Com relação à questão das entradas e saídas, ou melhor, do controle de receitas e despesas, os próprios gestores notam falha nesse processo, principalmente porque não é realizado nenhum tipo de relatório financeiro a não ser uma divisão igual de todas as despesas no final do mês para todos os advogados. Porém, não há uma estratégia de organização focada no balanceamento financeiro do escritório. Tal problemática é aludida na fala de R2:

O que existe é o seguinte... Sempre quando se faz alguma compra para o escritório o “fulano de tal”, faz questão de passar por e-mail um relatório com todos os gastos referente tais despesas do que foi pago, em seguida é feito um rateio entre os advogados.

Quanto ao relatório, R1 é enfático: “Nenhum (risos)”. Porém, quando questionados se individualmente os mesmos fazem seu relatório financeiro pessoal do que ganham exercendo a profissão as respostas foram as seguintes: R3: “Sim, existe um livro de registro e balanço”.R4: “Não. Só utilizo planilhas mesmo, calculo as receitas, despesas, para dar o custo efetivo total”. R5: “Isso é realizado por uma contadora por meio da prestação de serviços sempre mostrando quais são os impostos que estão sendo pagos”.

Em referência aos gargalos administrativos na captação de clientes (GACC), a falha na clareza e aperfeiçoamento das estratégias para aquisição e retenção de clientes é mais um problema de superação para o escritório, o que requer dos advogados um maior engajamento para ampliação do networking e/ou da rede de contatos individual e da empresa. Ao se utilizar das ferramentas de gestão estratégica de forma eficiente, o escritório poderá passar a atuar

em um ambiente mais competitivo em todos os níveis, buscando sempre se alinhar por meio de correções quando necessárias.

Destacando-se a importância da percepção e do reconhecimento dos clientes com os quais se relacionam, R1, R2, R3 e R4 tiveram a mesma opinião de como mantém sua rede de relacionamentos com a clientela, conforme fala de R5: “Para o advogado é muito complicado, já que por uma questão de ética não podemos fazer publicidade dos nossos serviços. Logo, o nosso networking é feito pelo famoso boca a boca ou indicação de amigos”.

O comprometimento e o engajamento do advogado na gestão e no fazer o que se propõe, por meio de atividades planejadas, intencionais e estratégicas dentro do escritório, possibilitam uma maior capacidade de integração interna ao ambiente externo como salienta Oliveira (2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou, como objetivo principal, desenvolver uma proposta de adoção de boas práticas de gestão para estruturação e organização da gestão administrativa para o escritório. Para se atingir esse objetivo geral, foram propostos três objetivos específicos: caracterizar os principais problemas administrativos enfrentados pelo escritório de advocacia; realizar o mapeamento dos processos administrativos e de seus respectivos titulares para orientar a implantação do sistema de gestão mais adequado e conveniente com a demanda; diagnosticar e propor as oportunidades de melhorias no sentido da eficiência e eficácia do negócio.

Na atualidade, as empresas, independentemente do porte, têm adotado ferramentas de gestão para aprimorar o negócio e gerir com maior eficiência as oportunidades de melhorias e a rentabilidade.

Por isso, não é sem motivo que o presente estudo teve como referência um escritório de advocacia, uma vez que é crescente os serviços na área jurídica nos modelos de gestão de escritório, em especial, neste cenário no qual se impregna o empreendedorismo e se eleva o número de empresas optantes pelo simples.

De acordo com as entrevistas realizadas, foi feito um diagnóstico constatando que os advogados que atuam no escritório têm noção do conceito de administrar no sentido amplo, tais como: planejar, controlar, gerir

metas e acompanhar os trâmites burocráticos de cada caso. Cabe sinalizar ainda que cada profissional coloca a sua característica pessoal no desenvolvimento da atividade, não existindo nenhum nivelamento gerencial para o desenvolvimento dos serviços, de modo que se faz necessária a adoção de um planejamento e de uma gestão definida para se obter o crescimento nos negócios.

Outros aspectos apontados que impactam na sustentabilidade são: a falta de uma comunicação estratégica (desde a entrada do processo até a resolução) e a inexistência de um controle financeiro de modo profissional (software específico e a adoção do planejamento estratégico), pois o escritório gera apenas entradas e saídas sem fazer nenhum estudo de viabilidade do negócio (PDCA, por exemplo) e dos tangíveis a receber.

Ao se procurar respostas para as possíveis interferências quanto ao desempenho dos advogados, identificou-se, dentre as causas, o fator financeiro (fluxo de caixa), a necessidade de comunicação e de interação dos advogados, questões recorrentes e debatidas na empresa. Sem dúvidas, quando há uma ferramenta de gestão aplicada na empresa, há um direcionamento no processo de alocação de recursos e capital.

Por isso, a primeira tarefa deste trabalho foi de identificar aquela causa central que agregará valor à organização e às partes interessadas (clientes, sócios, fornecedores, colaboradores, comunidade, etc.), por meio do conhecimento da realidade, como também dos gargalos do negócio.

Por meio das análises e pesquisas realizadas, verifica-se que, para atingir seus objetivos, a empresa precisa estar respaldada em um planejamento estratégico. Vale reforçar que a empresa deve ser entendida como um sistema, formado e integrado por um conjunto de elementos interativos que recebe entradas do ambiente interno e emite seu reflexo/posicionamento para o ambiente externo.

Nesse sentido, conclui-se que o presente trabalho se constitui como um instrumento de grande oportunidade, ao se oferecer subsídios para a elaboração de um planejamento estratégico que se adequa à realidade do negócio.

Espera-se que este material sirva de referência para o escritório jurídico e também para a comunidade acadêmica, no sentido de identificar as oportunidades que estão presentes ao se adotar um modelo de gestão.

6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** Edição revista e actualizada. 70 ed. Lisboa: Prol, n. 281, p. 33 -145, 2009.

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. **Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes**. 1. ed. São Paulo: Atlas, n. 479, p.75 -140, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da Administração: abordagens prescritivas e normativas**, volume I. 7. ed. Barueri: Monole, n. 436, p. 406 - 407, 2014.

_____. **Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração**. 2. ed. Barueri: Monole, n. 442, p. 6, 2013.

FITZSIMMONS, J.; FITZSIMMONS, M. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, n. 216, p. 109 - 110, 2014.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, n. 220, p. 37, 2010.

GRACIOSO, Francisco. **Marketing estratégico: planejamento estratégico orientado para o mercado**. 6. ed. São Paulo: Atlas, n. 320, p. 219, 2010.

LOBATO, David Menezes et al. **Estratégias de empresas**. 9. ed.. rio de Janeiro: FGV, n. 208, p. 111 - 160, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, n. 320, p. 149, 2010.

_____. **Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARSHALL JUNIOR, Isnard et al. **Gestão da qualidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, n.164, p. 85, 2005.

MASIERO, Gilmar. **Administração de empresas**: teoria e funções com o exercício e casos / Gilmar Maseiro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MONTANA, Patrick J.; BRUCE, Charnov H. **Administração**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Exames / estatísticas**. Disponível em: <<http://oab-rn.org.br/2013/p/exames-estatisticas>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria geral da administração**: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, n. 464. p. 377, 2012.

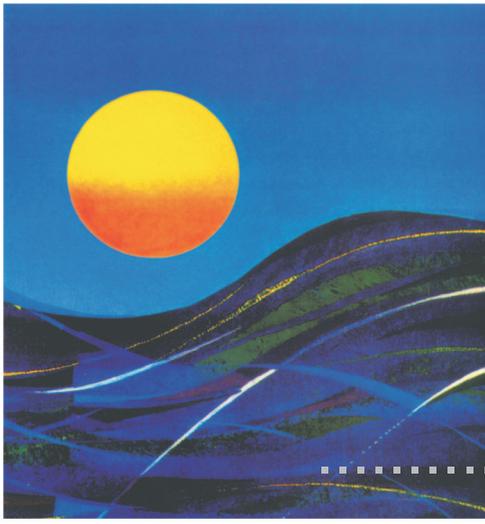
_____. **Estratégia Empresarial e vantagem competitiva**: como estabelecer, implementar e avaliar. 4. ed. São Paulo: Atlas, n. 450. p. 30, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 6.839/1980 (Lei Ordinária), 30 nov.1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6839.htm> Acesso em: 27 abr. 2016.

SCHERMERHORN, JR., John R. **Administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, n. 608, p. 193, 2014.

TONINI, Antonio Carlos, SPÍNOLA, Mauro de Mesquita, LAURINDO, Fernando José Barbin (2007). **A Análise SWOT**: Uma nova perspectiva para aplicação dos seis sigmas no desenvolvimento de software. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção -ENEGEP. Foz do Iguaçu, PR, Brasil. 09 a 11 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/expocom/EX43-0756-1.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, n. 112, p. 76, 2012.



POEMA

TRAÇOS DO NORDESTE. CULTURA NORDESTINA¹

À Câmara Cascudo

Orgulho-me de Cascudo
Folclorista potiguar
Cultivador da história
Das raízes culturais
Passando de geração a geração
A sabedoria popular.

Cascudo amou e escreveu
A cultura regional
Vivenciando os costumes
Da gente potiguar
Que fala do coração
As dores os sentimentos
Da seca e das enchentes
Do povo deste torrão.

Cascudo admirou com grande empolgação
As paisagens naturais
Pintadas por Deus criador
Deste nordeste sofrido
Lenhadores e vaqueiros
Pescadores... agricultores
Do seco, o rico sertão.

A arte, maior patrimônio
Dos traços culturais
Em todos os segmentos
A mais forte expressão
Nas comidas típicas trazidas
Pelos índios... pelos negros
As danças, os pastoris

1 Versos inspirados no curso *Interpretações do Brasil* (2011) ministrado pela Professora Vânia Gico-PPGCS-UFRN.

Folgedos e capoeira
Brinquedos e brincadeiras
As festas de tradição.
Quadrilha e pastoril
Cantigas de violeiro
Boneco, mamulengueiro
Vaquejada e procissão
Forró rolando o terreiro
Nas noites de São João.

Assim deixou Cascudo
Um pouco de nossa história
Gravando para que os jovens
Homens do amanhã
Conhecer e preservar
Seu patrimônio ecológico
Artístico cultural
Mantendo viva a memória
As tradições, o folclore
A cultura popular.
Socorro Evangelista

CONTENTS

EDITORIAL

Daladier Pessoa Cunha Lima

FROM KNOWLEDGE BUILT IN THE LEISURE TO HUMAN SELF-FORMATION

Sônia Cristina Ferreira Maia

COLLECTIVE MORAL DAMAGE ON THE LABOR RELATION

Raíssa Lorena Macêdo Moura

Ricardo Medeiros Alves de Oliveira

PHYSICAL-CHEMICAL AND MICROBIOLOGICAL STABILITY OF LINHAÇA DURING STORAGE

Everlane Ferreira Moura

Monique Silveira Rosa

Isabelle Cristina do Nascimento

Ana Maria da Silva Souza

A STUDY ON THE STRUGGLE LAW IN BRAZIL

Larissa Lopes Matos

THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL LICENSING IN CARS OF FUELS

Clarice Sales Moraes de Souza

Sara Galvão

PLAY THERAPY IN HOSPITAL – SUBSIDIES FOR NURSING CARE

Ketsia Bezerra Medeiros

Arélli Pâmella Brasileiro Chaves

Lizandra de Farias Rodrigues Queiroz

Mariana de Almeida Abreu

Mariana Carvalho da Costa

RELATIONSHIP BETWEEN THE NUTRITIONAL PROFILE AND CHRONIC DISEASES NOT TRANSMITTED FROM A COMMUNITY OF THE WESTERN NATURE OF NATAL / RN

Ingrid Pereira Teles

Carina Leite de Araújo Oliveira

MANUAL THERAPY IN THE TREATMENT OF TENSIONAL TYPES

Dalma R. de A. Dantas

Marta de H. F. Albuquerque

Robson A. da Silva

PHYSICAL THERAPY ON SYNDROME OSGOOD SCHLATTER

Keliane Guerra Chaves Fernandes

Larissa Bastos Tavares

CASE STUDY

ADOPTION OF GOOD MANAGEMENT PRACTICES FOR ADVOCACY OFFICE

Camilla Ferreira de Brito

Karina de Oliveira Costa Bezerra

POEM

TRACES OF THE NORTHEAST. NORDESTINE CULTURE

Socorro Evangelista